

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

HUMBERTO MARCOS BALANIUC

UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DISCURSIVA DE II JOÃO

Campo Grande/MS
2023

HUMBERTO MARCOS BALANIUC

UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DISCURSIVA DE II JOÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens, da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

Área de concentração: Linguística e semiótica

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Vicente Martins.

Campo Grande/MS
2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aos meus pais David e Mirian
À minha esposa Suzana
Às minhas filhas Bianca e Júlia

Leram no livro da lei de Deus, esclarecendo-a e explicando o sentido, de modo que o povo pudesse entender o que se lia. (Neemias 8.9)

RESUMO

Sendo as Escrituras Sagradas uma fonte constante de análise pelas diferentes teorias de interpretação, e sendo elas uma base incontestada da cultura ocidental e, quiçá, mundial, propõe-se nesta dissertação analisar um recorte de um texto bíblico – a II Carta de João – por meio da semiótica greimasiana como principais referenciais os teóricos Diana Luz Pessoa de Barros e Denis Bertrand. O objetivo do trabalho é demonstrar a pertinência da semiótica como instrumental teórico para se extrair do texto escriturístico seu parecer de significação, tendo em vista que o objeto da semiótica, como ciência, é o “parecer do sentido” (BERTRAND, 2003, p.11). A análise semiótica se dá por meio do percurso gerativo de sentido, em que o texto é analisado em três níveis: o discursivo, o narrativo e o fundamental, cada um deles com sintaxe e semântica próprias. A análise proposta tem por base uma tradução feita pelo autor deste trabalho, baseada no texto grego koinê de II João. Para tanto, fez-se a análise gramatical de cada palavra do texto grego além da construção de um diagrama no qual as relações sintáticas do texto grego podem ser mais bem visualizadas. Desse modo, considera-se que a confecção do diagrama também auxilia na análise semiótica proposta na medida em que a estruturação do texto grego fica desvelada aos olhos do intérprete. A análise do sentido do texto vai sendo demonstrada em cada camada de significação do percurso gerativo, em que seus elementos constitutivos vão sendo expostos no decorrer do trabalho. Propõe-se que a relação entre tradução do texto bíblico e sua análise semiótica devem considerados juntos para uma melhor compreensão do sentido. Por fim, procura-se demonstrar que, de fato, a semiótica greimasiana colabora no processo de extração da significação do texto bíblico. Nos apêndices, oferece-se uma breve análise do texto pelo viés da semiótica peirciana com o propósito de se abrir um caminho teórico para análise textual por meio dessa semiótica, além da apresentação de uma figura com um manuscrito de II João.

Palavras-chave: Semiótica, Bíblia, Greimas, Tradução, Grego Koinê.

ABSTRACT

Being the Sacred Scriptures a constant source of analysis by different theories of interpretation and being it an unquestionable basis of Western culture and perhaps worldwide, this dissertation proposes to analyze a selection of a biblical text - the Second Letter of John - through Greimasian semiotics, having as main references the theoreticians Diana Luz Pessoa de Barros and Denis Bertrand. The objective of the work is to demonstrate the relevance of semiotics as a theoretical instrument to extract from the scriptural text its opinion of signification, since semiotics has as its object, as a science, the "seem of meaning" (BERTRAND, 2003, p.11). The semiotic analysis occurs through the generative path of meaning, in which the text is analyzed on three levels: discursive, narrative and fundamental, with each level presenting its own syntax and semantics. The semiotic analysis proposed is based on a translation made by the author of this work based on the Greek text koinê from II John. For this, a grammatical analysis of each word of the Greek text was made, in addition to the construction of a syntactic diagram in which the syntactic relations of the Greek text can be better visualized. It is proposed that the making of the diagram also helps in the proposed semiotic analysis insofar as the structuring of the Greek text is revealed to the interpreter's eyes. The analysis of the meaning of the text is being demonstrated in each layer of meaning of the generative path, in which its constitutive elements are being exposed throughout the work. It is proposed that the relationship between translation of the biblical text and its semiotic analysis should be considered together for a better understanding of the meaning. Finally, we try to demonstrate that, in fact, Greimasian semiotics collaborates in the process of extracting meaning from the biblical text. In the appendices, we offer a brief analysis of the text by means of Peircian semiotics with the purpose of opening a theoretical path for textual analysis by means of this semiotics, besides the presentation of a figure with a manuscript of II John.

Key-words: Semiotics, Bible, Greimas, Translation, Koine Greek.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama simplificado das relações sintáticas	28
Figura 2 – O modelo actancial e as modalidades actanciais.....	69
Figura 3 – Relação entre atores e actantes	71
Figura 4 – Espaço tensivo	85
Figura 5 – Quadrado semiótico	88
Figura 6 – Quadrado semiótico completo.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação do trecho de Provérbios 18.24	15
Quadro 2 – Comparação do trecho de I Coríntios 12.13	15
Quadro 3 – Comparação do livro de II João – Tradução própria e versão Almeida Edição Contemporânea.....	35
Quadro 4 – Comparação entre as II e III Cartas Joanas	40
Quadro 5 – Distribuição dos verbos no texto grego koinê	55
Quadro 6 – Distribuição dos verbos no texto em português – tradução própria.....	56
Quadro 7 – Distribuição dos verbos no texto em português – edição contemporânea.....	56
Quadro 8 – O modelo do percurso gerativo de Greimas.....	66
Quadro 9 – Esquema narrativo canônico	67
Quadro 10 - Programas Narrativos	74
Quadro 10 – Os três percursos	79
Quadro 11 – Relação entre os verbos no esquema patêmico.....	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ANÁLISE DO TEXTO GREGO E TRADUÇÃO	19
2.1 ANÁLISE MORFOLÓGICA	19
2.2 DIAGRAMA SINTÁTICO	27
2.3 TRADUÇÃO PRÓPRIA	34
3 ANÁLISE SEMIÓTICA	37
3.1 NÍVEL DISCURSIVO	37
3.1.1 Gênero Literário Epistolar	38
3.1.2 Análise da sintaxe e da semântica discursivas	42
3.1.2.1 Semântica discursiva: isotopias	42
3.1.2.2 Semântica discursiva: Figurativização, Tematização e Motivo	46
3.1.2.3 Sintaxe discursiva: Categorias de pessoa, tempo e espaço	49
3.1.2.3.1 <i>Pessoa</i>	50
3.1.2.3.2 <i>Tempo</i>	53
3.1.2.3.2.1 <i>Advérbio de Tempo</i>	60
3.1.2.3.3 <i>Espaço</i>	61
3.1.3 Ponto de vista	63
3.2 NÍVEL NARRATIVO	65
3.2.1 Sintaxe narrativa	66
3.2.2 Semântica Narrativa	80
3.2.3 A questão das paixões	83
3.3 NÍVEL FUNDAMENTAL	86
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE	99
ANEXO	105

1 INTRODUÇÃO

A tarefa de interpretação de textos tem sido objeto de interesse há muito tempo dentre os estudiosos das Sagradas Escrituras, havendo uma longa história de investigações no campo da hermenêutica dentro da tradição cristã. A teologia cristã, como fruto da interpretação escriturística especialmente, por sua vez, influenciou de forma decisiva o pensamento ocidental.

A atividade da interpretação é de fundamental importância para a área de estudos teológicos e bíblicos, considerando-se a teologia um fator que influencia a ética de uma sociedade, na medida em que esta é mais ou menos receptiva aos ensinamentos de uma determinada religião. Percebe-se essa verdade, em nosso tempo, de forma especial nos países de maioria islâmica, em que o Estado é dirigido pela teologia muçulmana que, em certos casos, determina até a vestimenta a ser utilizada pela população, a partir de uma certa interpretação de seus textos sagrados.

Nos países de tradição cristã, seriam inúmeros os exemplos da influência da teologia na ética tanto pessoal quanto da sociedade, em assuntos dos mais variados, influência essa ainda presente na nossa cultura, apesar do declínio da influência cristã nos países ocidentais.

A Bíblia¹, por si só, já demonstra seu valor quanto ao estudo de seu conteúdo. Foi o primeiro livro a ser impresso em uma máquina impressora – feito esse completado por Gutemberg em 1456 - e é o livro mais vendido do mundo² e com o maior número de traduções³, sendo que, atualmente, há 724 línguas que possuem o texto completo da bíblia. A influência da Bíblia é inegável não somente na sociedade ocidental, mas, em certa medida, em todo o mundo, sendo ela a base para o discurso religioso ocidental:

O texto bíblico, considerado como texto de referência primeiro e como discurso fundador dos discursos de fidelização e de divulgação religiosa, devido ao efeito de atemporalidade do discurso religioso, é a base para a discursivização do discurso de divulgação religiosa (SILVA, 2019, p. 568).

² <https://www.guinnessworldrecords.com/world-records/best-selling-book-of-non-fiction>

³ <https://www.wycliffe.net/resources/statistics/#:~:text=translation%20in%20progress-,Bible%20translation%20is%20currently%20happening%20in%202%2C846%20languages%20in%20157,Scripture%20in%20their%20first%20language.>

A tarefa de interpretação de textos é também de interesse, obviamente, de diversas áreas das ciências humanas, como a Crítica Literária e a Linguística. A respeito da atividade interpretativa, assim declara Stephan Collini, na introdução do livro *Interpretação e Superinterpretação* de Umberto Eco (COLLINI *apud* ECO, 2005, p. 4):

A interpretação não é, evidentemente, uma atividade inventada pelos teóricos da literatura do séc. XX. Na verdade, as dificuldades e discussões sobre a caracterização dessa atividade tem uma longa história no pensamento ocidental, derivada sobretudo da tarefa importante de instituir o significado da Palavra de Deus. A fase moderna dessa história remonta essencialmente à percepção mais aguda do problema do significado textual introduzido pela hermenêutica bíblica associada a Schleiermacher no começo do século XIX e à posição central da interpretação para o entendimento de todas as criações do espírito humano tomada como base de um programa de pleno alcance da *Geisteswissenschaft* de Dilthey no fim do século.

Duas considerações precisam ser ressaltadas sobre as afirmações de Collini: primeiro, a importância da atividade da interpretação não somente para a Teologia, mas para “todas as criações do espírito humano” (ECO, 2005, p. 4), expressão que envolve as ciências humanas dentro da tradição anglo-saxônica, correspondente ao *Geisteswissenschaft*⁴ de tradição germânica; segundo, a proeminência da questão da interpretação textual dentro do âmbito dos estudos das Sagradas Escrituras, ainda que a maneira de se interpretar a Bíblia tenha passado por algumas mudanças com o tempo, a partir de certas teorias hermenêuticas propostas por teólogos e estudiosos.

Entendendo o conceito de texto além do seu sentido básico de texto verbal, a questão da interpretação toma uma relevância ainda maior. Insere-se, aqui, a concepção de semiótica, para cujo entendimento serão usados, especialmente, os conceitos oriundos da teoria revisitados pela leitura de Bertrand, que sintetiza: “O objeto da semiótica é o *sentido*” (BERTRAND, 2003, p. 11). Um pouco à frente, ainda no mesmo parágrafo, o autor explicita melhor tal concepção: “A semiótica se interessa pelo “parecer do sentido”, que se apreende por meio das formas de linguagem e, mais concretamente, dos discursos que o manifestam, tornando-o comunicável e partilhável, ainda que parcialmente”.

⁴ “Humanidades”. Na tradição de língua alemã, o termo “Geisteswissenschaft” é um termo coletivo para, atualmente, cerca de 40 ciências individuais diferentes, que investigam áreas temáticas relacionadas a fenômenos culturais, intelectuais, de mídia e às vezes sociais ou sociológicos, históricos, políticos e religiosos. A maioria das ciências humanas, portanto, faz isso em certa medida, pois em todas as disciplinas o ser humano e suas produções estão no centro. <https://educalingo.com/pt/dic-de/geisteswissenschaft>. Acesso em 12/07/2023.

Percebe-se a íntima conexão da perspectiva dessa semiótica com a interpretação textual, pois aquela busca compreender como os mecanismos de significação se fazem presentes no texto, o que se relaciona com esta. Bertrand define a ciência semiótica a partir de definições de autores clássicos, citados por ele em sua introdução. Assim, partindo de uma definição de semiótica como uma “ciência dos signos”, chega ao conceito de semiótica como a “ciência da significação”, em que o sentido é o seu objeto e alvo. Ressalta-se, aqui, uma última definição citada por Bertrand, retirada do *Dicionário de semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p. 415):

A teoria semiótica deve apresentar-se inicialmente como ela é, ou seja, como uma teoria da significação. Sua primeira preocupação será, pois, explicitar, sob a forma de uma construção conceitual, as condições da apreensão e da produção de sentido.

Assim, de acordo com Greimas e Courtés, a semiótica deve procurar a compreensão de como o sentido é produzido e como ele pode ser apreendido.

Em seu desenvolvimento como ciência, a semiótica abrangeu não somente objetos diferentes em seu trabalho de apreensão dos sentidos, mas também se desenvolveu em perspectivas semióticas diversas, conforme a teorização de cada autor especificamente. Neste trabalho, será utilizada a semiótica discursiva tal como concebida por Algirdas Julius Greimas (09/03/1917 – 27/02/1992) e de inspiração na linguística estrutural. Segundo Nöth (2009, p. 145):

A influência das ideias de Greimas é notável em várias áreas do campo semiótico, indo da semiótica do espaço e da arquitetura à pintura, teologia, direito e ciências sociais até a ciência da documentação. O objetivo central da pesquisa deste programa semiótico, contudo, é o estudo do discurso com base na ideia de que uma estrutura narrativa se manifesta em qualquer tipo de texto.

A semiótica de Greimas é, portanto, uma semiótica do texto, e não da palavra. Ressalta-se no comentário de Nöth o conceito de estrutura narrativa que se manifesta “em qualquer tipo de texto”. Greimas comenta o termo estrutura: “Retomando, nas grandes linhas, a formulação dada por L. Hjelmslev, consideraremos a estrutura uma entidade autônoma de relações internas, constituídas em hierarquias” (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p. 415). Ressalta-se, ainda, que Nöth cita a teologia como área influenciada pela semiótica de origem greimasiana, o que interessa a este trabalho, visto que tem como objetivo analisar

semioticamente um texto bíblico a partir de uma tradução própria do original. O conceito de estrutura será relevante na análise que se seguirá nesta dissertação, visto que a semiótica discursiva será a base teórica a ser usada. A estrutura sintática em forma de diagrama oferecida neste trabalho ressalta o caráter estrutural como base da análise aqui proposta.

O uso da semiótica discursiva na análise de textos é algo a ser estimulado junto aos estudiosos da questão de interpretação de textos, conforme afirma Tatit:

Apesar de toda essa pujança no terreno científico e epistemológico, a semiótica continua distante da prática descritiva dos estudantes interessados em análise dos textos, sejam estes verbais ou não-verbais. Justamente em razão de sua complexidade teórica, os recursos aplicativos da disciplina são, em geral, substituídos por métodos menos rigorosos que atingem resultados imediatos, de cunho interpretativo ou parafrástico, descuidando-se totalmente da construção global de um modelo que subsista à descrição particular de cada texto (TATIT, 2008, p. 11).

Essa afirmação feita por Tatit tem especial aplicação quanto à interpretação de textos bíblicos, sendo essa uma área ainda a ser mais explorada pelos estudiosos da semiótica, tanto em relação ao aprofundamento do trabalho de interpretação quanto à quantidade de publicações de análise sob essa teoria. Destaca-se, no histórico de estudos da semiótica em textos bíblicos, a sessão de três dias do Grand Séminaire de Versailles realizado em setembro de 1968, conforme afirma Silva (2019, p. 550):

Cabe destacar, a importância de uma sessão de três dias realizada no Grand Séminaire de Versailles, em setembro de 1968, como o marco inaugural dos estudos em semiótica bíblica. Assim sendo, a presença da semiótica no debate do campo de estudos exegéticos tem início na França, a partir do Congresso de 1969 da Associação Bíblica Francesa para o estudo da Bíblia (A.C.F.E.B.). Os debates provenientes desse encontro foram publicados sob o título *Exegèse et Herménéutique*, Paris, Seuil, Col. Parole de Dieu, 1971. Esses estudos tiveram posterior desenvolvimento em Lyon, por meio da criação, por iniciativa de J. Delorme e J. Calloud, do Centre pour l'Analyse Du Discours Religieux (CADIR), com a publicação do periódico *Sémiotique et Bible*.

Pode-se, então, afirmar que recorrer a textos bíblicos como objeto de análise da semiótica discursiva não é estranho a essa disciplina; pelo contrário, tem sido uma prática desde o seu surgimento com A. J. Greimas, no último quarto do século XX:

A semiótica oferece ao estudioso da Bíblia uma metalinguagem neutra, ou seja, uma maneira de falar do texto todo sem se apagar diante dele: sob a aparência de um jargão talvez rebuscado, mas fácil de ser assimilado e,

sobretudo, inevitável, permite a este discurso pelo discurso distinguir-se de seu objeto textual, permitindo-lhe também manter a unidade de seus termos e a coerência, verificável, de seu propósito (GREIMAS *apud* RAMOS, 2004, p. 18)

Um dos objetivos deste trabalho é procurar demonstrar a viabilidade da proposição de Greimas, de se estudar a Bíblia por meio dessa “metalinguagem neutra”, estudando o texto pelo texto. A possibilidade de uma interpretação discursiva mais científica surge como algo a ser explorado pelos estudiosos das Escrituras.

Outro ponto relevante na tarefa da interpretação dos textos bíblicos é a problemática da tradução. Os textos originais da Bíblia foram escritos em hebraico, no caso do Antigo Testamento (com algumas passagens em aramaico) e em grego, no caso do Novo Testamento. Uma análise a partir da crítica textual⁵ – área que estuda os manuscritos antigos do Velho e do Novo Testamento – foge ao escopo deste trabalho, entretanto, é necessário comentar que não existem mais os manuscritos originais dos textos bíblicos, mas – no caso do Novo Testamento especialmente – ainda se encontram milhares de cópias manuscritas que servem de base de estudo para a formulação de um texto padrão que é usado para as traduções.

O esforço de tradução da Bíblia para todas as línguas do mundo, tarefa essa empreendida por instituições específicas, tem sido de muita valia para a área da Linguística, por exemplo. Uma instituição que assume como meta a tradução da Bíblia para outras línguas é a Wycliffe Associates, que tem como uma de suas estratégias a tradução do texto bíblico realizada por falantes comuns de determinada língua, com o auxílio de especialistas em tradução:

Times de tradutores nacionais da Bíblia se encontram em um “workshop” para colaborar, traduzindo múltiplas passagens da Escritura em paralelo, e eles checam e revisam seus rascunhos durante o “workshop” de tradução da Bíblia. A Tradução da Bíblia Pertencente à Igreja é baseada em princípios linguísticos comprovados, permitindo que falantes nativos do idioma alvo criem uma tradução que seja acurada e clara” (Tradução nossa). (CHURCH OWNED BIBLE TRANSLATION, 1998-2023)⁶.

⁵ Textual criticism means thinking critically about manuscripts and variations in the biblical texts found in those manuscripts, in order to identify the original reading of the Bible. <https://faculty.wts.edu/posts/textual-criticism-what-it-is-and-why-you-need-it/#:~:text=Instead%2C%20textual%20criticism%20means%20thinking,original%20reading%20of%20the%20Bible>. Acesso em: 14 abr. 2023.

⁶Disponível em: <https://wycliffeassociates.org/>. Teams of national Bible translators gather in a workshop setting to collaborate, translating multiple passages of Scripture in parallel, and they check and revise their translation drafts throughout the Bible translation workshop. Church Owned Bible

Entretanto, com o aumento de traduções e versões diversas em língua portuguesa, percebem-se algumas diferenças significativas em certas passagens que acabam por induzir a interpretações diferentes, levando, inclusive, a formulação de teologias que podem se opor em alguns pontos. Alguns exemplos constam nos quadros 1 e 2 a seguir:

Quadro 1 - Comparação do trecho de Provérbios 18.24

Versão Trecho	Nova Tradução na Linguagem de Hoje	Almeida Edição Contemporânea
Provérbios 18.24	“Algumas amizades não duram nada, mas um verdadeiro amigo é mais chegado que um irmão” (BÍBLIA, 2012, p. 911)	“O homem que tem muitos amigos pode vir à ruína, mas há um amigo mais chegado do que um irmão” (BÍBLIA, 2020, p. 407)

Fonte: Elaboração própria (2022).

Nesse caso, qual a mensagem correta a respeito da amizade? Que algumas amizades duram pouco ou que o excesso de amigos pode ser prejudicial? Sobre a segunda frase do verso, na Almeida Edição Contemporânea, a presença do verbo “haver” seguido pelo artigo indefinido dá a entender a existência de um indivíduo específico que seria um amigo melhor; na versão da Linguagem de Hoje, essa ideia é diluída.

Quadro 2 - Comparação do trecho I Coríntios 12.13

Versão Texto	Nova Tradução na Linguagem de Hoje	Almeida Edição Contemporânea
I Coríntios 12.13	“Assim, também, todos nós, judeus e não judeus, escravos e livres, fomos batizados pelo mesmo Espírito para formar um só corpo. E a todos nós foi dado de beber de um mesmo Espírito”. (BÍBLIA, 2012, p. 1606)	“Pois todos nós fomos batizados em um só Espírito, formando um só corpo, quer judeus, quer gregos, quer servos, quer livres, e a todos nós foi dado de beber de um só Espírito” (BÍBLIA, 2020, p. 728)

Fonte: Elaboração própria (2022)

Nessa segunda comparação, há uma questão doutrinária envolvida. Na primeira versão, quem batiza é o Espírito Santo. Na segunda (Contemporânea), o Espírito é o “lugar” onde o crente é batizado, não havendo o sujeito do verbo “batizar”. A versão da Linguagem de Hoje dá base para a teologia pentecostal, e a outra versão para uma teologia mais tradicional. A questão exegética desse versículo repousa tanto na significação das preposições gregas “ἐίς” e “ἐν”, conforme o caso em que elas podem se encontrar no texto, quanto no contexto teológico em que os textos são traduzidos – nesse caso específico, a preposição “ἐίς” está se relacionando com o termo “corpo”, denotando a ideia de que o batismo referido tem por objetivo introduzir aquele que crê no corpo de Cristo, que é a igreja.

Esses dois exemplos servem para demonstrar a necessidade de se conhecer de modo mais apropriado possível a intencionalidade enunciativa do texto para alcançar-lhe os sentidos, haja vista a importância da mensagem do texto bíblico para a vida de bilhões de pessoas em todo o mundo.

Considerando a possibilidade de recorrer à eficácia da teoria da semiótica discursiva em textos bíblicos - para fins de análise da compreensão dos mecanismos de significação - além de problematizar questões de tradução do texto bíblico, este trabalho propõe-se a analisar, por meio dessa teoria, o texto da II Carta de João, pertencente ao Novo Testamento.

A escolha dessa carta, especificamente, deve-se a alguns motivos: primeiro, a sua brevidade, compatível com a extensão de uma dissertação, sendo que o texto grego, conforme demonstrado na análise morfológica (página 20), contém apenas 245 palavras; segundo, a sua concisão, pois é uma carta breve contendo uma mensagem completa, com início, meio e fim; e, terceiro, pelos mecanismos enunciativos presentes na carta que fornecem base para uma interessante análise discursiva, conforme será demonstrado no decorrer deste estudo.

Observa-se, ainda, a singularidade do texto bíblico no que concerne a ser ele um objeto de estudo da semiótica, conforme afirmam Chabrol e Marin (1980, p.125):

Em que se alicerça essa resistência e dentro de que perspectivas será preciso trabalhar a especificidade do texto bíblico? Se ele escapa à aplicação direta dos modelos elaborados para os contos, as fábulas ou os mitos é, sem dúvida, devido à importância que assumem os discursos nos textos estudados, sobretudo os do Novo Testamento, entendendo-se por discurso os conjuntos linguísticos que não se calçam na narrativa pura, mas visam o ensino, a pregação, a proclamação, a confissão.

O trabalho, em sua primeira parte, apresenta uma tradução própria da Carta referida a partir do texto grego koinê, conforme consta no *The Greek New Testament*, 3ª edição, 1977, editado pela United Bible Societies. Inicia-se a tradução com uma análise morfológica de cada palavra, tendo como base a obra *The Analytical Lexicon to The Greek New Testament*, seguida por uma análise sintática feita por meio de um diagrama simplificado, o que facilita a visualização da estrutura sintática do texto e contribui para sua compreensão. Por fim, uma proposta de tradução será feita com base nas fases anteriores. Essa tradução própria será comparada com o texto de II João constante na versão da Bíblia Almeida Edição Contemporânea, de 2020. A tradução proposta não é específica para publicação, mas para análise de questões de tradução a serem problematizadas, visto que a gramática do grego koinê apresenta algumas particularidades que não conseguem ser plenamente demonstradas em uma versão em português, assim como para servir de base para a análise semiótica a ser desenvolvida.

No corpo do texto deste trabalho, optou-se, em alguns momentos, por transliterar as palavras gregas, que foram citadas, para maior compreensão. Optou-se, ainda, por colocar entre parênteses, após a citação do lexema em grego da II Carta de João, o número correspondente da palavra, conforme a listagem das palavras da análise morfológica.

A segunda parte do trabalho consiste na análise em si, conforme a teoria da semiótica discursiva, com fins de entendimento dos mecanismos de significação. Essa significação será compreendida por meio do percurso gerativo de sentido, começando com a camada mais superficial (discursiva), passando pelo nível narrativo e terminando com a análise do nível fundamental, postulando a oposição semântica mínima que define o texto escolhido. Esse “*percurso metodológico para a análise dos textos literários*” (BERTRAND, 2003, p. 23) tem por objetivo desvelar as camadas de significação entretecidas pelo enunciador na confecção do texto, como um tecido sendo entremeado com mecanismos de sentido.

Esse método atenta para o texto somente, considerando-o como um objeto autônomo em sua significação:

Nosso método consiste, pois, inicialmente, em nos atermos ao texto propriamente dito, em reconhecer sua autonomia relativa de objeto significante. Ele considera o texto como “um todo de significação” que produz em si mesmo, ao menos parcialmente, as condições contextuais de sua leitura[...] P. Ricoeur escreve: “Na medida em que o sentido de um texto se tornou autônomo em relação à intenção subjetiva de seu autor, a questão essencial não é mais encontrar, por trás do texto, a intenção perdida, mas desdobrar, de certo modo diante do texto, o ‘mundo’ que ele abre e descobre” (BERTRAND, 2003, p. 23).

Por fim, nas considerações finais, o trabalho retoma, em síntese, os resultados que demonstram a validade de tal empreendimento, a fim de que o emprego da semiótica discursiva na análise de textos bíblicos possa ser ampliado e adotado por aqueles que se propõem a estudar as Escrituras Sagradas, além de colaborar, de alguma forma, com esse esforço coletivo de tradução dos textos bíblicos.

A pesquisa realizada se caracteriza como descritiva, tendo em vista seu objetivo de descrever um fato, um fenômeno de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). A abordagem é qualitativa, na medida em que não houve preocupação com representatividade numérica, mas com uma compreensão mais profunda do fenômeno a ser pesquisado.

Ao final da dissertação, no apêndice, apresenta-se uma breve análise de II João sob a ótica da semiótica peirciana, destacando a discussão da proposição principal encontrada nessa Carta usando a classificação de signos elaborada por Peirce. O objetivo de tal esforço é demonstrar também - embora brevemente - a vitalidade do uso da semiótica peirciana na tarefa de compreender os mecanismos de significação existentes no enunciado. No anexo, será reproduzida uma imagem de um manuscrito antigo da segunda carta joanina.

2 ANÁLISE DO TEXTO GREGO E TRADUÇÃO

O presente capítulo é dividido em três partes. A primeira se destina a apresentar uma análise morfológica de todas as palavras constantes no texto grego de II João. Por meio dessa análise, poder-se-á conhecer toda a classificação gramatical envolvida na estrutura do texto. A segunda parte é o diagrama sintático do texto grego, em que as relações sintáticas que formam o corpo textual ficam desveladas. Com base na análise morfológica e da construção do diagrama sintático, uma tradução própria do texto de II João será elaborada. É sobre essa tradução que a análise semiótica será realizada. A terceira parte é a tradução própria oferecida neste trabalho.

Além de fornecer base para a tradução, tanto a análise morfológica quanto o diagrama sintático serão utilizados também nos comentários da análise semiótica, assim como na discussão da problematização das questões de tradução que serão levantadas

2.1 ANÁLISE MORFOLÓGICA

ΙΩΑΝΝΟΥ ΕΠΙΣΤΟΛΗ ΔΕΥΤΕΡΑ (SEGUNDA CARTA DE JOÃO)

- 1 Ὁ - Artigo masculino singular nominativo - o
- 2 πρεσβύτερος – Substantivo masculino singular nominativo - presbítero
- 3 ἐκλεκτῇ - Adjetivo feminino singular dativo - eleita
- 4 κυρία - Substantivo feminino singular dativo - senhora
- 5 καὶ - conjunção - e
- 6 τοῖς - Artigo masculino plural dativo - aos
- 7 τέκνοις – Substantivo masculino plural dativo - filhos
- 8 αὐτῆς – Pronome feminino singular genitivo - dela
- 9 οὓς – Pronome masculino plural acusativo – a quem
- 10 ἐγὼ - Pronome singular nominativo - eu
- 11 ἀγαπῶ - Verbo, 1ª pessoa do singular, presente, indicativo, ativo - amo
- 12 ἐν – Preposição - em
- 13 ἀληθεία - Substantivo, feminino, singular, dativo - verdade
- 14 καὶ - Conjunção - e

- 15 οὐκ – Advérbio - não
- 16 ἐγὼ - Pronome singular nominativo - eu
- 17 μόνος – Adjetivo, masculino, singular, nominativo - sozinho
- 18 ἀλλὰ - Conjunção (partícula) - mas
- 19 καὶ - Conjunção - também
- 20 πάντες – Substantivo, masculino, plural, nominativo - todos
- 21 οἱ - Artigo, masculino, plural, nominativo - os
- 22 ἐγνωκότες – Verbo, perfeito, participio, ativo, nominativo, plural, masculino – os que conhecem
- 23 τὴν – Artigo, feminino, singular, acusativo - a
- 24 ἀλήθειαν – Substantivo, feminino, singular, acusativo - verdade
- 25 διὰ - Preposição – através, por meio de
- 26 τὴν - Artigo, feminino, singular, acusativo - a
- 27 ἀλήθειαν - Substantivo, feminino, singular, acusativo - verdade
- 28 τὴν - Artigo, feminino, singular, acusativo - a
- 29 μένουσαν – Verbo, presente, participio, ativo, acusativo, singular, feminino – permanece
- 30 ἐν – Preposição - em
- 31 ἡμῖν – Pronome, plural, dativo - nós
- 32 καὶ - Conjunção – e/também
- 33 μεθ’ - Preposição (com genitivo) – junto com
- 34 ἡμῶν – Pronome, plural, genitivo - nós
- 35 ἔσται – Verbo, 3ª pessoa do singular, futuro, indicativo, ativo - estará
- 36 εἰς – Preposição - para
- 37 τὸν – Artigo, masculino, singular, acusativo - o
- 38 αἰῶνα. – Substantivo, masculino, singular, acusativo – era, eternidade
- 39 ἔσται - Verbo, 3ª pessoa do singular, futuro, indicativo, ativo - estará
- 40 μεθ’ - Preposição (com genitivo) – junto com
- 41 ἡμῶν - Pronome, plural, genitivo - nós
- 42 χάρις – Substantivo, feminino, singular, nominativo - graça
- 43 ἔλεος – Substantivo, neutro, singular, nominativo - misericórdia
- 44 εἰρήνη – Substantivo, feminino, singular, nominativo - paz
- 45 παρὰ - Preposição (acompanhada de genitivo) – da parte de

- 46 θεοῦ - Substantivo, masculino, singular, genitivo - Deus
- 47 πατρός – Substantivo, masculino, singular, genitivo - Pai
- 48 καὶ - Preposição – e/também
- 49 παρὰ - Preposição (acompanhada de genitivo) – da parte de
- 50 Ἰησοῦ - Substantivo, masculino, singular, genitivo - Jesus
- 51 Χριστοῦ - Substantivo, masculino, singular, genitivo - Cristo
- 52 τοῦ - Artigo, masculino, singular, genitivo – o
- 53 υἱοῦ - Substantivo, masculino, singular, genitivo - Filho
- 54 τοῦ - Artigo, masculino, singular, genitivo – o/do
- 55 πατρός - Substantivo, masculino, singular, genitivo - Pai
- 56 ἐν – Preposição - em
- 57 ἀληθείᾳ - Substantivo, feminino, singular, dativo - verdade
- 58 καὶ - Preposição – e/também
- 59 ἀγάπῃ. - Substantivo, feminino, singular, dativo - amor
- 60 Ἐχάρην – Verbo, aoristo, indicativo, passivo, 1ª pessoa do singular – fiquei alegre
- 61 λίαν – advérbio - muito
- 62 ὅτι – Conjunção - pois
- 63 εὔρηκα – Verbo, perfeito, indicativo, ativo, 1ª pessoa do singular - encontrei
- 64 ἐκ – Preposição – de (alguns de)
- 65 τῶν – Artigo, masculino, plural, genitivo - dos
- 66 τέκνων – Substantivo, masculino, plural, genitivo - filhos
- 67 σου – Pronome, genitivo, singular - teus
- 68 περιπατοῦντας – Verbo, presente, participio, ativo, acusativo, plural, masculino - andando
- 69 ἐν – Preposição - em
- 70 ἀληθείᾳ – Substantivo, feminino, singular, dativo - verdade
- 71 καθὼς – Advérbio - como
- 72 ἐντολὴν – Substantivo, feminino, singular, acusativo - mandamento
- 73 ἐλάβομεν – Verbo, aoristo, indicativo, ativo, 1ª pessoa do plural - recebemos
- 74 παρὰ – Preposição (acompanhada de genitivo) – da parte
- 75 τοῦ – Artigo, masculino, singular, genitivo - de
- 76 πατρός - Substantivo, masculino, singular, genitivo - Pai
- 77 καὶ – Conjunção - e

- 78 νῦν – Advérbio - agora
- 79 ἐρωτῶ – Verbo, presente, indicativo, ativo, 1ª pessoa do singular - peço
- 80 σε – Pronome, acusativo, singular – a ti
- 81 κυρία, - Substantivo, feminino, singular, vocativo - senhora
- 82 οὐχ – Advérbio - não
- 83 ὡς – Advérbio - como
- 84 ἐντολὴν – Substantivo, feminino, singular acusativo – mandamento, preceito, lei
- 85 γράφων – Verbo, presente, particípio, ativo, singular, masculino, nominativo – escrevendo
- 86 σοι – Pronome, dativo, singular – a ti
- 87 καινὴν – Adjetivo, feminino, singular, acusativo - novo
- 88 ἀλλ’ - Conjunção adversativa - mas
- 89 ἣν – Pronome, feminino, singular, acusativo – o qual
- 90 εἶχομεν – Verbo, imperfeito, indicativo, ativo, 1ª pessoa do plural - tínhamos
- 91 ἀπ’ - Preposição - desde
- 92 ἀρχῆς, - Substantivo, feminino, singular, genitivo - começo
- 93 ἵνα – Conjunção – a fim de que
- 94 ἀγαπῶμεν – Verbo, presente, subjuntivo, ativo, 1ª pessoa do plural
- 95 ἀλλήλους, - Substantivo, masculino, plural, acusativo – uns aos outros
- 96 καὶ – Conjunção - e
- 97 αὕτη – Pronome, feminino, singular, nominativo - esta
- 98 ἐστὶν – Verbo, presente do indicativo ativo, 3ª pessoa do singular - é
- 99 ἡ – Artigo, feminino, singular, nominativo – a (o)
- 100 ἀγάπη, - Substantivo, feminino, singular, nominativo - amor
- 101 ἵνα – Conjunção – a fim de que
- 102 περιπατῶμεν – Verbo, presente, subjuntivo, ativo, 1ª pessoa do plural - andemos
- 103 κατὰ – Preposição – de acordo com
- 104 τὰς – Artigo, feminino, plural acusativo – as (os)
- 105 ἐντολὰς – Substantivo, feminino, plural, acusativo - mandamentos
- 106 αὐτοῦ· - Pronome, masculino, singular, genitivo - dele
- 107 αὕτη – Pronome, feminino, singular, nominativo - esta
- 108 ἡ – Artigo, feminino, singular, nominativo – a (o)

- 109 ἐντολή – Substantivo, feminino, singular, nominativo - mandamento
- 110 ἐστιν, - Verbo, presente, indicativo, ativo, 3ª pessoa do singular - é
- 111 καθὼς – Conjunção - como
- 112 ἠκούσατε – Verbo, aoristo, indicativo, ativo, 2ª pessoa do plural - ouvistes
- 113 ἀπ’ - preposição – desde
- 114 ἀρχῆς, - substantivo, feminino, singular, genitivo - começo
- 115 ἵνα – Conjunção – a fim de que
- 116 ἐν – preposição - em
- 117 αὐτῇ – Pronome, feminino, singular, dativo – ela (nela)
- 118 περιπατήτε. - Verbo, presente, subjuntivo, ativo, 2ª pessoa do plural - andeis
- 119 Ὅτι – Conjunção - pois
- 120 πολλοὶ – Substantivo, masculino, plural, nominativo - muitos
- 121 πλάνοι - Substantivo, masculino, plural, nominativo - errantes
- 122 ἐξῆλθον – Verbo, aoristo, indicativo, ativo, 3ª pessoa do plural - saíram
- 123 εἰς – Preposição – para (dentro)
- 124 τὸν – Artigo, masculino, singular, acusativo - (d)o
- 125 κόσμον – Substantivo, masculino, singular, acusativo - mundo
- 126 οἱ – Artigo, masculino, plural, nominativo - os
- 127 μὴ – Advérbio (partícula) - não
- 128 ὁμολογοῦντες – Verbo, presente, particípio, ativo, plural, masculino, nominativo – estão confessando
- 129 Ἰησοῦν – Substantivo, masculino, singular, acusativo - Jesus
- 130 Χριστὸν - Substantivo, masculino, singular, acusativo - Cristo
- 131 ἐρχόμενον - Verbo, presente, particípio, singular, médio, singular, masculino, acusativo – vindo
- 132 ἐν – Preposição - em
- 133 σαρκί – Substantivo, feminino, singular, dativo - carne
- 134 οὗτός – Pronome, masculino, singular, nominativo - este
- 135 ἐστιν - Verbo, presente, indicativo, ativo, 3ª pessoa do singular - é
- 136 ὁ – Artigo, masculino, singular, nominativo - o
- 137 πλάνος – Substantivo, masculino, singular, nominativo – enganador, impostor, errante
- 138 καὶ – Conjunção - e

- 139 ὁ - Artigo, masculino, singular, nominativo - o
- 140 ἀντίχριστος - Substantivo, masculino, singular, nominativo - anticristo
- 141 βλέπετε – Verbo, presente, imperativo, ativo, 2ª pessoal do plural - olhai
- 142 ἑαυτούς – Pronome, masculino, plural, acusativo – a si mesmos (a vós mesmos)
- 143 ἵνα - Conjunção – a fim de que
- 144 μὴ - Advérbio (partícula) - não
- 145 ἀπολέσητε – Verbo, aoristo, subjuntivo, ativo, 2ª pessoa do plural - destruais
- 146 ἃ – pronome, feminino, singular, acusativo – aquilo que
- 147 εἰργασάμεθα – Verbo, aoristo, indicativo, médio, 1ª pessoa do plural – temos trabalhado para nós
- 148 ἀλλὰ – Conjunção - mas
- 149 μισθὸν - Substantivo, masculino, singular, acusativo - recompensa
- 150 πλήρη – Adjetivo, masculino, singular, acusativo - plena
- 151 ἀπολάβητε – Verbo, aoristo, subjuntivo, ativo, 2ª pessoa do plural - recebais
- 152 Πᾶς – Pronome, masculino, singular, nominativo - todo
- 153 ὁ – Artigo, masculino, singular, nominativo - o
- 154 προάγων – Verbo, presente, particípio, ativo, singular, masculino, nominativo – vai além
- 155 καὶ – Conjunção - e
- 156 μὴ - Advérbio (partícula) - não
- 157 μένων - Verbo, presente, particípio, ativo, singular, masculino, nominativo – que permanece
- 158 ἐν – Preposição - em
- 159 τῇ – Artigo, feminino, singular, dativo – a (o)
- 160 διδασχῇ – Substantivo, feminino, singular, dativo - ensino
- 161 τοῦ - Artigo, masculino, singular, genitivo – de (o)
- 162 Χριστοῦ – Substantivo, masculino, singular, genitivo - Cristo
- 163 θεὸν – Substantivo, masculino, singular, acusativo - Deus
- 164 οὐκ – Advérbio (partícula) - não
- 165 ἔχει· - Verbo, presente, indicativo, ativo, 3ª pessoa do singular - tem
- 166 ὁ – Artigo, masculino, singular, nominativo - o
- 167 μένων - Verbo, presente, particípio, ativo, singular, masculino, nominativo – que permanece

- 168 ἐν – Preposição - em
- 169 τῇ - Artigo, feminino, singular, dativo – a (o)
- 170 διδασκῆ - Substantivo, feminino, singular, dativo - ensino
- 171 οὗτος – Pronome, masculino, singular, nominativo - este
- 172 καὶ – Conjunção – e, também
- 173 τὸν – Artigo, masculino, singular, acusativo - o
- 174 πατέρα – Substantivo, masculino, singular, acusativo - Pai
- 175 καὶ – Conjunção – e, também
- 176 τὸν - Artigo, masculino, singular, acusativo - o
- 177 υἰὸν - Substantivo, masculino, singular, acusativo - Filho
- 178 ἔχει. - Verbo, presente, indicativo, ativo, 3ª pessoa do singular - tem
- 179 εἴ – Partícula condicional - se
- 180 τις – Pronome, feminino, singular, nominativo - alguém
- 181 ἔρχεται – Verbo, presente, indicativo, médio, 3ª pessoa do singular - vem
- 182 πρὸς – Preposição – a (até)
- 183 ὑμᾶς – Pronome, plural, acusativo - vós
- 184 καὶ – Conjunção – e, também
- 185 ταύτην – Pronome, feminino, singular, acusativo – esta (este)
- 186 τὴν – Artigo, feminino, singular, acusativo - a
- 187 διδασκῆν – Substantivo, feminino, singular, acusativo - ensino
- 188 οὐ – Advérbio (partícula) - não
- 189 φέρει, - Verbo, presente, indicativo, ativo, 3ª pessoal do singular – carrega (traz)
- 190 μὴ – Advérbio (partícula) - não
- 191 λαμβάνετε – Verbo, presente, imperativo, ativo, 2ª pessoa do plural - recebais
- 192 αὐτὸν – Pronome, masculino, singular, acusativo - este
- 193 εἰς – preposição - em
- 194 οἰκίαν – substantivo, feminino, singular, acusativo - casa
- 195 καὶ – conjunção – e, também
- 196 χαίρειν – Verbo, presente, infinitivo, ativo - saudar
- 197 αὐτῷ – Pronome, masculino, singular, dativo – a este
- 198 μὴ- Advérbio (partícula) - não
- 199 λέγετε – Verbo, presente, imperativo, ativo, 2ª pessoa do plural - faleis
- 200 ὁ – Artigo, masculino, singular, nominativo - o

- 201 λέγων – Verbo, presente, participio, ativo, singular, masculino, nominativo – que fala
- 202 γὰρ – Conjunção - pois
- 203 αὐτῷ - Pronome, masculino, singular, dativo – a este
- 204 χαίρειν - Verbo, presente, infinitivo, ativo - saudar
- 205 κοινωνεῖ – Verbo, presente, indicativo, ativo, 3ª pessoa do singular - comunga
- 206 τοῖς – Artigo, neutro, plural, dativo – com as
- 207 ἔργοις – Substantivo, neutro, plural, dativo - obras
- 208 αὐτοῦ – Pronome, masculino, singular, genitivo - dele
- 209 τοῖς - Artigo, neutro, plural, dativo – com as
- 210 πονηροῖς. - Adjetivo, neutro, plural, dativo - más
- 211 Πολλὰ – Adjetivo, neutro, plural, nominativo - muito
- 212 ἔχων – Verbo, presente, participio, ativo, singular, masculino, nominativo – tenho (tendo)
- 213 ὑμῖν – Pronome, plural, dativo – a vós
- 214 γράφειν – Verbo, presente, infinitivo, ativo - escrever
- 215 οὐκ – Advérbio (partícula) - não
- 216 ἐβουλήθην – Verbo, aoristo, indicativo, passivo, 3ª pessoa do singular - quis
- 217 διὰ – Preposição – através, por meio de, por
- 218 χάρτου – Substantivo, masculino, singular, genitivo - papel
- 219 καὶ – Conjunção – e, também
- 220 μέλανος – Substantivo, neutro, singular, genitivo - tinta
- 221 ἀλλ’ - Conjunção (partícula) - mas
- 222 ἐλπίζω – Verbo, presente, indicativo, ativo, 1ª pessoa do singular – desejo, espero
- 223 γενέσθαι – Verbo, aoristo, infinitivo, médio - tornar-se
- 224 πρὸς – Preposição – perante, a
- 225 ὑμᾶς – Pronome, plural, acusativo - vós
- 226 καὶ – Conjunção – e, também
- 227 στόμα – Substantivo, neutro, singular, acusativo - boca
- 228 πρὸς – Preposição – perante, a
- 229 στόμα - Substantivo, neutro, singular, acusativo - boca
- 230 λαλήσαι – Verbo, aoristo, infinitivo, ativo - falaremos

- 231 ἵνα – Conjunção – a fim de
- 232 ἡ – Artigo, feminino, singular, nominativo - a
- 233 χαρὰ – Substantivo, feminino, singular, nominativo - alegria
- 234 ἡμῶν – Pronome, plural, genitivo - nossa
- 235 ᾗ – Verbo, presente, subjuntivo, ativo, 3ª pessoa do singular - seja
- 236 πεπληρωμένη – Verbo, perfeito, participio, passivo, singular, feminino, nominativo – plena, completa
- 237 Ἀσπάζεται – Verbo, presente, indicativo, médio, 3ª pessoa do singular - Saúda
- 238 σε – Pronome, singular, acusativo - te
- 239 τὰ – Artigo, neutro, plural, nominativo - os
- 240 τέκνα – Substantivo, neutro, plural, nominativo - filhos
- 241 τῆς – Artigo, feminino, singular, genitivo - da
- 242 ἀδελφῆς – Substantivo, feminino, singular, genitivo - irmã
- 243 σου – Pronome, singular, genitivo - tua
- 244 τῆς - Artigo, feminino, singular, genitivo – da (a)
- 245 ἐκλεκτῆς - Adjetivo feminino singular genitivo – eleita

2.2 DIAGRAMA SINTÁTICO

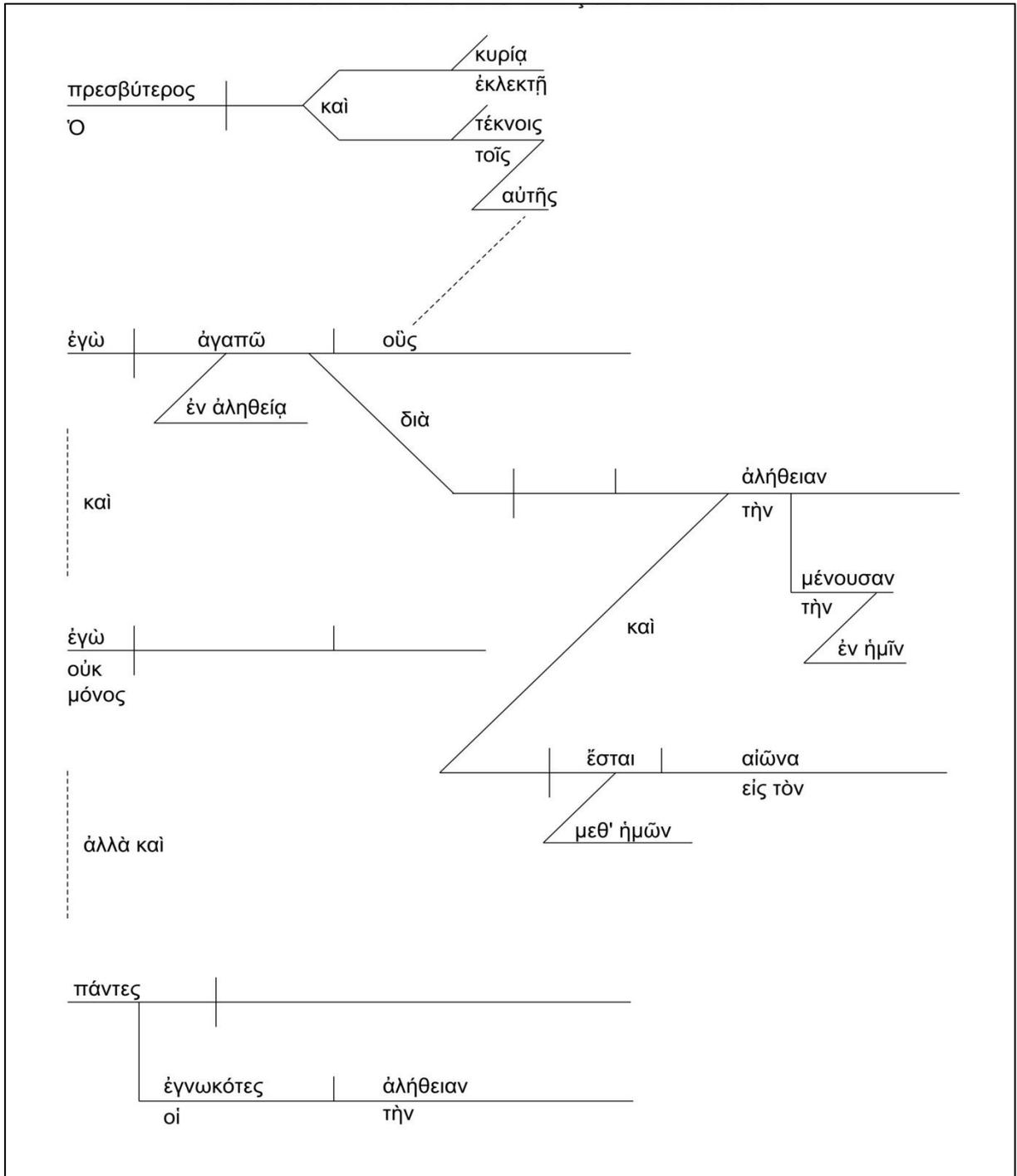
A formulação do diagrama sintático demonstra as relações entre os componentes da frase e também como as frases se relacionam. Além de permitir uma melhor visualização das relações sintáticas, o diagrama também possibilita realizar o trabalho de tradução de forma mais apurada.

Ao demonstrar essas relações, o exegeta bíblico pode compreender melhor como o texto foi construído. Da mesma forma, o trabalho de análise semiótica é favorecido pelo desvelar das estruturas sintáticas. O diagrama foi construído usando as recomendações de William Sanford Lasor, conforme seu livro *Gramática Sintática do Grego do Novo Testamento*. Para fins de comparação, usou-se, também, o diagrama proposto por William D. Ramey, em seu livro *A Greek Exegetical Library Edition - Epistles of John; 1 John 1:1—5:21; 2 John 1-13; 3 John 1-15, NTGreek In Diagram Series: Volume 26, 2017 Edition*.

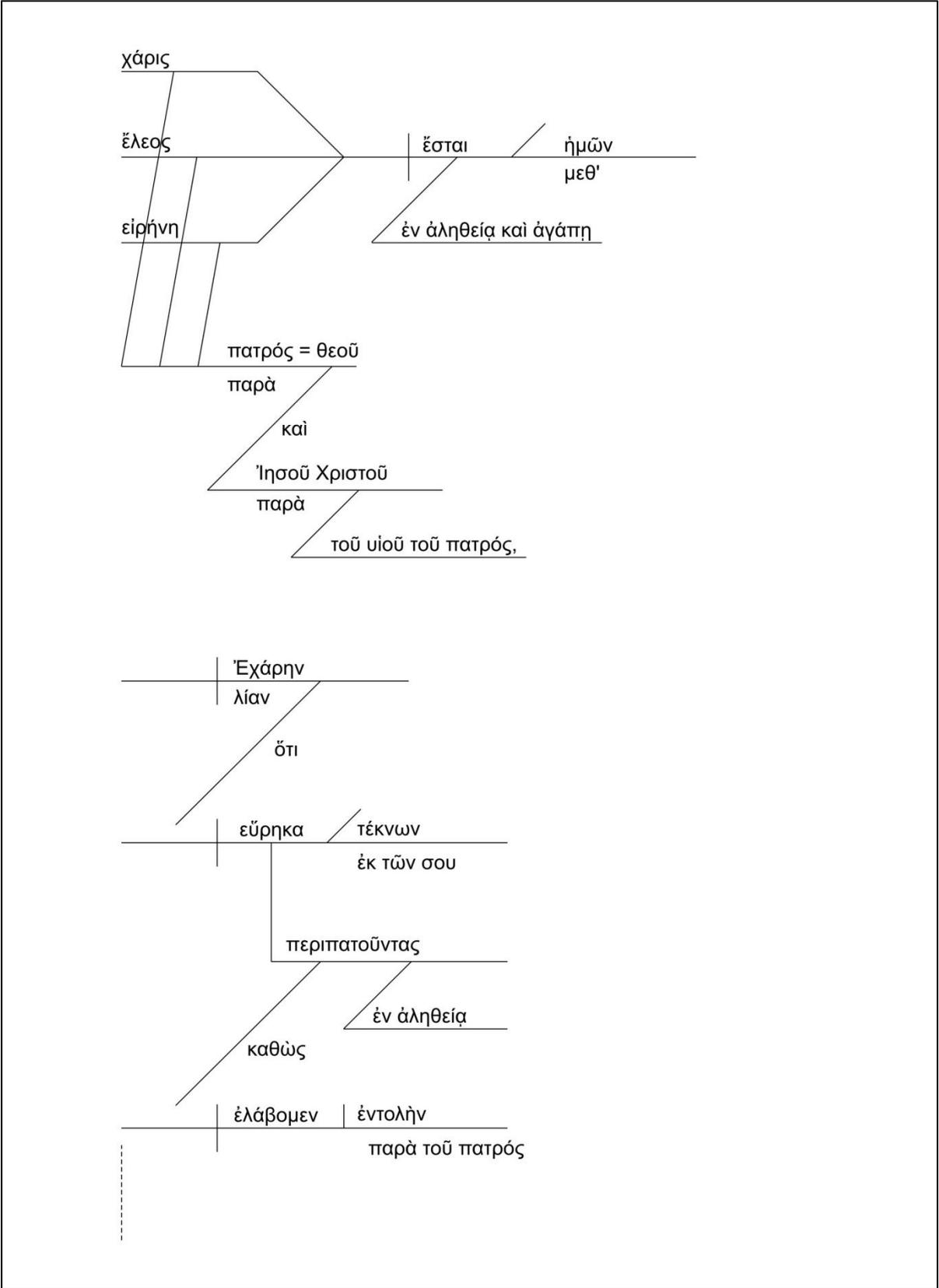
Propõe-se, com o diagrama, que tanto a análise linguística como a semiótica podem ser facilitadas com o seu uso, na medida em que as estruturas sintáticas se

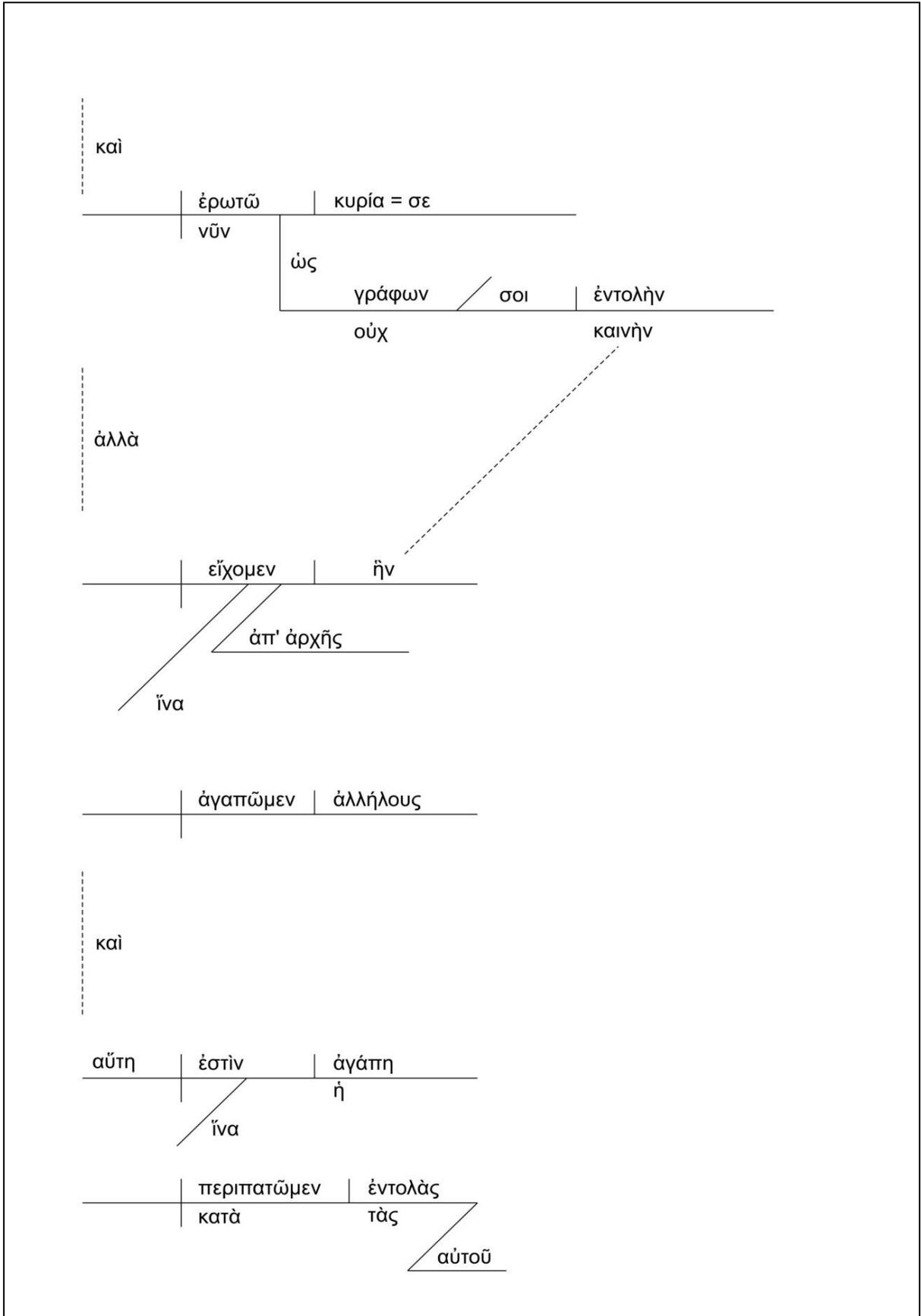
tornam visíveis, propiciando ao pesquisador conhecer as relações entre os termos de forma mais clara. Confira-se esse diagrama na Figura 1.

Figura 1 - Diagrama simplificado das relações sintáticas



continua





αὕτη | ἐστὶν | ἐντολή
 ή
 καθώς

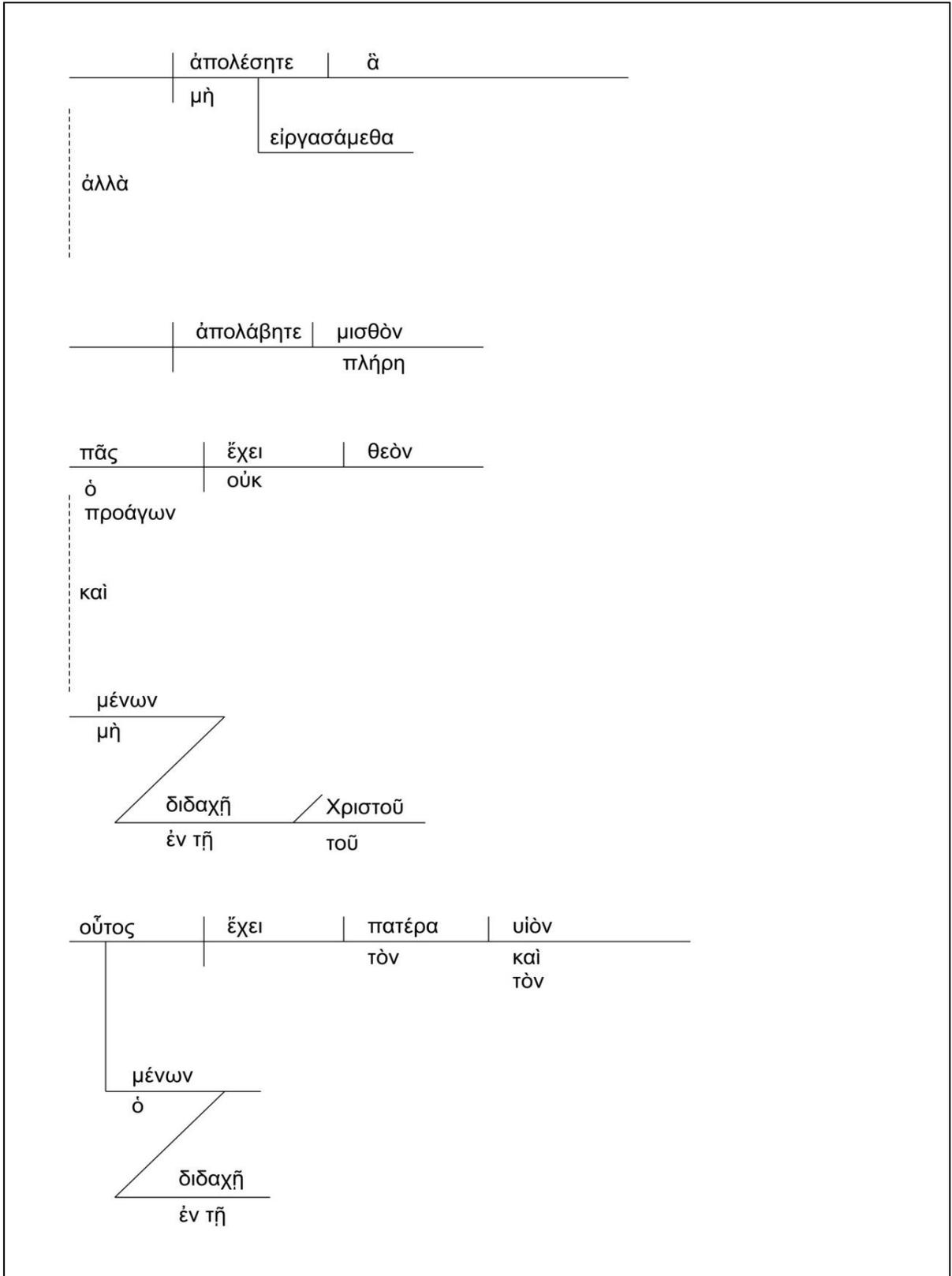
ἠκούσατε |
 ἄπ' ἀρχῆς
 ἵνα

περιπατήτε | ἐν αὐτῇ
 ὅτι

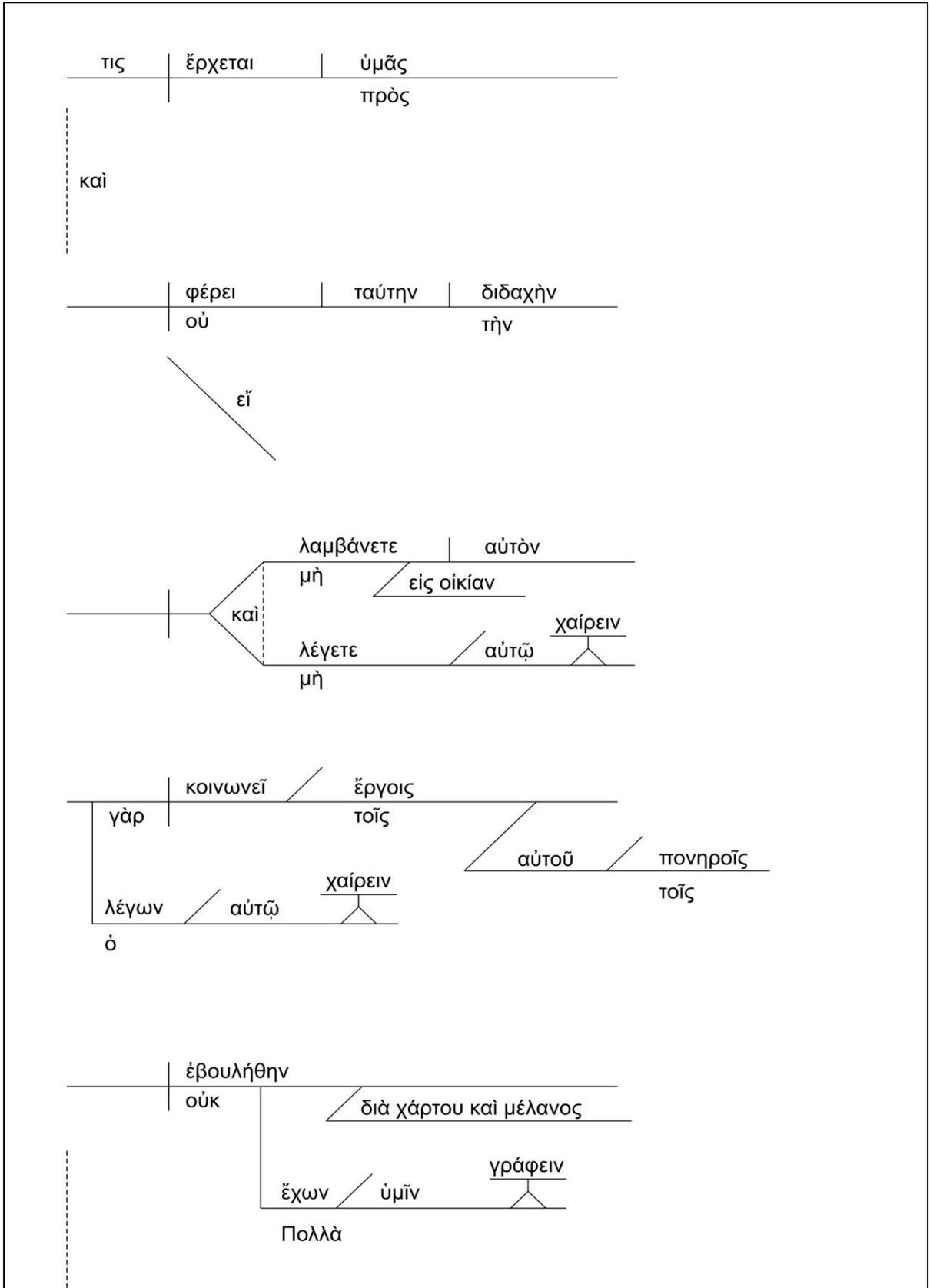
πλάνοι | ἐξῆλθον | κόσμον
 πολλοὶ | εἰς τὸν
 ὁμολογοῦντες | Ἰησοῦν Χριστὸν
 οἱ μὴ
 ἐρχόμενον
 ἐν σαρκί

οὗτός | ἐστὶν | πλάνος | ἀντίχριστος
 ὁ | καὶ ὁ

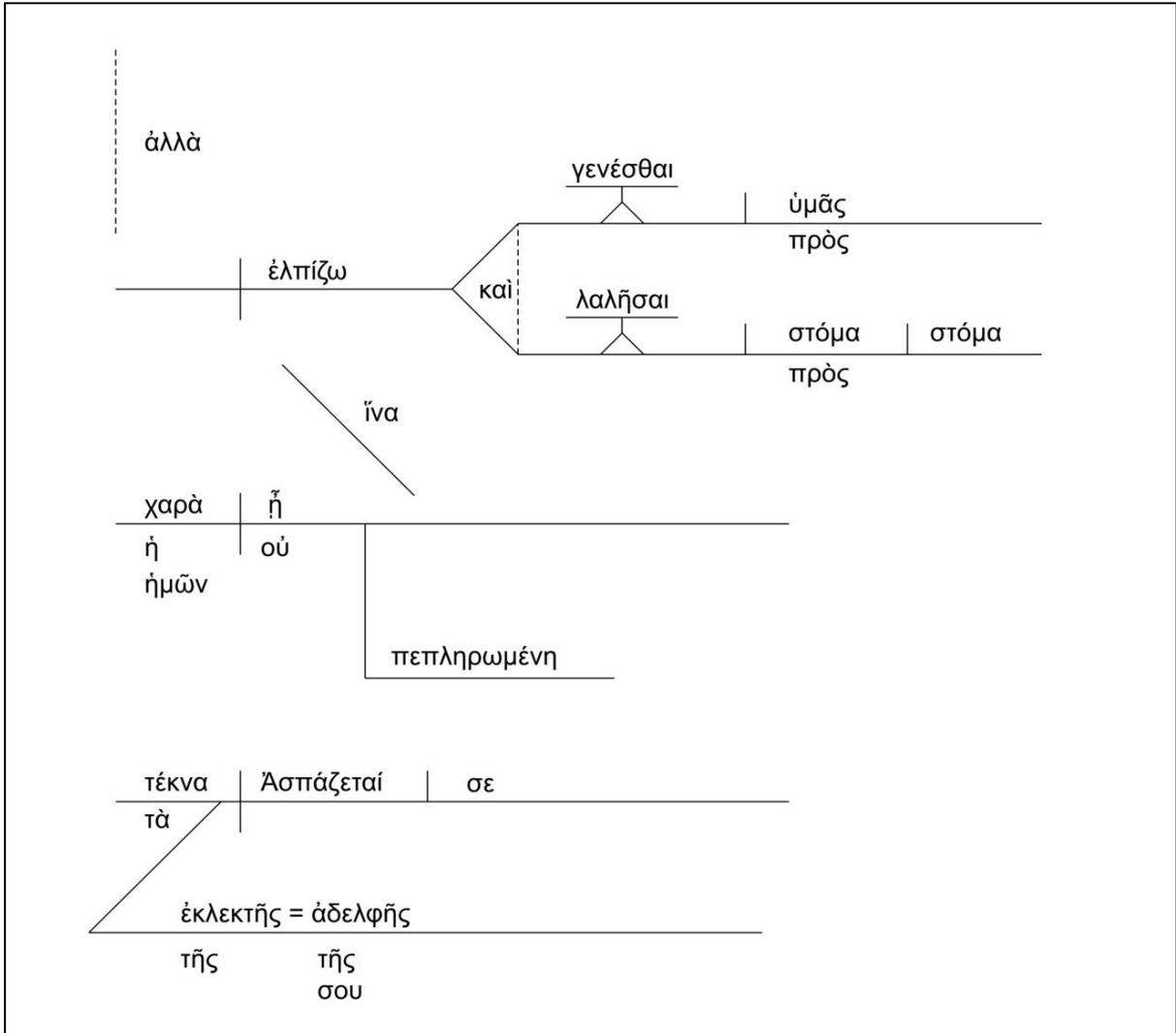
βλέπετε | ἐαυτοῦς
 ἵνα



continua



continua



Fonte: Elaboração própria (2022).

2.3 TRADUÇÃO PRÓPRIA

Baseado na análise morfológica e no diagrama sintático, apresenta-se a seguinte tradução proposta pelo autor deste trabalho, cuja finalidade é ser uma tradução não para fins de publicação, mas para servir de base para a análise semiótica. Nessa tradução, algumas palavras foram intencionalmente traduzidas de certa forma para tanto chamar a atenção para alguns detalhes específicos do texto grego como para apontar algumas problematizações que serão discutidas no processo de análise semiótica.

A tradução proposta foi colocada ao lado do texto da Edição Contemporânea, para fins de comparação, conforme se vê no Quadro 3.

Quadro 3 - Comparação do livro de II João - Tradução própria e versão Almeida Edição Contemporânea.

TRADUÇÃO PRÓPRIA	ALMEIDA EDIÇÃO CONTEMPORÂNEA
<p>O presbítero à senhora eleita e aos seus filhos a quem eu amo na verdade, também não somente eu, mas todos os que conhecem a verdade, por causa da verdade que permanece em nós e que estará conosco para sempre. Estarão (<i>estará</i>) conosco a graça, a misericórdia e a paz da parte de Deus Pai e da parte de Jesus Cristo, o Filho do Pai, em verdade e amor.</p> <p>Alegrei-me muito, pois encontrei alguns dos teus filhos andando na verdade, como recebemos o mandamento da parte do Pai. Agora, também, peço a ti, senhora, não como escrevendo novo mandamento a ti, mas aquilo que tivemos (<i>tínhamos</i>) desde o princípio: que nos amemos uns aos outros. E este é o amor: que andemos de acordo com os seus mandamentos. Este é o mandamento como ouvistes desde o começo, a fim que nele andemos.</p> <p>Pois muitos errantes (<i>enganadores</i>) saíram pelo mundo, os quais não confessam Jesus Cristo vindo em carne. Esse é o errante (<i>enganador</i>) e o anticristo. Olhai por vós mesmos a fim de que não destruais aquilo que construímos para nós mesmos, mas que</p>	<p>1 O presbítero à senhora eleita e aos seus filhos a quem eu amo na verdade – e não somente eu, mas também todos os que conhecem a verdade - ,</p> <p>2 por causa da verdade que está em nós e para sempre estará conosco:</p> <p>3 Graça, misericórdia e paz da parte de Deus Pai e de Jesus Cristo, o Filho do Pai, serão conosco em verdade e amor.</p> <p>4 Muito me alegrei em ter achado alguns de teus filhos andando na verdade, assim como recebemos o mandamento do Pai.</p> <p>5 E agora, senhora, rogo-te, não como se escrevesse novo mandamento, senão o que tivemos desde o princípio: que nos amemos uns aos outros.</p> <p>6 E o amor é este: que andemos segundo os seus mandamentos. Este é o mandamento, como já desde o princípio ouvistes, para que nele andeis.</p> <p>7 Muitos enganadores têm saído pelo mundo, os quais não confessam que Jesus Cristo veio em carne. Tal é o enganador e o anticristo.</p> <p>8 Olhai por vós mesmos, para que não percais o que ganhastes, antes recebais plena recompensa.</p> <p>9 Todo aquele que vai além da doutrina de Cristo e não permanece nela não tem</p>

<p>recebais plena recompensa.</p> <p>Todo aquele que vai além e não permanece no ensino de Cristo não tem a Deus. O que permanece no ensino, este tem tanto o Pai quanto o Filho. Se alguém vai até vós e não carrega (<i>traz</i>) este ensino, não o recebais em casa nem o saudeis. Aquele que o saúda comunga com suas obras malignas.</p> <p>Tenho muito o que escrever a vós, porém, não quis fazê-lo com papel e tinta. Entretanto, desejo comparecer (<i>tornar-me</i>) perante vós e <i>havemos</i> de nos falar pessoalmente, a fim de que nossa alegria seja plena.</p> <p>Os filhos da tua irmã, a eleita, te saúdam.</p>	<p>Deus; quem persevera na doutrina de Cristo, esse tem tanto o Pai como o Filho.</p> <p>10 Se alguém vem ter convosco e não traz esta doutrina, não o recebais em casa nem o saudeis.</p> <p>11 Quem o saúda participa das duas obras más.</p> <p>12 Tenho muito que vos escrever, mas não quero fazê-lo com papel e tinta. Antes, espero ir ter convosco e falar pessoalmente, para que a nossa alegria seja completa.</p> <p>13 Saúdam-te os filhos de tua irmã, a eleita.</p>
---	---

Fonte: Elaboração própria (2022).

3 ANÁLISE SEMIÓTICA

Neste capítulo encontra-se a análise semiótica em si, cujo processo se dá por meio do percurso gerativo de sentido, percurso esse que será explicado no corpo do texto. Note-se que o percurso será analisado a partir do nível discursivo, passando pelo nível narrativo e, por fim, chegando ao nível fundamental. O objetivo é descobrir os mecanismos de significação da II Carta de João seguindo o simulacro metodológico desenvolvido pela semiótica. Por meio do percurso gerativo de sentido – como o próprio nome diz – as problematizações do sentido em si serão aos poucos desveladas.

3.1 NÍVEL DISCURSIVO

Nesta etapa do trabalho, o texto-objeto será analisado a partir do seu nível mais superficial, a partir das figuras e isotopias que se tornam visíveis no relevo do *corpus*. O termo “superficial” pode levar a uma conclusão enganosa, conotando-o como “não importante” ou “supérflua”; o sentido de “superficial”, entretanto, no processo gerativo de sentido, aponta para o nível do discurso, daquilo que é mais saliente para o enunciatário, justificando-se pelo fato de o nível discursivo ser “o patamar mais superficial do percurso, o mais próximo da manifestação textual” (BARROS, 2005, p. 53). Bertrand (2003, p. 46-47) assim declara sobre a nomenclatura dos níveis do percurso gerativo de sentido:

É claro que as expressões “nível superficial” e “nível profundo” não comportam, nesse caso, nenhum juízo de valor, contrariamente às mesmas expressões, quando são utilizadas na análise literária em que a “significação profunda”, herdeira de uma longa tradição hermenêutica, supostamente revelaria um sentido guardado no segredo do texto, e por isso implicitamente julgado mais essencial.

Na seção, serão propostas duas divisões: 1) um breve comentário do gênero literário do qual a II Carta de João é um exemplar; e 2) a análise semiótica, em si, do nível discursivo, na qual se desmembram as instâncias de semântica e sintaxe discursivas, e se enfatizam questões relevantes de sua organização, em especial as categorias de pessoa, tempo e espaço, baseando-se, principalmente, nos desenvolvimentos teóricos de Fiorin. A respeito da divisão sintática e semântica do discurso, Barros usa a estrutura tradicional da semiótica padrão, classificando como

componentes da semântica discursiva os itens de tematização e figurativização e da sintaxe discursiva as categorias de pessoa, espaço e tempo a partir das projeções da enunciação:

A enunciação projeta, para fora de si, os actantes e as coordenadas espaço-temporais do discurso, que não se confundem com o sujeito, o espaço e o tempo da enunciação. Essa operação denomina-se desembreagem e nela são utilizadas as categorias de pessoa, do espaço e do tempo (BARROS, 2005, p. 54).

Assim, por meio do correto entendimento da operação de “desembreagem” (ou debreagem, termo preferível), pode-se compreender a projeção da enunciação sobre o enunciado a ser estudado.

3.1.1 Gênero literário epistolar

A II Carta de João faz parte do gênero literário epistolar, bastante comum no Novo Testamento. Esse gênero, dentro das Escrituras Sagradas, tem como base a estrutura das cartas daquele período, como demonstra um texto do livro de Atos (23.25-30), em que uma carta é assim transcrita:

E escreveu-lhe uma carta, que dizia:
Cláudio Lísias, a Félix, excelentíssimo governador, saúde.
Este homem foi preso pelos judeus e, estando já a ponto de ser morto por eles, cheguei eu com a tropa e o libertei, ao saber que era romano. Querendo saber por que o acusavam, levei-o ao Sinédrio deles. Achei que o acusavam de algumas questões da sua lei, mas que nenhum crime havia digno de morte ou de prisão.
Sendo-me informado que os judeus haviam de armar ciladas a este homem, logo o enviei a ti, ordenando também aos acusadores que perante ti digam o que tiverem contra ele.
Passa bem. (BÍBLIA, 2020, p. 707).

Destaca-se, no texto, a similaridade entre um modelo de carta do período do primeiro século transcrito no texto de Atos com o modelo epistolar usado na II Carta de João e em outras cartas do Novo Testamento – vale notar que, no contexto de nosso trabalho, os termos “carta” e “epístola” podem ser usados de forma intercambiável, embora “epístola” sugira um texto mais formal. Como visto na citação, a carta começava com a identificação do remetente, seguida pela identificação do destinatário com uma palavra de saudação, no caso, a palavra “saúde”, que é a tradução da palavra grega *χαίρειν* (presente, infinitivo, ativo do verbo *eu me alegro*). Embora o verbo tenha como sentido básico o da alegria e

regozijo, quando utilizado no presente infinitivo ativo dá a ideia de saudação. Nesse sentido, é utilizado não somente no texto citado de Atos 23, mas em outros momentos do Novo Testamento, inclusive em II João, quando o enunciador incita seus enunciatários a não saudarem aqueles que negavam a encarnação: “Se alguém vai até vós e não carrega (*traz*) este ensino, não o recebeis em casa nem o saudeis (*χαίρειν* - 196). Aquele que o saúda (*ὁ λέγων χαίρειν* - 200, 201 e 204) comunga com suas obras malignas” - tradução própria conforme página 26.

Na saudação da II Carta de João, a palavra utilizada não é *χαίρειν*, mas *χάρις* (42), que significa “graça”. Outras palavras são acrescentadas pelo enunciador nessa saudação – misericórdia e paz – mas a palavra “graça” se destaca pela sua similaridade fonética com *χαίρειν*. Esse trocadilho é comum em outras cartas do Novo Testamento, o que caracteriza as saudações epistolares neotestamentárias. Um exemplo se encontra em Filipenses 1.2: “Graça (*χαρις*) e paz a vós outros, da parte de Deus nosso Pai e do Senhor Jesus Cristo” (BÍBLIA, 2020, p. 747).

A despedida também é digna de nota. No texto citado de Atos 25, a finalização se dá pela expressão “passa bem”, tradução do lexema grego *Ἐρρωσθε* – cujo significado é assim definido pelo léxico: Fortalecer, tornar firme, estar bem, desfrutar de firme saúde; ao final das cartas como no Latim vale, bem-estar⁷ (MOUNCE, 1993, p. 409). Um detalhe interessante a respeito desse texto de Atos é que a expressão final de despedida não consta de todos os manuscritos antigos.

A despedida em II João é definida pela expressão simples “saúdam-te”, tradução de *Ἀσπάζετα*. Dessa forma, notam-se, ainda que de forma breve, as similaridades que fazem da II Carta de João um exemplar do gênero textual epistolar.

Outro exemplo de gênero literário nas Escrituras Sagradas é a III Carta de João, que pode ser considerada uma “carta-gêmea” da II Carta joanina. Não somente a estrutura básica é a mesma, mas o remetente se identifica de mesma forma. A extensão das cartas também é a mesma. O conceituado teólogo John Stott assim declara:

A Segunda e Terceira Epístolas de João são os documentos mais curtos do Novo Testamento – mais curtos até do que a Epístola a Filemom e a Epístola de Judas, que são as outras únicas epístolas do Novo Testamento que consistem de apenas um capítulo. Cada uma dessas duas epístolas de

⁷ To strengthen, render firm; to be well, enjoy firm health; at the end of letters, like the Latin vale, farewell.

João, a segunda e a terceira, contém menos de 300 palavras gregas e sem dúvida foi escrita numa folha só de papiro. (STOTT, 2008, p. 170)

Segue uma comparação entre o texto da 2ª Carta de João na tradução oferecida neste trabalho e o texto da 3ª Carta de João conforme está na versão Almeida Edição Contemporânea. No texto de 3ª João, foram retiradas as numerações de versículos e o texto foi arranjado em parágrafos para que a comparação com a 2ª Carta torne-se mais perceptível:

Quadro 4 - Comparação entre a II e a III Cartas de Joanas

2ª CARTA DE JOÃO - TRADUÇÃO PRÓPRIA	3ª CARTA DE JOÃO - ALMEIDA EDIÇÃO CONTEMPORÂNEA
<p>O presbítero à senhora eleita e aos seus filhos a quem amo na verdade, também não somente eu, mas todos os que conhecem a verdade, por causa da verdade que permanece em nós e que estará conosco para sempre. Estarão (<i>estará</i>) conosco a graça, a misericórdia e a paz da parte de Deus Pai e da parte de Jesus Cristo, o Filho do Pai, em verdade e amor.</p> <p>Alegrei-me muito pois encontrei alguns dos teus filhos andando na verdade, como recebemos o mandamento da parte do Pai. Agora, também, peço a ti, senhora, não como escrevendo novo mandamento a ti, mas aquilo que tivemos (<i>tínhamos</i>) desde o princípio: que nos amemos uns aos outros. E este é o amor: que andemos de acordo com os seus mandamentos. Este é o mandamento como ouvistes desde o</p>	<p>O presbítero ao amado Gaio, a quem amo na verdade.</p> <p>Amado, desejo que te vá bem em todas as coisas e que tenhas saúde, assim como bem vai a tua alma.</p> <p>Muito me alegrei quando os irmãos vieram e deram testemunho da tua verdade, como andas na verdade.</p> <p>Amado, procedes fielmente em tudo o que fazes para com os irmãos e para com os estranhos. Eles, perante a Igreja, deram testemunho do teu amor. Se o encaminhares em sua jornada por modo digno de Deus, bem farás. Foi por causa do Nome que saíram, nada aceitando dos gentios. Portanto, aos tais devemos acolher, para que sejamos cooperadores da verdade.</p>

<p>começo, a fim que nele andemos.</p> <p>Pois muitos errantes (<i>enganadores</i>) saíram pelo mundo, os quais não confessam Jesus Cristo vindo em carne. Esse é o errante (<i>enganador</i>) e o anticristo. Olhai por vós mesmos a fim de que não destruais aquilo que construímos para nós mesmos, mas que recebais plena recompensa.</p> <p>Todo aquele vai além e não permanece no ensino de Cristo não tem a Deus. O que permanece no ensino, este tem tanto o Pai quanto o Filho. Se alguém vai até vós e não carrega (<i>traz</i>) este ensino, não o recebais em casa nem o saudeis. Aquele que o saúda comunga com suas obras malignas.</p> <p>Tenho muito o que escrever a vós, porém, não quis fazê-lo com papel e tinta. Entretanto, desejo comparecer (<i>tornar-me</i>) perante vós e <i>havemos</i> de nos falar pessoalmente, a fim de que nossa alegria seja plena.</p> <p>Os filhos da tua irmã, a eleita, te saúdam.</p>	<p>Escrevi algumas palavras à Igreja, mas Diótrefes, que gosta de ser o principal entre eles, não nos recebe. Pelo que, se eu for, trarei à memória as obras que ele faz, proferindo contra nós palavras maliciosas. Não contente com isso, impede os que querem recebê-los e os expulsa da Igreja.</p> <p>Amado, não imites o mal, mas o bem. Quem faz o bem é de Deus. Mas quem faz o mal jamais viu a Deus. Todos dão testemunho de Demétrio, até a própria verdade. Nós também damos testemunho, e sabes que o nosso testemunho é verdadeiro.</p> <p>Tenho muitas coisas que te escrever, mas não quero fazê-lo com tinta e pena. Espero, porém, ver-te brevemente, e falaremos pessoalmente.</p> <p>A paz seja contigo. Os amigos te saúdam. Saúda os amigos nome por nome.</p>
---	--

Fonte: Elaboração própria (2022).

Percebem-se, assim, as semelhanças tanto no plano de conteúdo quanto no plano de expressão nas duas cartas que, junto com a 1ª Carta de João, formam uma

unidade doutrinária. A primeira, entretanto, não traz semelhanças na extensão nem na estrutura com as outras duas cartas.

3.1.2 Análise da sintaxe e da semântica discursivas

Nesta seção serão analisadas as questões relativas à organização do discurso, com suas divisões em semântica e sintaxe discursiva, conforme explicam Greimas e Courtés:

As estruturas discursivas, menos profundas, são encarregadas de retomar as estruturas semióticas de superfície e de “colocá-las em discurso”, fazendo-as passar pela instância da enunciação... Distinguir-se-ão por enquanto: o componente sintático - ou sintaxe discursiva - encarregado da discursivização das estruturas narrativas que comporta os três subcomponentes actorialização, temporalização e espacialização...; o componente semântico - ou semântica discursiva - com os seus subcomponentes tematização e figurativização, que visam produzir discursos abstratos ou figurativos (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p. 208).

Nöth (2009, p. 149-150), em abordagem à semiótica elaborada por Greimas e colaboradores, apresenta as seguintes definições a respeito da sintaxe e da semântica discursiva:

A sintaxe discursiva tem o efeito de produzir um grupo organizado de atores e uma estrutura espacial. Assim, ela é o processo de localizar atores narrativos no tempo e no espaço. A semântica discursiva é um campo ainda relativamente pouco estudado. Seus componentes de tematização e figurativização descrevem as concatenações isotópicas de temas abstratos que podem ser ligadas a figuras concretas.

Bertrand (2003, p. 47) divide as estruturas discursivas em isotopias figurativas (espaço, tempo e atores) e em isotopias temáticas. Dentro da discussão das estruturas discursivas a serem apresentadas, algumas questões relativas à tradução do texto grego também serão problematizadas, procurando demonstrar a importância de se considerar o texto original para uma compreensão mais acurada do sentido.

3.1.2.1 Semântica discursiva: isotopias

Primeiramente, pode-se considerar as observações de Bertrand a respeito do conceito de isotopia:

Recorrência de um elemento semântico no desenvolvimento sintagmático de um enunciado, que produz um efeito de continuidade e permanência de

um efeito de sentido ao longo da cadeia do discurso... Ela pode assim referir-se ao estabelecimento de um universo figurativo (isotopias de atores, tempo e espaço), mas também à tematização desse universo (isotopias abstratas, temáticas, axiológicas), e sobretudo à hierarquia entre as isotopias de leitura (por identificação de um núcleo isotopante que rege as isotopias de nível inferior) (BERTRAND, 2003, p. 420-421).

Greimas e Courtés definem esse conceito de uma forma mais ampla. Da definição proposta no *Dicionário de Semiótica*, efetua-se um breve recorte para uma relação entre as duas definições:

Num segundo momento, o conceito de isotopia foi ampliado: em lugar de designar unicamente a iteratividade de classemas, ele se define como a recorrência de categorias sêmicas, quer sejam estas temáticas (ou abstratas) ou figurativas (o que, na antiga terminologia, dava lugar à oposição entre isotopia semântica – no sentido restrito – e isotopia semiológica)... Do ponto de vista do enunciatário, a isotopia constitui um crivo de leitura que torna homogênea a superfície do texto, uma vez que ela permite elidir ambiguidades (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p. 246-247).

Comparando as duas ideias, algumas questões precisam ser destacadas: ambos os teóricos definem isotopia como “recorrência”, seja de “categorias sêmicas”, no caso de Greimas e Courtés, ou de “um elemento semântico”, como faz Bertrand. A recorrência, então, assume o papel de núcleo das definições. Os elementos recorrentes a serem percebidos podem ser de ordem temática ou figurativa. Destaca-se na definição de Greimas e Courtés o conceito de isotopia como “um crivo de leitura” que faz do enunciado a “superfície do texto” mais homogênea. Bertrand apresenta um conceito semelhante ao se referir ao “efeito de continuidade e permanência de um efeito de sentido”. É esse “efeito de continuidade” ou a homogeneização da “superfície” que deve ser buscado pelo enunciatário, ou o intérprete na definição da isotopia de um certo texto.

Nota-se que a recorrência a ser investigada é da ordem dos semas – ou “categorias sêmicas, conforme Greimas e Courtés – e não da ordem dos lexemas. À primeira vista, poder-se-ia tentar formular a isotopia a partir da observação da repetição de um lexema qualquer no texto. Esse tipo de investigação, porém, poderia levar o intérprete a desviar seu foco do plano de conteúdo para o plano de expressão, procurando não somente um lexema que se repetiria, mas algum fonema cuja repetição seria determinante no conceito de um texto. Greimas e Courtés, aprofundando-se nessa problemática, admitem a possibilidade de transferência do conceito de isotopia para o plano de expressão:

Teoricamente... nada impede que se transfira o conceito de isotopia, elaborado e mantido aqui no nível do conteúdo, para o plano de expressão: assim, o discurso poético poderia ser concebido, do ponto de vista do significante, sob a forma de uma projeção de feixes fêmicos isotópicos, em que se reconheceriam simetrias e alternâncias, consonâncias e dissonâncias, e finalmente, transformações significativas de conjuntos sonoros (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p. 247)

Baseado nesse conceito, propõe-se aqui, antes de investigar a isotopia no plano de conteúdo, observar a ocorrência de uma interessante isotopia no plano de expressão na II Carta de João.

Essa isotopia do plano de expressão não se encontra na recorrência de conjuntos sonoros, mas na recorrência de uma estrutura frásica no texto. O enunciador desenvolve o núcleo mais doutrinário da carta por meio de proposições que se estruturam de formas semelhantes. Observam-se, então, duas estruturas de frases. Na primeira estrutura:

- E **este é o amor**: que andemos de acordo com os seus mandamentos.
- **Este é o mandamento** como ouvistes desde o começo, a fim que nele andemos.
- **Esse é o errante** (*enganador*) e o anticristo.

Nesse caso, as proposições afirmam fatos, introduzidos pelo dêitico demonstrativo - este - revalorizado por sua função textual. Essa tríplice estrutura demonstra uma maneira específica de se construir um enunciado, e não se refere ao plano de conteúdo em si, mas ao de expressão. Da mesma forma, uma segunda estrutura se faz presente no texto:

- **Todo aquele vai além e não permanece** no ensino de Cristo não tem a Deus.
- **O que permanece** no ensino, este tem tanto o Pai quanto o Filho.
- **Aquele que o saúda** comunga com suas obras malignas.

Nessa segunda estrutura, há a predominância de frases propositivas no sentido lógico, que determinam condições de verdadeiro ou falso, conforme definem Greimas e Courtés (s/d, p. 356-357):

Em lógica, entende-se por proposição um enunciado suscetível de ser chamado verdadeiro ou falso: tal definição é restritiva (ela exclui, por exemplo, as frases interrogativas e as imperativas) e não permite a utilização do termo proposição como sinônimo de enunciado.

Na estrutura demonstrada, há três proposições que são marcadas, no texto grego, pelo uso do verbo no modo particípio, tempo presente: 1 – todo aquele que vai além - ὁ προάγων – e não permanece ὁ μὴ μένων; 2 – o que permanece - ὁ μένων; 3 – o que saúda - ὁ λέγων χαίρειν. O diagrama sintático proposto permite uma visualização mais apurada dessa relação de similaridade entre as frases.

Todos os verbos destacados têm a mesma classificação sintática, conforme demonstrado na análise morfológica da primeira parte deste trabalho: Verbo, presente, particípio, ativo, singular, masculino, nominativo. O tempo presente, no grego koinê, aponta para uma ação contínua. A tradução poderia ser assim considerada: o que permanece e continua permanecendo, o que demonstra uma característica do ator em questão.

Diante do exposto, nota-se a presença dessas estruturas dentro do enunciado que apontam para uma isotopia no plano de expressão.

Quanto à isotopia no que se refere ao plano de conteúdo, percebem-se no texto expressões diversas que levam a um conceito geral de “comunhão”. Assim, relacionam-se as seguintes expressões: amo, amemos uns aos outros, amor, recebais (em casa), saudeis, saúda, comunga, pessoalmente (literalmente no grego “boca a boca”). O lexema “amo” (eu amo) ganha uma prioridade no primeiro parágrafo, conforme será demonstrado na discussão sobre a categoria de tempo do texto.

Em um segundo plano, ainda sob o conceito geral de “comunhão”, percebe-se uma isotopia de expressões que remetem à ideia de família: *filhos* (3 ocorrências) e o *Filho do Pai*. Essa isotopia de caráter familiar reforça, por assim dizer, o conceito de comunhão, estabelecendo, assim, uma seleção sêmica, conforme argumenta Tatit (2008, p. 93):

Hoje já se sabe, porém, que mesmo sem os recursos típicos de uma gramática mais consistente, a descrição isotópica deve prever uma relação de força entre os lexemas, uma espécie de recção semântica, que faz com que os classemas provenientes dos lexemas mais influentes no contexto discursivo sobreponham-se aos demais, gerando critérios de seleção sêmica.

Pode-se estabelecer uma relação entre os semas espalhados pelo texto apontando para a categorização de “comunhão” como dominante no texto. Além da referência à ideia de família, destacam-se os lexemas “alegrei” (Ἐχάρην - 60) e “alegria” (χαρὰ - 233), que serão a base do pathos da carta. Há no início da carta a

alegria pelo presbítero ter encontrado os filhos da senhora eleita andando na verdade; no final da carta, novamente a alegria é citada como resultado de um possível novo encontro entre esses atores. A alegria, portanto, é resultante da comunhão dentro do âmbito das relações eclesiais. Essa alegria, por outro lado, é ameaçada pela intromissão dos errantes dentro da comunhão cristã. Nota-se a seguinte frase na Carta: “Se alguém vai até vós e não carrega (*traz*) este ensino, não o recebais em casa nem o saudeis. Aquele que o saúda comunga com suas obras malignas”. A ordem é não receber nem saudar. “Receber em casa” já comporta a ideia de comunhão. A expressão “Aquele que o saúda” é a tradução para a frase grega “ὁ λέγων χαίρειν”.

Observa-se que no texto grego o enunciador não utilizou, nesse ponto, a mesma expressão usada na última frase do texto: “Os filhos da tua irmã, a eleita, te saúdam”. “Saudar”, nessa frase – como já expressei -, é a tradução da palavra “Ἀσπάζεταιται”. A escolha por parte do enunciador pela expressão “ὁ λέγων χαίρειν” parece ser proposital para reforçar a isotopia de “alegria” nessa carta, já que o lexema “χαίρειν” é uma forma verbal de “χαίρω” (eu me alegro). Mounce assim faz referência à expressão “ὁ λέγων χαίρειν” no verbete “χαίρω”, em seu léxico: “...a term of salutation, Hail! Matt. 26.49; λέγων χαίρειν, to greet, 2 John 10...”, ou seja, Mounce refere-se ao texto de 2 João como exemplo do uso de “χαίρω” em uma expressão de saudação. Uma análise um pouco mais profunda sobre a alegria será proposta no item 3.3, ao se referir ao pathos do texto.

3.1.2.2 *Semântica discursiva: Figurativização, Tematização e Motivo*

Propõe-se, como ponto de partida, dadas as considerações sobre isotopias já apresentadas, o tema da “comunhão” como dominante na carta. Essa comunhão se dá em um ambiente eclesial⁸, demarcado pelas expressões espalhadas pelo texto, como “presbítero”, “senhora eleita”, “amor”, “verdade”, “graça” etc. É uma comunhão intramuros que pode ser abalada por elementos extramuros, os quais são essencialmente doutrinários, mas figurativizados pelos “errantes” na narrativa. Na discussão sobre a categoria de pessoa, pretende-se aprofundar essa questão aqui apenas brevemente citada.

⁸ O termo “eclesial” é tomado no sentido daquilo que se refere ao ambiente da Igreja. Origina-se da palavra grega ἐκκλησία, cuja tradução no Novo Testamento é “Igreja” e cujo significado básico é de “assembleia popular” (MOUNCE, 1993, p. 171).

A comunhão, que une as partes do texto, precisa ser melhor qualificada para que o tema seja mais adequado. Assim, considerando que a comunhão da Igreja está sendo posta em perigo, propõe-se como tema mais completo a expressão “uma ameaça à comunhão na Igreja”. A partir desse tema, propõe-se uma estrutura da carta em três partes: 1 – A comunhão estabelecida (primeiro e segundo parágrafos da tradução própria); 2 – A comunhão ameaçada (terceiro e quarto parágrafos); e 3 – A comunhão perpetuada (quinto e sexto parágrafos).

O “estabelecimento da comunhão”, na primeira parte, é demonstrado pelas relações fraternais expostas logo no início (senhora eleita, seus filhos), a relação Pai-Filho da Trindade (“o Filho do Pai”), as expressões de saudação (graça, misericórdia e paz), a ênfase no amor primeiramente exposto pelo “presbítero” (“a quem amo na verdade”) e no mandamento bíblico (“... que nos amemos uns aos outros. E este é o amor: que andemos de acordo com os seus mandamentos”). O verbo “amo” destaca-se na tematização da comunhão. Não somente o presbítero ama os filhos da senhora eleita, mas “todos os que conhecem a verdade”.

Um ponto importante a ser ressaltado é a expressão “verdade”, com quatro ocorrências nesses dois primeiros parágrafos. A “verdade” é a base da comunhão, é sobre ela e por adesão a ela que os laços de comunhão podem ser estabelecidos. A “verdade” é a doutrina sobre a qual a Igreja é estabelecida, especialmente a doutrina da encarnação que estava sendo colocada em dúvida pelos errantes. Essa questão está implícita na proposição realizada pelo enunciador ao declarar que “muitos errantes (enganadores) saíram pelo mundo, os quais não confessam Jesus Cristo vindo em carne”.

A “ameaça à comunhão” é demonstrada pelas expressões “errantes”, “não confessam Jesus vindo em carne” e, de forma especial, na frase: “O que permanece no ensino, este tem tanto o Pai quanto o Filho”. O “ensino” citado é uma expressão que aponta para a “verdade” dos primeiros parágrafos. Os “errantes” queriam mudar o ensino que era a base da comunhão eclesiástica. O enunciador projeta, na recomendação do “presbítero”, a ordem para a Igreja: Não ter comunhão com pessoas que “carregavam” (traziam consigo) esse ensino. Explica-se, assim, a opção de se traduzir o verbo grego *κοινωνεῖ* (205) de forma mais literal, por “comunga” e não por “participa” como na versão da Almeida Edição Contemporânea, para que a ideia de “comunhão” fosse mais explícita.

A “perpetuação da comunhão” pode ser vista no desejo do reencontro com a Igreja e seus membros (a senhora eleita e seus filhos). O encontro tinha que ser “pessoalmente”, que dá a ideia de ser “face a face” (literalmente “boca a boca”), e não apenas por carta. O lexema “filhos” reaparece no texto além da referência à “irmã” da senhora eleita. A alegria seria plena quando o reencontro fosse realizado. A comunhão tinha que ser realizada. Destaca-se, especialmente, o verbo grego *πεπληρωμένη* (236 - a alegria seria “plena” ou “completa”) que está no tempo perfeito, modo participio. Esse tempo, no grego koinê, enfatiza a consequência da ação, de acordo com o que se pode verificar nas afirmações que seguem:

371. O tempo grego chamado perfeito é realmente perfeito presente, pois representa a ação do verbo no presente como existindo num estado completo ou aperfeiçoado. Quando foi que se completou a ação, o tempo perfeito não afirma. Mas ainda fica completa na ocasião em que se usa o perfeito. O perfeito expressa a continuidade da ação pontiliar e durativa. Às vezes, esta qualidade de ação se chama perfectiva.

372. O tempo perfeito não tem a ideia de tempo. Mas, no indicativo, o elemento de tempo está presente nele. O perfeito indicativo geralmente indica o resultado atual de uma ação passada. Os tempos das línguas modernas não preservam a ideia do perfeito grego, e as traduções de muitas passagens são infelizes, devido a esse fato [...] (TAYLOR, 1980, p. 128).

Assim, ao usar o tempo perfeito, o enunciador pretende afirmar a continuidade do estado de plena comunhão. O que se tem em vista é o desejo da perpetuação da comunhão marcada pelo *pathos* da alegria após a ameaça doutrinária por parte dos errantes.

Além da tematização, e compreendendo o âmbito de “Igreja” do enunciado, pode-se estabelecer um motivo para a carta, conforme a definição de Bertrand (2003, p. 423, 424):

Unidade de discurso, fixa e relativamente autônoma (sob forma de sequência ou de micronarrativa), caracterizada de um lado por uma estabilidade narrativa ou figurativa e de outro por sua variabilidade temática: o motivo (do casamento, por exemplo) pode receber diferentes funções segundo sua posição na narrativa...

Greimas e Courtés (s/d, p. 290) observam o seguinte fato a respeito do motivo:

O motivo surge como uma unidade de tipo figurativo, que possui, portanto, um sentido independente de sua significação funcional em relação ao conjunto da narrativa em que se encontra. Se a estrutura da narrativa - com

seus recursos narrativos - é considerada como uma invariante, os motivos se apresentam, então, como variáveis e vice-versa...

Dessa forma, propõe-se como motivo da carta a expressão “batalha pela fé”, visto ser um texto que objetiva levar os enunciatários a repudiarem uma heresia que estava se espalhando pelas Igrejas naquele contexto. A doutrina em perigo, como já mencionado, era a da encarnação de Cristo. Uma resposta dura era necessária para que a unidade da Igreja se mantivesse. Propõe-se que esse motivo também seja reconhecido nas outras duas cartas joaninas que, embora com tematizações diferentes, também têm a preocupação de não somente provar a encarnação de Cristo, mas também de levar os enunciatários a uma tomada de posição quanto ao perigo doutrinário.

3.1.2.3 *Sintaxe discursiva: Categorias de pessoa, tempo e espaço*

Nesta seção, serão discutidas as questões pertinentes à personalidade, temporalidade e espacialidade a partir do enunciado. Antes da identificação dessas categorias no texto que está sendo analisado, vale ressaltar a importância de sua análise, conforme observa Fiorin (1999, p. 41-42):

A categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso. Assim, o *eu* não se refere nem a um indivíduo nem a um conceito, ele refere-se a algo exclusivamente linguístico...

Como a pessoa anuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do “sujeito”, tomado como ponto de referência. Assim, espaço e tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enuncia. O *aqui* é o espaço do *eu* e o presente é o tempo em que coincidem o momento do evento descrito e o ato de enunciação que o descreve. A partir desses dois elementos, organizam-se todas as relações espaciais e temporais.

Assim, a análise das categorias citadas assume um aspecto fundamental não apenas no âmbito do nível discursivo, mas de todo o percurso gerativo, a fim de que se compreendam os mecanismos de projeção realizado pelo enunciador ao enunciar as coordenadas de pessoa, tempo e espaço e seus respectivos efeitos de sentido no texto, responsáveis por boa parte de sua interpretação pelos interlocutores.

Cabe ressaltar, aqui, as definições que Fiorin (1999, p. 43-44) expõe, referentes aos tipos de debragem possíveis - a enunciativa e a enunciva:

Há, pois, dois tipos bem distintos de debragem: a enunciativa e a enunciva. A primeira é aquela em que se instalam no enunciado os actantes da enunciação (*eu/tu*), o espaço da enunciação (*aqui*) e o tempo da

enunciação (*agora*), ou seja, aquela em que o *não-eu*, o *não-aqui* e o *não-agora* são enunciados como *eu*, *aqui*, *agora*... debreagem enunciativa é aquela em que se instauram no enunciado os actantes do enunciado (*ele*), o espaço do enunciado (*algures*) e o tempo do enunciado (*então*).

Assim sendo, percebe-se que o texto de II João é eminentemente enunciativo, inserindo-se no gênero textual epistolar. É uma carta marcada pela relação eu/tu. O “eu” é determinado pelo ator “presbítero”, ele é o remetente da epístola que assume a narrativa e estabelece as condições de veridicção do texto, pois é por meio dele que o enunciativo determina as condições de verdade que são aceitas pelos enunciatários. Nesse sentido, Fiorin (1999, p. 35) explicita:

Quando se produz um enunciado, estabelece-se uma “convenção fiduciária” entre enunciativo e enunciatário, a qual determina o estatuto veridictório do texto. O acordo fiduciário apresenta dois aspectos: a) como o texto deve ser considerado do ponto de vista da verdade e da realidade; b) como devem ser entendidos os enunciados: da maneira como foram dito ou ao contrário.

Dessa forma, pode-se afirmar que o estatuto veridictório da carta, entendendo ser um texto de caráter religioso - portanto, dogmático - é o de “verdade”. As orientações dadas pelo enunciativo quanto às atitudes necessárias para repelir os falsos mestres e seus falsos ensinamentos são aceitas pelos enunciatários pois há o consenso que se baseia em uma verdade estabelecida por ordenança divina. O presbítero, assume-se, é a pessoa autorizada para tais orientações. Presume-se, pela natureza dogmática do texto, que os destinatários da carta reconhecem tal autoridade, estabelecendo-se, então, um contrato fiduciário baseado em uma verdade pré-estabelecida.

3.1.2.3.1 Pessoa

As questões relativas à actorialização do texto constituem-se em fator preponderante para o entendimento da discursivização, de acordo com o que aponta Fiorin (1999, p. 59):

A actorialização é um dos componentes da discursivização e constitui-se por operações combinadas que se dão tanto no componente sintático quanto no semântico do discurso. Os mecanismos da sintaxe discursiva, debreagem e embreagem, instalam no enunciado a pessoa. Tematizada e figurativizada, esta converte-se em ator do discurso.

Sendo o “presbítero” demarcado, logo na sequência do texto, como o “eu” – o remetente da carta –, estabelece-se o “tu” – o destinatário – na figura da “senhora

eleita”. As marcas da relação eu/tu da enunciação enunciada espalham-se pelo texto. A partir da identificação dos atores dessa relação já no começo do texto – o presbítero e a senhora eleita, o enunciador projeta inicialmente no primeiro parágrafo a expressão “eu amo” (1ª pessoa do singular do verbo *amar*), e logo após a repetição do pronome “eu”. Segue-se o lexema “nós” que, nesse caso, inclui os dois atores quando se refere à verdade aos que recebem as bênçãos da “graça, misericórdia e paz da parte de Deus Pai e de Jesus Cristo, o Filho do Pai”. Há outra ocorrência do pronome “nós” também incluindo esses dois atores, assim como os pronomes oblíquos “nos” encontrados na carta.

Um ponto importante a ser observado é a presença, no texto grego, do lexema ἐγὼ - pronome singular nominativo (eu), com duas ocorrências: a primeira acompanhando o verbo ἀγαπῶ - 1ª pessoa do singular, presente, indicativo, ativo (amo) e a segunda, logo após a primeira referência, formando um “nós” com aqueles que “conhecem a verdade”. Sobre o uso do pronome pessoal acompanhando o verbo, Taylor (1980, p. 48) explica:

(4) No nominativo, o pronome pessoal está expresso somente para ênfase. λέγω = *digo*; ἐγὼ λέγω = *eu digo* (quem fala sou *eu*). Pode estar implicada a ideia: *eu digo* (há quem não diz). A razão por que com o uso ordinário não se acham os pronomes expressos com o verbo é que as terminações do verbo tiveram sua origem precisamente na adição do pronome à raiz do mesmo, na evolução de sua inflexão, e não se sentiu a necessidade do pronome nominativo como sujeito.

Assim, a opção feita pelo enunciador ao empregar o ἐγὼ demonstra que ele está enfatizando a pessoa da fala. O “eu” torna-se explícito não por uma necessidade gramatical, mas como opção enunciativa deliberada, com um propósito de proclamar claramente os laços afetivos entre a primeira e a segunda pessoas da enunciação. Ao se enfatizar o “eu”, enfatiza-se o “amo”. Poder-se-ia especular que o enunciatário, ao ler o ἐγὼ, sentir-se-ia constrangido a ele próprio declarar seu amor pela “senhora eleita”. A expressão do pronome seria um recurso linguístico carregado semanticamente com um propósito conjuntivo.

Os dêiticos de primeira e segunda pessoa são abundantes no texto: pronomes pessoais do caso reto: *eu, nós, vós*; pronomes pessoais do caso oblíquo: *conosco, ti, nos, te*; pronomes possessivos: *teus, nossa, tua*; as desinências verbais também são variadas demonstrando a pessoalidade enunciativa da actorialização.

Embora o texto apresente esse aspecto com caráter eminentemente enunciativo, observa-se, no enunciado, a presença também da actorialização enunciativa em dois parágrafos, no momento em que o enunciador traz à cena o problema que é a razão da enunciação – a presença na Igreja de pessoas que ensinavam uma doutrina contrária à ortodoxia apostólica. Essa ortodoxia é demonstrada pelos lexemas presentes na frase do segundo parágrafo:

Agora, também, peço a ti, senhora, **não** como escrevendo **novo** mandamento a ti, mas aquilo que tivemos desde o **princípio**: que nos amemos uns aos outros. E este é o amor: que andemos de acordo com os seus mandamentos. Este é o mandamento como ouvistes desde o **começo**, a fim de que nele andemos (BÍBLIA, 2020, p. 785. Grifo nosso).

Os lexemas grifados apontam para o ensino original que deveria ser mantido e que estava sob o ataque dos “errantes”. Além disso, claramente, o enunciador aponta também para uma ordem estabelecida por meio do ensino já dado. O lexema “mandamento” cumpre essa função de demonstrar o “ensino ortodoxo” e, por si só, já carrega uma carga semântica de obrigação. Essas relações indicadas pelos atores serão discutidas no nível da narratividade. Entretanto, pela perspectiva dos sujeitos, cabe destacar a presença de uma terceira pessoa que causa uma ruptura no aspecto da actorialização enunciativa caracterizadora do texto.

No terceiro parágrafo, há a projeção no enunciado realizada pelo enunciador ao citar os “errantes” na terceira pessoa do plural, seguidos pelas desinências verbais correlativas presentes nas formas verbais *sáiram* e *confessam*. Logo após, há a singularização do termo, definindo-o não mais como um ator do enunciado, mas como uma figura, um símbolo da antítese ao ensino cristão, a personificação do erro, que se encontra nas expressões “o errante” e “o anticristo”. A presença do artigo definido masculino “o” aponta para a personificação.

No quarto parágrafo, encontram-se proposições na terceira pessoa do singular, que possuem uma característica de generalização, como uma premissa de um argumento. Assim, observa-se a ocorrência de “todo aquele”; “o que”, “este”; “alguém”; “o” (objeto direto); e “suas”. Nos últimos dois parágrafos, a actorialização se apresenta novamente como enunciativa.

Um fato interessante com relação à categoria de pessoa, conforme se apresenta no enunciado, é a alternância no uso dos lexemas “tu” e “vós”. O pronome “vós” é encontrado nos últimos parágrafos do texto com três ocorrências, sendo

acompanhado por dois verbos na segunda pessoa do plural – *recebais* e *saudeis*. Fiorin assim afirma sobre o significado de “vós”, em um enunciado: “há o vós plural de *tu* (dêitico) e o vós em que ao *tu* se juntam *ele* ou *eles*” (FIORIN, 1999, p. 60). Propõe-se, aqui, que o “vós” não se refere ao “tu” mais uma terceira pessoa, nem a um “tu” pluralizado, mas que *tu* e *vós* estejam sendo usados de forma intercambiável. O “tu” refere-se, no enunciado, à senhora eleita. Entendendo que a senhora eleita é uma figura de uma igreja local, as três ocorrências de “vós” seriam uma referência aos membros dessa igreja. Dentro dessa concepção, a expressão constante no último parágrafo: “Os filhos da tua irmã, a eleita, te saúdam” indicaria uma outra igreja local. Esse conceito é reforçado pelo uso do lexema “eleita”, o qual aponta para uma questão teológica que, embora não constitua o escopo deste trabalho, precisa ser brevemente mencionada, como um esclarecimento: a Igreja seria o povo eleito. Assim, ao optar por “tu”, a referência é a coletividade; quanto a “vós”, a referência é a individualidade pluralizada.

Por fim, cita-se aqui a definição do termo “ator”, de acordo com Greimas e Courtés (s/d, p. 34):

o ator é uma unidade lexical, do tipo nominal, que, inscrita no discurso, pode receber, no momento de sua manifestação, investimentos de sintaxe narrativa de superfície e de semântica discursiva. Seu conteúdo semântico próprio parece consistir essencialmente na presença do sema individualização que o faz parecer uma figura autônoma do universo semiótico. O ator pode ser individual... ou coletivo... figurativo... ou não-figurativo.

Dessa forma, são atores, no texto de II João: o presbítero, a senhora eleita, os filhos da senhora eleita, os errantes e os filhos da irmã.

3.1.2.3.2 Tempo

Fiorin, em sua exposição sobre a questão do tempo, na obra *As Astúcias da Enunciação*, após tratar longamente das questões filosóficas intrínsecas a esse conceito, termina a seção com as seguintes afirmações:

Como se observou, há em Agostinho um nítido embrião de uma teoria linguística do tempo, ou mais precisamente, de uma teoria discursiva da temporalização. A marcha da reflexão sobre o tempo começa como mito, dá lugar à filosofia, que estabelece as bases da compreensão do tempo físico e, ao perceber a sutileza e a complexidade da experiência temporal humana, desemboca na análise linguística. O tempo é uma categoria da

linguagem, pois é intrínseco à narração, mas cada língua manifesta-o diferentemente (FIORIN, 1999, p 141-142).

Sendo o tempo uma categoria da linguagem, propõe-se analisar as questões relativas à temporalização do texto de Il João. De início, cabe ressaltar a diferença existente entre os tempos verbais do grego koinê e os da língua portuguesa. Toma-se a definição do tempo presente no grego koinê, a partir das considerações de Taylor (1980, p. 13):

Somente no modo indicativo é que os tempos indicam tempo. A principal ideia dos tempos gregos é a “qualidade de ação”, o estado da ação do verbo. Mesmo no indicativo, a ideia de tempo é secundária, e o estado da ação é a ideia fundamental. Ação continuada ou ação num estado incompleto, é indicada pelo tempo pressente e é chamada “*ação durativa* ou *linear*”. Esta qualidade de ação é descrita como estando em progresso, como *acontecendo*.

Percebe-se, então, a problematização que surge ao se compreender um pouco sobre essa característica dos verbos no grego koinê, em que a ideia principal que surge é de qualidade de ação, e não propriamente de tempo. Em uma perspectiva gramatical, na língua portuguesa o conceito de tempos verbais aponta diretamente para o tempo da comunicação: “Os tempos situam o fato ou a ação verbal dentro de determinado momento (durante o ato da comunicação, *antes* ou *depois dele*)” (CEGALA, 2005, p. 194).

Dessa forma, ao se traduzir um texto em grego koinê para a língua portuguesa, a questão da adaptação dos tempos verbais requer uma atenção especial, ainda mais quando se compreendem os mecanismos da enunciação e as projeções na debragem temporal dentro no âmbito do enunciado. Outro exemplo a ser levantado é a característica peculiar do tempo verbal aoristo do grego koinê:

Já notamos que a ideia fundamental dos tempos é *qualidade de ação* e não *tempo*, no sentido cronológico. O tempo presente expressa ação linear ou durativa. O tempo aoristo expressa ação na sua forma mais simples – indefinida; não distingue entre ação completa e ação incompleta; apenas considera a ação do verbo como um ponto, e é por isso chamado pontilear (TAYLOR, 1980, p 13).

Além dos tempos presente e aoristo, deve-se salientar o tempo perfeito, no grego koinê, que une as duas características de qualidade em uma mesma forma, ou seja, o tempo perfeito une a qualidade de ação linear com a ação pontilear. Taylor assim a define:

O perfeito é um tempo presente e contempla um ato como tendo sido consumado e este estado ou efeito permanecendo em vigor. O tempo combina ação pontiliar e linear, ação efetuada cujos efeitos perduram [...]. Certos perfeitos salientam a ação pontiliar que se deu e outros o efeito linear, durativo, daí resultante (TAYLOR, 1980, p 328).

Sugere-se, a partir das considerações sobre os tempos verbais no grego koinê, que a tradução dos verbos para a língua portuguesa no texto bíblico procure transmitir a ideia da qualidade que é preponderante na língua grega, mas que também demonstre o tempo da ação conforme a enunciação projetada no texto. No caso específico do tempo perfeito, o mesmo autor ressalta a dificuldade de uma tradução que capture o sentido proposto no texto original:

A tradução do perfeito é problema difícilíssimo. Nenhum tempo nas línguas modernas corresponde ao seu rico significado. O preclaro Moulton disse que o perfeito é o tempo mais importante, do ponto de vista da exegese. A timidez em traduzir obscurece grande parte do sentido original. Sem dúvida, se os apóstolos tivessem sonhado que seus *perfeitos* seriam traduzidos tão frios e protocolares, nas versões da atualidade, teriam sofrido calafrios de horror. (TAYLOR, 1980, p 331).

Percebe-se, a partir dessa afirmação, as dificuldades na transposição do significado dos tempos verbais do grego koinê para a língua portuguesa, o que interfere na exposição da enunciação.

O texto de 2 João, em grego koinê, contém 48 verbos, que estão distribuídos, em relação ao tempo e modo, conforme se demonstra no Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 - Distribuição dos verbos no texto em grego koinê.

MODO TEMPO	INDICATIVO	SUBJUNTIVO	PARTÍCÍPIO	INFINITIVO	IMPERATIVO	TOTAL
PRESENTE	12	4	10	3	3	32
AORISTO	6	2	-	2	-	10
PERFEITO	1	-	2	-	-	3
FUTURO	2	-	-	-	-	2
IMPERFEITO	1	-	-	-	-	1
TOTAL	22	6	12	5	3	48

Fonte: Elaboração própria (2022).

A mesma relação foi investigada na tradução proposta neste trabalho (Quadro 6). Obviamente, há características diferentes nos dois quadros, devido a questões gramaticais particulares de cada língua:

Quadro 6 - Distribuição dos verbos no texto em português - tradução própria

TEMPO \ MODO	INDICATIVO	SUBJUNTIVO	IMPERATIVO	TOTAL
PRESENTE	22	6	3	31
PRET. PERF.	8	-	-	8
FUTURO	2	-	-	2
GERÚNDIO				2
PARTICÍPIO				4
TOTAL	32	6	3	47

Fonte: Elaboração própria (2022).

Para fins de comparação, apresenta-se também o quadro distribuição dos verbos em português, com base no texto da Edição Contemporânea. Confira-se no Quadro 7:

Quadro 7 - Distribuição dos verbos no texto em português – edição contemporânea

TEMPO \ MODO	INDICATIVO	SUBJUNTIVO	IMPERATIVO	TOTAL
PRESENTE	22	8	1	31
PRET. PERF.	6	1	-	7
FUTURO	2	-	-	2
GERÚNDIO				1
PARTICÍPIO				2
TOTAL	30	9	1	49

Fonte: Elaboração própria (2022)

A partir das questões levantadas e da frequência dos verbos nas duas línguas, algumas considerações se fazem necessárias, e são expostas a seguir.

Quanto à temporalidade, são visíveis as marcas de uma enunciação de natureza enunciativa, na medida em que o evento da enunciação e o evento narrado sugerem uma ocorrência simultânea, demarcado pelo tempo presente. Tal fato caracteriza um texto pertencente ao sistema enunciativo, tal como explícito por Fiorin (1999, p. 146): “Se o momento de referência é concomitante ao momento da enunciação, utilizamos o sistema enunciativo, já que tudo está referido ao momento da enunciação”.

No texto em grego koinê, dos 48 verbos presentes no enunciado, 32 estão no tempo presente (dois terços do total), embora em modos verbais diferentes. Essa característica se reflete no texto traduzido, em que 31 dos 47 verbos encontrados também se apresentam no tempo presente.

Destaca-se, logo no primeiro parágrafo, a presença da forma verbal “eu amo”, cuja pessoalidade já foi discutida em outra seção. Esse verbo está no centro do parágrafo inicial, conforme demonstra o diagrama sintático do texto grego, e vai determinar o caráter do restante de II João. É uma carta de amor, não amor sensual, mas amor altruísta-fraternal. O significado de ἀγαπῶ (eu amo) - e do substantivo correlato ἀγάπη (amor) - e sua comparação com φιλέω (eu amo) tem sido objeto de discussões variadas. Por sua importância exegética, uma breve explicação será aqui apresentada, com base em Taylor (1980, p. 281-282):

Dois vocábulos para expressar a ideia de amor sobreviveram no N. T. ἀγαπῶ e φιλέω. No primeiro século da era cristã estes aparecem no meio de uma evolução radical. Na era clássica φιλέω era o verbo geral para indicar todos os sentimentos de amor, se bem que em contraste com seus sinônimos tivesse uma ideia especial. Mas no koinê, ἀγαπῶ se torna o vocábulo popular e generalizado e se usa no N. T. e na LXX para expressar toda sorte de amor humano ou divino... ἀγαπῶ, se bem que no koinê sirva para expressar todas as qualidades, boas ou más, de amor carnal, espiritual, doméstico ou religioso, conserva, quando em contraste com φιλέω, seu sentido característico de amor de estima, de apreciação do valor preciso do ser amado... ἀγαπῶ = o amor de benevolência ou de admiração; φιλέω = o amor de complacência, de deleite, de intimidade afetuosa. É gravemente errôneo traduzir ἀγαπῶ caridade...

De uma forma geral, Taylor chega a sugerir que ambas as palavras possam ser usadas como sinônimos, dependendo do contexto, como no caso clássico de João 21.15-17, em que os lexemas ἀγαπῶ e φιλέω são usados pelo evangelista na transcrição do diálogo entre Jesus e Pedro. Em outros momentos do Novo Testamento, a distinção entre os dois termos se torna bem evidente, como no texto de I Pedro 1.5-7, transcrito a seguir com destaque para as palavras gregas:

Por isso mesmo, vós, empregando toda a diligência, acrescentai à vossa fé a bondade; à bondade, o conhecimento; ao conhecimento, o domínio próprio; ao domínio próprio, a perseverança; à perseverança, a piedade; à piedade a fraternidade (φιλαδελφία); e à fraternidade, o amor (ἀγάπη). (BÍBLIA, 2020, p 780).

No texto de II João, além do destaque referente à temporalidade da expressão “eu amo”, no primeiro parágrafo, ressaltam-se, ainda, outros verbos que apontam para a enunciatividade do texto. No segundo parágrafo da tradução proposta, o verbo “peço” determina a ação constante nessa seção: o “pedir” refere-se ao mandamento de mútuo amor, sendo que o amor é definido a partir da obediência aos mandamentos expostos nas Escrituras. “Peço” está no presente do indicativo, mais uma marca da debreagem enunciativa característica do texto.

Encontram-se, nesse parágrafo, as duas únicas ocorrências do tempo verbal futuro do presente, demarcando um tempo de acontecimento posterior ao tempo da enunciação.

Há, no último parágrafo, a construção verbal “havemos de nos falar”, referindo-se a um tempo futuro, que, entretanto, não é o futuro do presente. A opção por essa forma deve-se ao intuito de reproduzir, no texto em português, a forma do infinitivo que ocorre no texto em grego koinê.

A construção proposta “havemos de nos falar” é uma embreagem temporal enunciativa. Define-se a embreagem como “o efeito de retorno à enunciação, produzido pela suspensão da oposição entre certos termos da categoria da pessoa e/ou espaço e/ou do tempo, bem como pela denegação da instância do enunciado” (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p. 140). Assim, a opção por “havemos” no tempo presente, em vez de “haveremos” - futuro - aponta para uma operação de embreagem que pretende chamar atenção para o verbo no infinitivo constante na sequência. É uma embreagem enunciativa, conforme a definição de Fiorin (1999, p. 192):

Uma embreagem será considerada enunciativa quando o resultado da neutralização for um tempo enunciativo, o que ocorre, seja quando suspendem as oposições de tempos do sistema enunciativo, seja quando se neutralizam tempos do sistema enunciativo e enuncivo em proveito dos primeiros.

No segundo parágrafo, além do verbo “peço” (na tradução da Almeida Contemporânea: “rogo”), encontram-se verbos no pretérito perfeito: “alegrei-me”; “encontrei”; “recebemos”; “tivemos”; e “ouvistes”. Tais verbos apontam para um tempo anterior ao tempo da enunciação, conforme assinala Fiorin:

O momento dos acontecimentos (estados e transformações) é ordenado em relação aos diferentes momentos de referência. Faz-se essa ordenação aplicando-se a categoria topológica concomitância vs não-concomitância (anterioridade vs posterioridade) aos diferentes momentos de referência. São três os momentos estruturalmente relevantes na constituição do sistema temporal: momento da enunciação (ME), momento da referência (MR) e momento do acontecimento (MA). (FIORIN, 1999 p 146).

No texto de II João, o momento de referência (MR) é simultâneo ao momento da enunciação (ME), característica fundamental dos textos enunciativos, e, a partir dele, organizam-se os acontecimentos, como os de anterioridade indicados pelo referido pretérito.

O tempo pretérito perfeito apresenta-se, no texto, em oito ocorrências. Além dos cinco verbos, no segundo parágrafo, encontra-se “saíram” e “construímos”, no terceiro parágrafo, e o verbo “quis”, no quinto parágrafo.

Dentre esses verbos, é necessário destacar o verbo “tivemos” (segundo parágrafo), que é a tradução do verbo εἶχομεν, cujo tempo verbal no grego koinê é o imperfeito. Segundo Taylor (1980, p. 322), a ação representada por esse tempo verbal, no grego koinê, é de uma ação incompleta:

O imperfeito, como o presente, expressa ação incompleta, que pode ser descritiva, repetida, interrupta, empreendida, principiada, simultânea, prolongada ou momentânea, de acordo com o contexto e a ideia radical do verbo, sendo que a ideia momentânea se vê em formas que talvez sejam velhos segundos aoristos...

Na tradução proposta, o verbo εἶχομεν, embora esteja no tempo imperfeito – o que levaria a tradução a também ser feita no tempo pretérito imperfeito em português - foi apresentado no pretérito perfeito (*tivemos*) concordando com a versão Almeida Contemporânea, visto o tempo pretérito perfeito apontar para uma ação pontiliar no passado, o que coaduna com o contexto da Carta.

Cabe, ainda, tratar da tradução dos verbos que se encontram no tempo perfeito no texto em grego koinê. Há três ocorrências desse tempo verbal, relacionadas a seguir acompanhadas pelas respectivas análises e traduções:

- ἐγνωκότες (22) – Verbo, perfeito, particípio, ativo, nominativo, plural, masculino – os que conhecem
- εὔρηκα (63) – Verbo, perfeito, indicativo, ativo, 1ª pessoa do singular – encontrei
- πεπληρωμένη (236) – Verbo, perfeito, particípio, passivo, singular, feminino, nominativo – plena, completa

Nota-se que, em cada situação, o tempo verbal da tradução foi diferente, dependendo do contexto da frase em que ele se insere. Na primeira ocorrência (ἐγνωκότες), a tradução “os que conhecem” está no tempo presente, cuja ideia é de demonstrar uma característica daqueles sujeitos. O verbo no grego pode ser entendido como um perfeito intensivo que é “a classe dos perfeitos onde a ideia pontiliar se obscureceu e ficou intensificada a força linear” (TAYLOR, 1980, p. 328). A tradução procura demonstrar a força da continuidade da ação, ou seja, eles conheceram e esse conhecimento é permanente.

Na segunda ocorrência, a tradução oferecida está no pretérito perfeito, o que enfatiza o momento do encontro; pode ser classificado como um perfeito extensivo pontilear-durativo.

A terceira ocorrência foi traduzida em um lexema nominal, sendo acompanhado de um verbo de ligação - “seja”: *a fim de que nossa alegria seja plena*. A ideia é a da continuidade da situação de plenitude da alegria pelo reencontro com os filhos da senhora eleita que, segundo o desejo do presbítero, estariam andando na verdade.

Percebe-se, por esses breves comentários, a dificuldade da tradução do tempo perfeito para a língua portuguesa; entretanto, motivados pelo sentido global do texto, respeitando-se a intencionalidade enunciativa, buscou-se dar conta dessa dificuldade com as opções feitas como nas justificativas dadas.

3.1.2.3.2.1 Advérbio de Tempo

Há, ainda, outra marcação de tempo, no texto, além da contida nos verbos. A esse respeito, destaca-se a ocorrência do advérbio de tempo “agora” no segundo parágrafo. Segundo os estudos da enunciação:

Os advérbios de tempo articulam-se também em um sistema enunciativo e um enuncivo. Aquele centra-se num momento de referência presente, idêntico ao momento da enunciação; este organiza-se em um momento de referência (pretérito ou futuro) inscrito no enunciado (FIORIN, 1999, p 162).

Dessa forma, também se ressalta o caráter enunciativo do texto por meio da debreagem temporal marcada pela presença do advérbio de tempo mencionado, que demonstra a concomitância do enunciado com o momento da enunciação.

No texto de II João, percebe-se a presença de três momentos designados no enunciado. O tempo presente é determinado pelo “**Agora, também, peço** a ti...”, ou seja, pela marcação de tempo do advérbio de tempo e do tempo presente do texto, que expressa o momento em que o presbítero escreve para seu destinatário. O tempo passado, no texto, é determinado pelo momento do encontro com os filhos da senhora eleita: “**encontrei** alguns dos teus filhos...”, demonstrado pelo pretérito perfeito. O terceiro momento é o do reencontro almejado no tempo futuro, demonstrado pela frase “desejo comparecer perante vós e **havemos de nos falar**”, usado na tradução proposta como uma embreagem temporal.

Assim, o tempo presente da “escrita” encontra-se no intervalo entre dois encontros do presbítero com os filhos da senhora eleita - o primeiro encontro no passado, e o segundo – aguardado – no futuro.

PASSADO	PRESENTE	FUTURO
encontrei	peço	havemos de nos falar

Dessa forma, pode-se afirmar que o tempo simulado da enunciação é o tempo da separação, da ausência, do lapso temporal entre dois encontros demarcados linguisticamente pelos momentos assinalados no texto, de acordo com os tempos verbais utilizados pelo enunciador. A carta é necessária pois não há, no momento da enunciação, a presença física do enunciador e do enunciatário. No encontro futuro não haverá necessidade de escrita, pois o enunciador não utilizará mais “papel e tinta”, mas falará “pessoalmente”, ou, mais literalmente, “boca a boca”.

3.1.2.3.3 Espaço

O espaço enunciativo é consequência do *eu* instalado no texto pelo enunciador, como afirma Fiorin (1999, p.262):

O espaço linguístico ordena-se a partir do *hic*, ou seja, do lugar do *ego*. Todos os objetos são assim localizados, sem que tenha importância seu lugar no mundo, pois aquele que os situa se coloca no centro e ponto de referência da localização.

A afirmação torna clara a percepção de espaço no texto de II João. Sugere-se, complementarmente, que nessa carta o espaço linguístico abrange também a presença do enunciatário. O enunciador estabelece não somente a si, como centro espacial linguístico, mas, especialmente, a comunhão do presbítero - debreagem enunciativa instaurada no texto - com os filhos da senhora como centro de localização das ações delineadas na carta. É o espaço do “nós”, primeira pessoa do plural, a união do “eu” - presbítero - e “tu/vós” - senhora eleita e seus filhos. Essa comunhão define não somente o tema da carta, mas também o espaço linguístico.

O lexema “mundo”, no terceiro parágrafo, explicita a debreagem espacial no texto. No texto grego, a expressão é “ἐξῆλθον εἰς τὸν κόσμον” - saíram pelo mundo. “ἐξῆλθον” (aoristo, indicativo, ativo, 3ª pessoa do plural) é a forma verbal de

ἐξέρχομαι, cujo significado literal é “sair para fora”. O verbo traz em si a preposição εκ (para fora) em sua composição.

“Mundo” é a tradução da palavra “κόσμον” (acusativo). Nas Escrituras Sagradas, o mundo é criação divina (Gênesis 1.1), é objeto do amor de Deus (João 3.16) e é o lugar/espaco para onde os apóstolos deveriam ir, sob a ordem de Cristo, para anunciar o evangelho: “E disse-lhes: Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura” - Marcos 16.15 (BÍBLIA, 2020, p. 643).

Os “muitos errantes” saíram pelo mundo não para pregar o evangelho, mas para ensinar uma doutrina contrária à verdade pregada pelos apóstolos, verdade essa que constituía o cerne da comunhão cristã. Estabelece-se, então, uma oposição espacial entre a comunhão eclesiástica (aqui) e o mundo (lá). É a partir dessa oposição linguística que o aspecto espacial se evidencia na Carta.

Destaca-se no texto a preposição “até”, constante na frase “Se alguém vai até vós” no quarto parágrafo, lexema esse que, no seu aspecto semântico, “denota que o ponto de referência foi atingido ou considerado como atingido” (FIORIN, 1999, p. 280). Essa preposição também demarca um espaço no texto, de caráter enunciativo. Ao ser seguido pelo pronome “vós”, dá a ideia de “aí”, onde o enunciatário se encontra. De acordo com Fiorin: “*Aqui* e *aí* marcam o espaço da cena enunciativa, sendo que este assinala o espaço do *eu*, e aquele, o do *tu*” (FIORIN, 1999, p. 269). O enunciador se preocupa com a possibilidade da chegada dos enganadores que andavam pelo mundo (lá) e chegassem até (aí) os enunciatários.

Por fim, deve-se ressaltar a presença do lexema “aquele”, constante na frase que abre o quarto parágrafo: “Todo *aquele* que vai além e não permanece no ensino de Cristo não tem a Deus”. Primeiramente, deve-se observar que esse lexema não consta no texto grego, mas foi adicionado à tradução para conferir sentido mais preciso ao texto. A frase seguinte, no mesmo parágrafo: “o que permanece no ensino, este tem tanto o Pai quanto o Filho”, tem a mesma estrutura sintática da primeira; ambas podem ser visualizadas no diagrama sintático apresentado neste trabalho, sendo que os dois verbos “vai (além)” e “permanece” (nas duas ocorrências) estão na mesma forma verbal: presente, particípio, ativo, singular, masculino e nominativo. Assim, poder-se-ia substituir o lexema “aquele” da primeira frase pelo artigo “o” sem prejuízo de sentido: “todo o que vai além...”. Entretanto, a presença de “aquele” enriquece o sentido do texto, pois o lexema “aquele” compõe

um sistema tricotômico de pronomes demonstrativos, em que o “este” e o “esse” assinalam “proximidade dos actantes da enunciação e *aquele*, distância desses actantes” (FIORIN, 1999, p.266). A presença do “aquele”, no texto, já evidencia a terceira pessoa fora da enunciação, o “outro”, que não pertence à cena enunciativa.

Há ainda uma perspectiva a ser explorada, ainda que brevemente, sobre a presença desse lexema. As frases “Todo aquele que vai além e não permanece no ensino de Cristo não tem a Deus” e “O que permanece no ensino, este tem tanto o Pai quanto o Filho” são proposições lógicas e podem ser analisadas pela semiótica peirciana. Elas afirmam generalizações e apontam para um sujeito universal. Uma breve análise dessas frases na perspectiva dessa semiótica encontra-se no Apêndice A deste trabalho.

3.1.3 Ponto de vista

O conceito de ponto de vista está ligado à instância do discurso, sendo definido por Bertrand (2003, p. 112) como “o conjunto de operações que o enunciador efetua para orientar e estruturar seu enunciado”. É por meio do ponto de vista que o enunciador organiza o conteúdo do enunciado, dando ao enunciatário a perspectiva que aquele pretende demonstrar. Greimas e Courtés (s/d, p. 342) assim definem esse termo:

Designa-se, geralmente, pela expressão ponto de vista um conjunto de procedimentos utilizados pelo enunciador para fazer variar o foco narrativo, isto é, para diversificar a leitura que o enunciatário fará da narrativa, no seu todo, ou de algumas de suas partes. Esta noção é intuitiva e demasiadamente complexa: esforços teóricos sucessivos tentaram extrair daí articulações definíveis, tais como a colocação em perspectiva e a focalização.

Na definição, destacam-se os conceitos de perspectiva e focalização como vinculados à noção de ponto de vista. Assim, o enunciador, por meio de certos procedimentos, incluindo a instalação no enunciado das categorias de *debreagem*, leva o enunciatário a compreender de certa forma o espaço enunciativo.

Bertrand (2003, p.112) afirma que o ponto de vista pode receber uma “significação específica” conforme o tipo de texto, se narrativo, descritivo ou argumentativo. A II Carta de João, pelo fato de ser do gênero literário epistolar contém, em seu enunciado, duas tipologias textuais: narrativa e argumentativa. Não

se encontra, na epístola estudada, tipo algum de descrição, embora textos descritivos sejam constantes em certa quantidade nas Escrituras Sagradas. Depreende-se uma “narração” no texto epistolar, por exemplo, no momento em que o enunciador menciona, por meio do narrador, o encontro do presbítero e o desejo do reencontro futuro, modalizado pela paixão da alegria e, ainda, quando afirma que os errantes saíram a pregar o ensino contrário ao ensino recebido “da parte de Pai”.

Em outros momentos, percebe-se a argumentação proposta pelo enunciador, também por meio do narrador, quanto ao ensino ortodoxo que define a verdade do texto - a base da comunhão: “Agora, também, peço a ti, senhora, não como escrevendo novo mandamento a ti, mas aquilo que tivemos desde o princípio: que nos amemos uns aos outros. E este é o amor: que andemos de acordo com os seus mandamentos”.

No que concerne à porção narrativa da carta, quanto ao modo de presença do narrador, propõe-se que haja no texto a categoria de focalização interna, assim definida por Bertrand (2003, p. 113): “quando o narrador se esconde atrás de suas personagens, delega-lhes a assunção da narrativa e não sabe mais do que elas”. É o presbítero que conduz a narrativa da carta quanto às ações ali depreendidas, ações essas demarcadas textualmente pelos verbos de ação: *encontrei, andando, recebemos, peço, escrevendo* etc.

Da mesma forma, é o personagem “presbítero” que assume uma função de regência no desenvolvimento do percurso narrativo, ainda que curto, no texto. Bertrand (2003, p. 114) denomina essa função de “perspectiva narrativa”. Ainda segundo esse autor:

Compreende-se que a escolha da perspectiva, tanto quanto as focalizações do enunciador, determina a ordem dos valores postos em cena no texto (narrativas de herói ou de anti-herói, narrativa de glorificação dos valores ou, ao contrário, de ridicularização).

É por meio do presbítero, enquanto ator do discurso e participante da narração, que o enunciador, por meio da projeção de pessoa construída pela debreagem, que a narrativa é regida e os valores são explicitados. A questão dos valores e dos actantes envolvidos na narrativa pertence à discussão a ser feita no nível narrativo.

Quanto ao discurso argumentativo, fala-se não mais em focalização ou perspectiva, mas em “tomada de posição”:

A metáfora espacial dessa última expressão indica claramente que os modos de enunciação são, aí também, questão de posições. A opinião pode ser expressa sob a aparência do discurso objetivo ou da evidência (com o “ele”, a pessoa do universo: “é evidente que...”) ou sob a égide de um sujeito coletivo (com o “se”: “sabe-se há muito tempo que...”), ou pelo empenho de uma subjetividade assumida (com o “eu”). (BERTRAND, 2003, p 117).

No texto de II João, o texto argumental envolve a declaração do mandamento divino a respeito do amor (“como recebemos o mandamento da parte do Pai”) assim como as proposições que são a demonstração da “verdade” que permeia o texto (não confessar Jesus Cristo vindo em carne; “todo aquele que vai além e não permanece...”). Por ser uma carta, baseada na relação eu/tu, propõe-se que a tomada de posição no texto se evidencia na opinião proposta pelo “eu” do discurso por meio do ator “presbítero”, resultante da debreagem actancial no enunciado. É a formalização “pelo empenho de uma subjetividade assumida (como o “eu”)” (BERTRAND, 2003, p. 117).

Ao tratar do tema do ponto de vista, chegamos ao limiar das questões que dizem respeito à estrutura narrativa, foco da próxima seção deste trabalho.

3.2 NÍVEL NARRATIVO

Em continuidade aos estudos na esteira do percurso gerativo de sentido, após a análise do nível discursivo – mais superficial – passa-se, agora, para o nível narrativo que, dentro desse modelo da semiótica discursiva, “organiza a narrativa, do ponto de vista de um sujeito” (BARROS, 2005, p. 13). Ainda de acordo com esse autor,

No segundo patamar, nível das estruturas narrativas, os elementos das oposições semânticas fundamentais são assumidos como valores por um sujeito e circulam entre sujeito graças à ação também de sujeitos. Ou seja, não se trata mais de afirmar ou de negar conteúdos, de asseverar a liberdade e de recusar dominação, mas de transformar, pela **ação do sujeito**, estados de liberdade ou de opressão (BARROS, 2005, p 15).

O nível narrativo, assim como o nível discursivo, apresenta semântica e sintaxe. Estas são assim consideradas por Nöth (2009, p. 149):

No nível superficial, a sintaxe narrativa analisa a estrutura de sintagmas narrativos elementares (chamados de programas narrativos). As categorias profundas aparecem agora em categorias antropomórficas como ações de sujeitos humanos... A semântica narrativa do nível superficial é o domínio

da atualização de valores semânticos selecionados da estrutura profunda e conferidos aos actantes da narrativa superficial.

Nota-se uma pequena mudança na terminologia usada pelos teóricos. O “nível superficial” a que Nöth se refere é a denominação dada pelo autor ao nível narrativo, considerando a organização das estruturas semioarrativas, designação mais comum, usada também por Barros e Bertrand. O Quadro 8 a seguir demonstra o modelo do percurso gerativo conforme proposto por Greimas e Courtés (2009), com a terminologia citada por Nöth:

Quadro 8 - O modelo do percurso gerativo de Greimas

PERCURSO GERATIVO			
	Componente sintáxico		Componente semântico
Estruturas Sêmio-narrativas	Nível profundo	SINTAXE FUNDAMENTAL	SEMÂNTICA FUNDAMENTAL
	Nível superficial	SINTAXE NARRATIVA DE SUPERFÍCIE	SEMÂNTICA NARRATIVA
Estruturas discursivas	SINTAXE DISCURSIVA Discursivização actorialização temporalização espacialização		SEMÂNTICA DISCURSIVA Tematização Figurativização

Fonte: Dicionário de Semiótica (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p. 209).

A respeito da semântica narrativa, assim se manifesta Nöth (2009, p. 149): “Greimas & Courtés distinguem entre valores descritivos e modais. Valores descritivos ou são valores essenciais ou acidentais. Valores modais se referem a categorias como “desejo”, “obrigação” ou “conhecimento”.

Baseado, então, nas duas divisões apresentadas, a análise do nível narrativo terá a sua execução, iniciando-se com a sintaxe narrativa, em que o conceito de programa narrativo será utilizado como base da análise. As duas subdivisões de análise – sintática e semântica – terão como base principal a teoria proposta por Barros (2005).

3.2.1 Sintaxe narrativa

Segundo Barros (2005, p. 20), a sintaxe narrativa – componente do nível narrativo ao lado da semântica narrativa – “deve ser pensada como um espetáculo que simula o homem que transforma o mundo”. Ainda segundo Barros, a semiótica propõe duas concepções complementares da narrativa: como mudança de estados – relação entre o sujeito e o objeto – e como “sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário” (2005, p.21).

A partir dessas duas concepções, encontram-se, no nível narrativo, três tipos de percursos narrativos, a saber: o do sujeito, o do destinador-manipulador e o do destinador-julgador, que compõem o que é denominado de *esquema narrativo canônico*.

Para fins de análise do nível narrativo, o esquema narrativo canônico será utilizado como base. As questões relativas à modalização e veridicção, embora pertinentes na análise do percurso gerativo, serão analisadas na seção da semântica narrativa. Preferiu-se, portanto, iniciar a análise da narrativa a partir de sua estruturação geral, a fim de que o entendimento se torne mais claro a partir de uma estrutura padrão, conforme afirma Barros (2005, p. 38):

O esquema narrativo canônico é um modelo hipotético da estruturação geral da narrativa. Cumpre o papel de organização de referência, a partir da qual são examinadas as expansões e variações e estabelecidas as comparações entre as narrativas.

O esquema narrativo canônico é demonstrado na figura a seguir,:

Quadro 9 - Esquema narrativo canônico

ESQUEMA NARRATIVO CANÔNICO									
PERCURSO DO DESTINADOR-MANIPULADOR				PERCURSO DO SUJEITO				PERCURSO DO DESTINADOR-JULGADOR	
Programa narrativo de doação de competência semântica		Programa narrativo de doação de competência modal		Programa narrativo de competência		Programa narrativo de performance		Programa narrativo de interpretação	Programa narrativo de retribuição
Esquema narrativo de fazer regendo S1 ≠	Esquema narrativo de estado S2	Esquema narrativo de fazer regendo S1 ≠	Esquema narrativo de estado S2	Esquema narrativo de fazer regendo S1 ≠	Esquema narrativo de estado S2	Esquema narrativo de fazer regendo S1 ≠	Esquema narrativo de estado S2	Esquema narrativo de fazer regendo S1 ≠	Esquema narrativo de estado S2

Fonte: *Teoria Semiótica do Texto* (BARROS, 2005, p. 39).

Barros (2005, p. 29) define um percurso narrativo como “uma sequência de programas narrativos relacionados por pressuposição”. No caso do percurso do sujeito, este é composto por um programa narrativo de competência e por um programa narrativo de performance.

O programa narrativo do percurso do sujeito parte do conceito inicial de que o enunciado transita entre dois actantes principais: o sujeito e o objeto. A relação entre o sujeito e o objeto, seja ele de junção ou disjunção, determina o enunciado de estado. A transformação realizada ou sofrida pelo sujeito em relação ao objeto determina o enunciado de fazer.

A partir do reconhecimento dos enunciados de estado e de fazer, estabelece-se o programa narrativo, que, segundo Barros, é um “enunciado de fazer que rege um enunciado de estado” (2005, p. 24). O programa narrativo segue o modelo: “PN = F[S1 → (S2 ∩ OV)]”, em que:

PN = Programa Narrativo

F = Função

→ = Transformação

S1 = sujeito do fazer

S2 = sujeito do estado

∩ = conjunção

Ov = objeto-valor

Na maior parte das vezes, ocorre, em um texto, que haja mais de um programa narrativo. Nesse caso, deve-se observar uma hierarquia entre eles, determinando-se o programa de base em relação aos programas secundários. Observa-se também que a relação entre o sujeito e o objeto, seja ela de conjunção ou disjunção, determina o tipo de programa que se encontra no texto: “se a transformação resulta em conjunção do sujeito com o objeto, tem-se um programa de aquisição do objeto-valor; se termina em disjunção, fala-se em programa de privação” (BARROS, 2005, p. 25).

Há, ainda, uma relação a ser declarada entre os sujeitos de fazer e de estado. Se esses sujeitos são assumidos por um único ator no nível de discurso, então obtêm-se um uma relação reflexiva; se são assumidos por atores diferentes, obtêm-se uma relação transitiva. A partir da combinação entre o tipo de programa e a relação entre actantes, obtêm-se tipos diferentes de programas narrativos, a saber:

a – doação: aquisição + transitiva; b – apropriação: aquisição + reflexiva; c – espoliação: privação = transitiva; e d – renúncia: privação + reflexiva.

Bertrand (2003, p. 291) assim aborda alguns dos conceitos centrais:

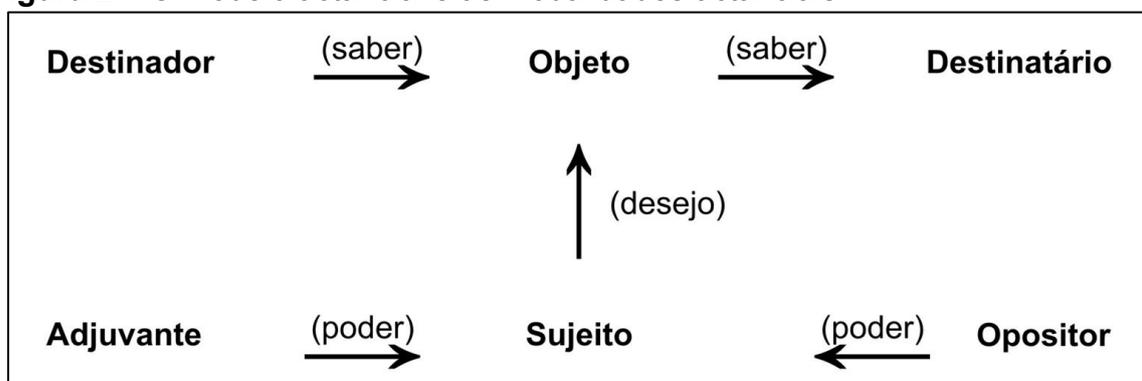
O programa narrativo articula dois enunciados básicos: os enunciados de estado e os enunciados de fazer. Estes têm a função de transformar os estados. Os enunciados de estado, por sua vez, se fundamentam nos predicados elementares de “ser” e “ter”. A narrativa mínima se baseia acima na transformação de um “estado de coisas”, pela privação ou pela aquisição, que resultam de um predicado de ação.

O programa narrativo do percurso do sujeito é definido, a partir de sua caracterização tipológica, em dois tipos fundamentais: o da competência e o da performance. A *competência* é um programa de uso de aquisição de valor modal em que o sujeito do fazer e o sujeito do estado são realizados por actantes diferentes. A *performance* é um programa também de uso de aquisição, mas é um programa de base de valor descritivo em que o sujeito de fazer e o sujeito de estado são realizados pelo mesmo actante.

No nível de programa narrativo, os elementos constituintes – que são o sujeito de estado, o sujeito do fazer e o objeto – são caracterizados como actantes sintáticos. No nível de percurso narrativo, fala-se em papéis actanciais: sujeito competente, sujeito operador etc. Quando se refere ao esquema narrativo, o conceito é de actante funcionais: sujeito, objeto, destinador, destinatário etc. (BARROS, 2005, p.38).

Nöth define as relações entre os actantes do esquema narrativo por meio do modelo actancial designado na figura a seguir:

Figura 2 – O modelo actancial e as modalidades actanciais.



Fonte: *A Semiótica no Século XX* (Greimas 1966, p. 207 *apud* NÖTH, 2009, p.158).

Percebe-se, no quadro citado por Nöth, a presença da modalização na relação entre os actantes da narrativa. Assim, o adjuvante e o opositor agem sobre o sujeito com a modalização de “poder”, mas em sentidos diferentes. O sujeito se relaciona com o seu objeto em uma relação de desejo. O destinador, por sua vez, age sobre o objeto a fim de que este se relacione com o destinatário.

Convém, ainda, definir melhor o termo actante, elemento primordial da análise da narrativa dentro do percurso gerativo de sentido. Para tanto, utiliza-se, aqui, a definição de Greimas e Courtés (s/d, p. 12):

O actante pode ser concebido como aquele que realiza ou sofre o ato, independentemente de qualquer outra determinação... Na progressão do discurso narrativo, o actante pode assumir um certo número de papéis actanciais, definidos simultaneamente pela posição do actante no encadeamento lógico da narração (sua definição sintática) e por seu investimento modal (sua definição morfológica). Assim, o herói só o é em certas posições da narrativa: não era herói antes, pode não ser herói depois

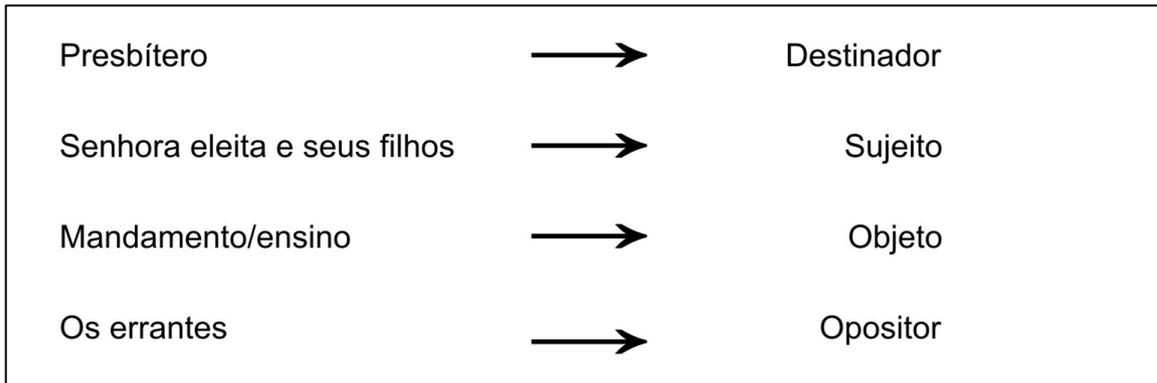
Quanto aos actantes do nível narrativo, Bertrand afirma existirem três posições relacionais:

a do sujeito (em relação com seus objetos valorizados), a do destinador (em relação com o sujeito-destinatário que ele manipula e sanciona levando em conta os valores investidos nos objetos), a do objeto (mediação entre o destinador e o sujeito) (BERTRAND, 2003, p. 289).

Dessa forma, pode-se afirmar que se encontram, na narrativa, três actantes principais: o sujeito, o objeto e o destinador.

Observa-se, primeiramente, a inclusão dos actantes Adjuvante e Opositor no modelo proposto por Nöth, além dos três actantes principais já citados – sujeito, objeto e destinador. A narrativa determina um sujeito sobre o qual um desejo é dado ou é demonstrado sobre um objeto. O destinador estabelece as condições desse programa, em que o objeto, por fim, é recebido por um destinatário. O sujeito é ladeado por um adjuvante e um opositor que o influenciam de formas diferentes, seja colaborando ou se opondo à ação desenvolvida por ele. No nível discursivo, essas categorias actanciais são manifestadas em atores, podendo um ator assumir diferentes categorias em momentos diversos do texto. Percebe-se, ainda, a presença dos valores modais, como o saber e o poder, que impulsionam os sujeitos em suas ações. Propõe-se, na Figura 3, a seguinte relação entre os atores e os actantes do texto:

Figura 3 - Relação entre atores e actantes.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Sobre o texto de II João, com base nos comentários de Nöth, propõe-se uma relação importante entre os atores já demonstrados nos textos e as categorias actanciais. Nota-se, primeiramente, que os atores do discurso não possuem nomes próprios, mas são designados por funções ou por características que remetem ao universo cristão-eclesiástico. A relação proposta fica manifesta do seguinte modo:

O ator presbítero – no discurso – toma a função do destinador-manipulador na narrativa. É ele quem vai direcionar o sujeito “Senhora eleita e seus filhos” em vista da conjunção pretendida; também assume a função de destinador-manipulador, pois é ele que “tanto determina que valores serão visados pelo sujeito quanto dota o sujeito dos valores modais necessários à execução da ação” (BARROS, 2005, p. 30). Assume, ainda, a função de destinador-julgador, na medida em que “responde pela sanção do sujeito” (BARROS, 2005, p. 35). Algo a se notar na caracterização do presbítero é o significado desse termo. Taylor assim define o lexema *πρεσβύτερος*, em seu *Dicionário do Novo Testamento Grego*:

(a) ancião, antecedente; (b) presbítero ou conselheiro dos judeus, membro do Sinédrio, posição originalmente dados aos velhos das tribus; (c) magistrado ou ancião de uma cidade, Luc. 7:3; (d) entre os cristãos, presbítero, presidente de uma Igreja; [...] (f) nos papiros, usado (1) dos magistrados das vilas no Egito que eram responsáveis pela ordem pública e recebiam um pequeno ordenado [...] (TAYLOR, 1991, p. 182).

Desse modo, percebe-se uma curiosa relação entre o sentido denotativo do termo *πρεσβύτερος* em grego koinê com a própria função do actante destinador, na medida em que esse termo transmite uma noção de posição de autoridade, seja dentro de uma comunidade social ou eclesiástica. A opção por traduzir *πρεσβύτερος*

por “presbítero”, e não por “idoso” ou “ancião”, demonstra que o tradutor entende que há um tom de autoridade no texto no nível narrativo enquanto obra do “presbítero”.

Da mesma forma, os termos “senhora eleita” e “seus filhos” - atores identificados como o actante sujeito - apontam para uma comunidade que recebe os ensinamentos do presbítero (neste trabalho, usar-se-á de forma intercambiável, os termos “senhora eleita e seus filhos” e simplesmente “filhos” para se referir ao actante sujeito). Essa comunidade deve seguir a orientação dada pelo presbítero no que tange à preocupação deste quanto à chegada de falsos mestres, estabelecendo os valores que serão a base do contrato veridictório, assim como manipulando o sujeito por meio da intimidação. O objetivo é que não haja alteração no “ensino” original recebido como “mandamento” divino. É a manutenção desse mandamento/ensino que constitui a base da comunhão eclesial: “E este é o amor: que andemos de acordo com seus mandamentos”. O sujeito “senhora eleita e seus filhos” é caracterizado no texto como “andando na verdade” e como o que “permanece no ensino”. “Andar de acordo” e “permanecer” são os dois verbos ligados ao actante sujeito, identificando a função de seguir a orientação de Destinator quanto ao mandamento “dado pelo Pai”.

O presbítero age sobre o sujeito outorgando-lhe um saber, que é o “mandamento/ensino” - o saber-fazer. Propõe-se que os lexemas “mandamento” e “ensino”, que se encontram no texto, embora apontando para conotações um pouco diferentes, tenham o mesmo sentido. O uso de lexemas diferentes é um recurso semiótico, no sentido em que faz parte do recurso de manipulação empreendido pelo destinador.

No início do texto, o lexema usado é “mandamento” com quatro ocorrências, todas elas na primeira metade do texto (2º parágrafo), e contém em si o conceito de “ordenança”, algo a ser cumprido. O mandamento tem origem divina: “o mandamento da parte do Pai”, há autoridade nesse mandamento e, por meio dele, o destinador estabelece os valores do contrato. O sujeito “filhos” sabe o que deve fazer a fim de alcançar a recompensa: manter o mandamento/ensino, que é a “verdade” estabelecida no texto, rejeitando o falso ensino dos “errantes”. Na segunda metade, encontram-se três ocorrências de “ensino”. Das três ocorrências

do lexema, em duas ele é acompanhado pelo verbo “permanece” e na terceira, pelo verbo “carrega”, no sentido de “trazer”.

O actante “opositor” se revela no texto por meio do ator “errantes”, lexema assim traduzido do termo grego πλάνοι. A versão Almeida Contemporânea traduz esse termo por “enganadores”. A opção por “errantes” se justifica pelo fato de se desejar demonstrar no texto a oposição entre aqueles que andam de acordo com a verdade e aqueles que andam além da verdade, termo este proposto no próprio texto.

O lexema πλάνοι (transliterado: planoí) - substantivo, masculino, plural, nominativo - tem a mesma raiz da palavra πλανήτης (transliterado: planêtes), assim definido por Mounce: Um andarilho, itinerante, um errante, vagabundo, άστήρ πλανήτης uma estrela errante, Judas 13 (tradução nossa)⁹ (MOUNCE, 1993, p. 375). Na referência de Judas, as “estrelas errantes” referiam-se aos falsos mestres que estavam ensinando doutrinas contrárias às apostólicas no seio das Igrejas cristãs. Taylor assim define πλανήτης em seu dicionário: “um errante (de estrelas); nos papiros = planeta” (TAYLOR, 1991, p. 175). πλάνος (singular de πλάνοι) é assim definido pelo mesmo autor: “enganador, sedutor, embusteiro” (TAYLOR, 1991, p. 175).

Nas quatro ocorrências de πλάνος no Novo Testamento (incluindo a ocorrência em 2 João), na Versão Almeida Contemporânea, a tradução é sempre “enganador”. “Errante”, entretanto, dentro do contexto de II João, é uma tradução que permite reconhecer mais facilmente a oposição entre o “sujeito” e o “opositor”. Estabelece-se uma relação entre as atitudes dos “filhos da senhora eleita” e as ações dos “errantes” no que concerne à “verdade” proposta pelo presbítero. Se, por um lado, aqueles estão “andando na verdade”, andando nos mandamentos e permanecendo no ensino de Cristo, por outro, os “errantes” “saíram pelo mundo” e vão além do ensino de Cristo. Se estes, que tinham saído pelo mundo, chegassem até a presença da “senhora eleita e seus filhos”, ou seja, a comunidade para onde o enunciador se dirigiu, inicialmente, deveriam ser repelidos – não serem recebidos nem saudados.

⁹ A rover, roving, a wandering; άστήρ πλανήτης, a wandering star, Jude 13 .

Demonstra-se, portanto, a oposição semântica entre os termos “andar de acordo/permanecer” com “sair pelo mundo/ir além” que definem as ações dos actantes da narrativa. Os filhos permanecem na verdade, os errantes vão além.

Por fim, define-se o objeto valor como sendo o “mandamento/ensino” citado pelo presbítero. O presbítero deseja que os filhos da senhora eleita perseverem no mandamento/ensino original, rejeitando o ensino que seria dado pelos errantes.

Assim, quanto aos programas narrativos do percurso do sujeito em II João, propõe-se, aqui, a seguinte relação entre a competência e a performance a partir da definição dos actantes sintáticos, utilizando-se a fórmula dos programas narrativos (Quadro 10) de acordo com o apresentado por Barros (2005, p. 39). Veja-se, primeiramente, a definição desses termos:

A competência é o programa de doação de valores modais ao sujeito de estado, que se torna, com essa aquisição, capacitado para agir. A performance é a representação sintático-semântica desse ato, ou seja, da ação do sujeito com vistas à apropriação dos valores desejados (BARROS, 2005, p. 29).

Quadro 10 - Programas narrativos.

PN de competência:	atores distintos	aquisição	valores modais
F (dar o mandamento/ensino)	[S1 (presbítero) – S2(filhos)]	\cap Ov	conhecimento/desejo]
PN de performance:	mesmo ator	aquisição	valores descritivos
F (olhar por si mesmo)	[S1 (filhos) – S2 (filhos)]	\cap Ov	mandamento/ensino]

Fonte: Elaboração própria (2022).

Segundo o quadro acima, o programa narrativo de competência é definido pelo agir do presbítero, que concede aos filhos o “saber” (conhecimento) dos mandamentos e o “querer” (desejo), para que atinjam o objetivo a ser proposto. Ele escreve o “mandamento” no qual eles deveriam andar – o amor, que, por sua vez, é demonstrado no seguir os mandamentos, ou seja, o ensino dado anteriormente pelos apóstolos. No parágrafo seguinte, o presbítero desvela a doutrina principal que é a base da verdade na qual os filhos estavam andando e na qual deveriam continuar: “Jesus Cristo veio em carne”. Havia uma relação de junção dos filhos com o mandamento/ensino que deveria ser mantida quando chegasse o ensino errado dos errantes/enganadores.

O programa narrativo de performance é caracterizado pela instrução de “olhar para si próprio”, expressão que denota a necessidade de os filhos agirem sobre si próprios para alcançarem o objetivo, que é a perseverança no mandamento/ensino.

Para que isso aconteça, o presbítero reitera aos filhos o ensino que deveria ser mantido, além de instruí-los quanto à necessidade de rejeitar os falsos mestres. A manutenção do ensino de presbítero consistia também na rejeição do ensino dos errantes.

Além do percurso do sujeito, faz-se necessário explicitar, também, os percursos do destinador-manipulador e do destinador-julgador. Barros (2005, p. 31) assim define as etapas do destinador-manipulador:

O percurso do destinador-manipulador contém duas etapas hierarquizadas: a da atribuição de competência semântica e a de doação de competência modal. A atribuição de competência semântica está sempre pressuposta na doação de competência modal, pois é preciso que o destinatário-sujeito creia nos valores do destinador, ou por ele determinados, para que se deixe manipular... A segunda etapa do percurso do destinador-manipulador é a de atribuição de competência modal. Essa fase constitui a manipulação propriamente dita, em que o destinador doa ao destinatário-sujeito os valores modais do querer-fazer, do dever-fazer, do saber-fazer e do poder-fazer.

A manipulação realizada pelo destinador repousa sobre um sistema de valores no qual o sujeito crê. A senhora eleita e seus filhos creem na verdade estabelecida pelo presbítero. É notável a presença do próprio lexema “verdade” logo no início do texto que aponta para esse sistema de valores: há cinco ocorrências desse lexema nas primeiras linhas da carta. O destinador-manipulador expõe que essa verdade está tanto no sujeito (senhora eleita e seus filhos) quanto nele próprio, assim como em todos aqueles que amam a senhora eleita e seus filhos. Propõe-se, com isso, que a “verdade” constitui-se em um sistema de valores compartilhados pelos membros da comunidade a qual esses actantes pertenciam.

O presbítero afirma que esse sistema de valores tem origem divina: “Alegrei-me muito pois encontrei alguns dos teus filhos andando na *verdade*, como *recebemos o mandamento da parte do Pai*”. Nota-se que o presbítero aplica uma autoridade muito grande sobre o ensino ao colocar a sua origem no “Pai”. Além disso, o próprio lexema “presbítero”, como notado anteriormente, traz em si uma carga de autoridade.

A partir dessa autoridade e do sistema de crenças compartilhado, o presbítero/destinador propõe um contrato e manipula o sujeito/destinatário a cumpri-lo, doando-lhe competências modais para tanto.

O contrato consiste na manutenção do mandamento/ensino recebido, o qual o destinatário já praticava, e na rejeição do ensino dos falsos mestres. A recompensa pelo cumprimento do contrato é o recebimento da plena recompensa; o castigo pelo descumprimento é a destruição daquilo que construíram. Uma frase se destaca no julgamento daquilo que é um ensino correto ou um ensino falso e que determina a posição do opositor em relação ao ensino ortodoxo: “Pois muito errantes saíram pelo mundo, os quais não confessam Jesus Cristo vindo em carne. Esse é o errante e o anticristo”. A questão teológica envolvida é de suma importância para a doutrina da Igreja, mas seu desenvolvimento foge ao escopo deste trabalho. Menciona-se, entretanto, que a própria maneira como a carta trata da questão demonstra a relevância do assunto, a tal ponto de se considerar como ponto fundamental para a preservação da “recompensa” a concordância com a confissão de fé.

Destaca-se, aqui, o sentido da palavra “confessar”. No texto grego, o lexema é ὁμολογοῦντες (128), conjugação do verbo ὁμολογέω (transliterado: homologéo, palavra formada pela junção da preposição *homo* com o verbo *logéo*), literalmente “mesmo falar”, dando o sentido de “concordar”. O lexema ὁμολογέω deu origem à palavra *homologar* na língua portuguesa. Ὁμολογοῦντες está no tempo presente no grego koinê, indicando uma ação contínua. Assim, o termo não aponta para um momento único de confissão da fé, mas para uma posição de concordância contínua com a fé ortodoxa. A oposição (não “homologação” da fé) demonstraria que a pessoa era, literalmente, um opositor do cristianismo, um “anticristo”.

“A segunda etapa do percurso do destinador-manipulador é a de atribuição de competência modal” (BARROS, 2005, p. 31). Nessa etapa, o destinador manipula o destinatário por meio da doação de valores modais: “Tanto para a modalização do ser quanto para a do fazer, a semiótica prevê essencialmente quatro modalidades: o querer, o dever, o poder e o saber” (BARROS, 2005, p. 44). As quatro modalidades podem ser percebidas no texto de II João.

O presbítero/destinador manipula o destinatário por meio do *saber* ao estimulá-lo por meio do “constrangimento do amor”, conforme a tradução proposta neste trabalho:

O presbítero à senhora eleita e aos seus filhos a quem eu amo na verdade Alegrei-me muito pois encontrei alguns dos teus filhos andando na verdade... Agora, também, peço a ti, senhora, não como escrevendo novo mandamento a ti, mas aquilo que tivemos desde o princípio: que nos amemos uns aos outros. E este é o amor: que andemos de acordo com os seus mandamentos.

O destinador estabelece que o mandamento é o amor que deveria ser demonstrado na observância dos mandamentos. Ao começar declarando seu amor pela “senhora eleita e seus filhos”, o destinador, jeitosamente, manipula seu destinatário a *querer-fazer* o cumprimento dos mandamentos. Essa manipulação pode ser denominada de *sedução*, em que o destinador concede um saber com “imagem positiva do destinatário” (BARROS, 2005, p. 35).

Outra forma de manipulação presente no texto é a *intimidação*. O valor modal de competência do destinador-manipulador é o *poder* e a alteração pretendida no destinatário é o *dever-fazer*. Ao estabelecer uma ameaça de perda da “plena recompensa” se os errantes fossem recebidos, o destinador propõe uma ação de intimidação, demonstrada em expressões duras constantes no texto, especialmente no quarto parágrafo, conforme a tradução proposta neste trabalho:

Todo aquele que vai além e não permanece no ensino de Cristo não tem a Deus. O que permanece no ensino, este tem tanto o Pai quanto o Filho. Se alguém vai até vós e não carrega este ensino, não o recebais em casa nem o saudeis. Aquele que o saúda comunga com suas obras malignas.

Destaca-se o tom de autoridade e – por que não? - de intimidação por parte do presbítero nesse ponto da carta, contrastando com um tom “amoroso” e sedutor constante no início do texto. O presbítero faz afirmações taxativas com ameaças pelo descumprimento das prerrogativas: não permanecer demonstra que não tem Deus; receber e saudar os errantes demonstra que a pessoa “comunga com suas obras malignas”.

Destaca-se, aqui, uma curiosidade a respeito da frase constante no quarto parágrafo: “se alguém vai até vós e não traz (carrega) este ensino, não o recebais em casa nem o saudeis”. É uma frase condicional determinada pela cláusula “se”, que, na gramática do grego koinê, é classificada como de primeira classe, em que a condição apresentada é dada como certa:

1 - *CONDIÇÃO REAL OU REALIZÁVEL* – A prótase expressa uma condição simples, que é considerada uma realidade, ou que pelo menos poderá se tomar real. Não estabelece se a condição se cumpre ou não, mas no caso

de se cumprir, necessariamente se realizará o fato expresso na oração principal (apódose) (REGA, 2004, p. 304).

Assim, a chegada dos errantes à comunidade da senhora eleita e de seus filhos parece ser dada como certa pelo presbítero. O perigo era real e a sedução e a intimidação foram as estratégias de manipulação necessárias engendradas pelo destinador, segundo seu julgamento, a fim de que a comunhão/doutrina fosse mantida pela senhora eleita e seus filhos.

Por fim, o terceiro e último percurso precisa ser explicitado: o do destinador-julgador, caracterizado pela ação de sanção do sujeito. Assim como nos outros dois percursos (o do sujeito e o do destinador-manipulador), é composto por dois programas narrativos: o de interpretação (sanção cognitiva) e o de retribuição (sanção pragmática), sendo o primeiro assim concebido:

Na interpretação, o destinador julga o sujeito, pela verificação de suas ações e dos valores com que se relaciona. Essa operação cognitiva de leitura, ou melhor, de reconhecimento do sujeito, consiste na interpretação veridictória dos estados resultantes do fazer do sujeito (BARROS, 2005, p. 35).

A questão levantada por Barros aponta para a questão da veridicção em que os resultados do fazer do sujeito são julgados. Para fins de análise, considera-se que o estado do fazer do sujeito é verdadeiro (parece e é) e o destinador nele acredita. Deve-se ressaltar que no texto de II João não há a descrição da ação do sujeito quanto aos errantes, pois essa é uma ação que ainda haveria de acontecer; os errantes ainda não haviam chegado àquele lugar. Entretanto, pelas palavras de comunhão com as quais o presbítero encerra sua carta, depreende-se que o sujeito aceitou o contrato e o cumpriria conforme estabelecido pelo destinador: “Tenho muito o que escrever a vós, porém, não quis fazê-lo com papel e tinta. Entretanto, desejo comparecer perante vós e havemos de nos falar pessoalmente, a fim de que nossa alegria seja completa”. O sujeito e o destinador compartilham o mesmo sistema de valores, a mesma crença e ação haveria de ser realizada.

A título de comparação, observe-se o final da segunda carta de Paulo aos coríntios: “Portanto, escrevo estas coisas estando ausente, para que, estando presente, não use de rigor segundo o poder que o Senhor me deu para edificação e não para destruição”. Paulo, como destinador-julgador, duvidava que os coríntios cumprissem o contrato estabelecido e previa uma dura sanção quanto a essa possibilidade. Certamente há um tom diferente no que se refere ao texto de II João.

O programa narrativo da sanção pragmática (retribuição) envolve o julgamento do sujeito por parte do destinador-julgador, que pode dar àquele uma retribuição positiva (recompensa) ou uma retribuição negativa (punição).

Como já referido, não há no texto de II João a conclusão da ação do sujeito frente ao opositor, porém, entende-se que a recompensa e a punição estão ligadas à questão da comunhão a ser desfrutada ou não entre o presbítero e a senhora eleita e seus filhos. Continuar na comunhão parece ser a recompensa pelo fazer do sujeito, excluir-se da comunhão – ou ser excluído – parece ser a punição pelo não cumprimento do contrato. Depreende-se isso pela ordem do presbítero de não receber nem saudar os errantes que ali passassem e que quem assim fizesse comungaria das obras más deles. Se a punição dos errantes era não ser *recebido* – ter *comunhão*, deve ser também essa a punição do sujeito ao não cumprir o que se espera dele.

A comunhão, como recompensa, e a falta dela, como punição, não se refere no texto de II João apenas em relação à comunidade. A comunhão era com o próprio Deus: “Todo aquele que vai além e não permanece no ensino de Cristo não tem a Deus. O que permanece no ensino, este tem tanto o Pai quanto o Filho”. Esse recorte demonstra mais claramente a recompensa e a punição pela permanência ou não do ensino do presbítero.

Por fim, o Quadro 11 procura resumir de forma simples os três percursos analisados nesta seção:

Quadro 11 - Os três percursos.

PERCURSO DO DESTINADOR-MANIPULADOR	PERCURSO DO SUJEITO	PERCURSO DO DESTINADOR-JULGADOR
O presbítero manipula o sujeito “senhora eleita e seus filhos” pela sedução e pela intimidação a fim de que mantenham o mandamento/ensino original.	O sujeito “senhora eleita e seus filhos” recebe os valores modais a fim de se manterem no contrato inicial.	A plena recompensa será atingida se o objeto for preservado. Em caso contrário, haverá a destruição do que foi construído.

Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2.2 Semântica narrativa

Duas questões se apresentam na discussão da semântica narrativa: a da modalização e a das paixões. A modalização já fora citada quando da explicação do esquema narrativo, assim, pretende-se, nesta seção ampliar a discussão iniciada naquele ponto.

Tanto as relações do sujeito com os valores quanto com o fazer “sofrem qualificações modais” (BARROS, 2005, p.44). A modalização do enunciado de estado chama-se “modalização do ser” e a modalização do enunciado de fazer é denominada de “modalização do fazer”. Barros explicita que, na semiótica discursiva, há quatro modalidades no estudo da modalização: o querer, o dever, o poder e o saber; além disso, segundo a autora,

Na modalização do fazer é preciso distinguir dois aspectos: o fazer-fazer, isto é, o fazer do destinador que comunica valores modais ao destinatário-sujeito, para que ele faça, e o ser-fazer, ou seja a organização modal da competência do sujeito. Na organização modal da competência do sujeito operador, combinam-se dois tipos de modalidades, as virtualizantes, que instauram o sujeito, e as atualizantes, que o qualificam para a ação (BARROS, 2005, p. 45).

Na *modalização do fazer*, percebe-se, no texto de II João, o “jogo de compatibilidades” entre o destinador e o sujeito, tendo em vista o perigo da influência do opositor sobre o sujeito – actante funcional do esquema narrativo.

No aspecto virtualizante, o destinador (presbítero) *quer* que o sujeito (senhora eleita e seus filhos) não receba o opositor (errantes ou enganadores). Para tanto, ele manipula o sujeito por meio da intimidação, atribuindo-lhe o dever-fazer – mecanismo da intimidação – ao determinar a possibilidade da perda do objeto-valor, que é a plena recompensa; e também atribuindo o querer-fazer – mecanismo da sedução – por meio do “constrangimento do amor”. A senhora eleita e seus filhos *devem* não receber os errantes no seio de sua comunidade.

No aspecto atualizante, percebe-se a presença do saber-fazer, quando o destinador instrui o sujeito quanto à atitude deste em relação ao opositor: “Se alguém vai até vós e não carrega este ensino, não o recebais em casa nem o saudeis”.

Percebe-se, então, a presença no enunciado dos elementos modais básicos citados por Barros: o querer, o dever, o poder e o saber.

Quanto à questão da *modalização do ser*, Barros (2005, p. 46) afirma que há duas situações a serem examinadas:

o da modalização veridictória, que determina a relação do sujeito com o objeto, dizendo-a verdadeira ou falsa, mentirosa ou secreta, e o da modalização pelo querer, dever, poder e saber, que incide especificamente sobre os valores investidos nos objetos.

A questão da modalização veridictória aponta para o “fazer interpretativo” por parte dos actantes dentro do texto: “Com a modalização veridictória substitui-se a questão da verdade pela veridicção ou do dizer-verdadeiro: um estado é considerado verdadeiro quando um sujeito, diferente do sujeito modalizado, o diz verdadeiro” (BARROS, 2005, p. 47). A definição da autora aponta para uma relação entre os actantes da narrativa, em que o dizer verdadeiro é estabelecido e um contrato de crença é realizado, a partir do qual o fazer se concretiza.

Greimas e Courtés (s/d, p. 46), ao se referirem à questão da veridicção, consideram a seguinte relação entre enunciador e enunciatário:

A integração da problemática da verdade no interior do discurso enunciado pode ser interpretada, em primeiro lugar, como a inscrição e a leitura das marcas de veridicção, graças às quais o discurso-enunciado se ostenta como verdadeiro ou falso, mentiroso ou secreto... O crer-verdadeiro do enunciador não basta, supomos, à transmissão da verdade: o enunciador pode dizer quanto quiser, a respeito do objeto de saber que está comunicando, que “sabe”, que está “seguro”, que é “evidente”; nem por isso pode ele assegurar-se de ser acreditado pelo enunciatário: um crer-verdadeiro deve ser instalado nas duas extremidades do canal de comunicação, e é esse equilíbrio, mais ou menos estável, esse entendimento tácito entre dois cúmplices mais ou menos conscientes que nós denominamos contrato de veridicção (ou contrato enuncivo).

Essa consideração determina a definição do contrato de veridicção como um acordo de uma verdade anunciada entre duas partes. Greimas e Courtés partem da relação entre enunciador e enunciatário ao determinarem a base desse contrato em que o enunciador afirma a verdade da enunciação, que é aceita ou não pelo enunciatário.

O texto de II João tem como característica básica ser um texto religioso. Textos religiosos, em geral, apresentam-se como verdadeiros, especialmente dentro do cristianismo, em que a doutrina enunciada é tida como de origem divina. Assim, subentende-se que o enunciatário que faz parte da comunidade aceita a enunciação como verdadeira em um contrato veridictório implícito. Se assim não acontecer, faz-

se uma quebra da crença estabelecida. Assim afirma Silva (2011, p. 26) sobre o texto bíblico como autoridade normativa:

Pensar a Bíblia enquanto expressão autoritária (palavra revelada e divinamente inspirada) e orientada para a sua práxis (norma para uma comunidade de fé) pressupõe o devido entendimento por essa comunidade do sentido do texto herdado pela tradição e que Ihe conferiu o caráter sagrado.

No nível narrativo, conforme explicita Barros (2005), o dizer verdadeiro é estabelecido por um actante. No caso de II João, o ator presbítero, como destinador, estabelece de forma clara a base para o contrato veridictório ao usar o lexema “verdade” por cinco vezes no início do texto. Essa “verdade” era permanente na vida dos participantes da comunidade representada pela “senhora eleita e seus filhos”. O presbítero afirma no começo do segundo parágrafo que ele havia encontrado “alguns dos teus filhos andando na verdade”. Ou seja, está implícito na afirmação que o contrato veridictório estava estabelecido e era aceito entre os actantes: os filhos já andavam na verdade. Essa verdade consistia nos mandamentos recebidos “da parte do Pai” e era nesses mandamentos que o sujeito deveria continuar andando: “Este é o mandamento como ouvistes desde o começo, a fim de que nele andemos”.

Ressalta-se, nessas afirmações do presbítero, que os mandamentos não eram propriamente dele, tampouco seriam uma invenção recente. A autoridade dos mandamentos vinha pela sua origem e pela tradição, isto é, esse ensino já estava estabelecido no seio da Igreja. Note-se, ainda, que o verbo “andemos” está na primeira pessoa do plural, ou seja, o presbítero compartilha da verdade e nela também caminha.

Há uma frase, na segunda carta de João, que explicita a verdade ensinada pelo presbítero: Jesus Cristo veio em carne. Essa é a verdade do presbítero e se constitui como um teste para o ensino dos que chegassem àquela comunidade. Os que ensinavam essa verdade pertenciam a Deus; os que não a ensinavam não tinham Deus.

Percebe-se, então, que a questão do ensino não-convergente propagado pelos “errantes”, em contraste com o ensino ortodoxo, aponta para uma questão mais profunda. Não se trata aqui apenas de uma questão de opiniões diferentes dentro de um mesmo sistema de valores; o que os falsos mestres estavam propondo para aquelas comunidades era uma outra verdade, que, para os crentes, apareciam

como falsa. Os errantes propunham outra crença, outro contrato veridictório, e a aceitação desse outro contrato resultaria na quebra da comunhão da comunidade eclesial.

3.2.3 A questão das paixões

Na abordagem sobre paixões, Bertrand (2003, p. 366-367) assim resume a análise desse termo, no âmbito da semiótica discursiva:

O estudo semiótico das paixões assenta sobre as modalidades que definem reciprocamente o estatuto do sujeito e do objeto. A paixão, nessa perspectiva, aparece como um excesso, um excedente em relação a uma estrutura modal... O passional pode ser entendido como uma variação dos estados do sujeito, permitindo depreender uma outra ordem de relações, aquelas que definem sua “existência modal” por meio da modalização dos enunciados de estado.

Destaca-se, nessa breve explicação, o conceito da relação entre o sujeito e objeto determinado pelas modalizações. A paixão, como “um excesso”, se deixa transparecer no texto por meio de uma “organização paradigmática e/ou sintagmática” (BERTRAND, 2003, p. 366)

Barros (2005, p. 48), por sua vez, define da seguinte forma o estudo das paixões no texto:

As paixões, do ponto de vista da semiótica, entendem-se como efeitos de qualificações modais que modificam o sujeito de estado. Essas qualificações organizam-se sob a forma de arranjos sintagmáticos de modalidades ou configurações passionais... Numa narrativa, o sujeito segue um percurso, ou seja, ocupa diferentes posições passionais, saltando de estados de tensão e de disforia para estados de relaxamento e de euforia e vice-versa.

Propõe-se, no texto de II João, uma análise do percurso patêmico a partir da análise das expressões encontradas que demonstram o sujeito de estado. Primeiramente, considere-se o termo “patêmico”:

Neologismo formado com a raiz *pathos* e o sufixo *-ema*, *-êmico*. Tal sufixo, que se encontra na linguística em “fonema”, “sema”, “semema”, etc... designa a unidade mínima de descrição de um fenômeno no campo da linguagem. O “patema” é assim uma unidade semântica do domínio passional. Seu emprego evita qualquer confusão com uma abordagem psicológica do universo afetivo no âmbito do discurso. O estudo da dimensão patêmica do discurso, complementar às dimensões pragmática e cognitiva, concerne não mais à transformação dos estados de coisas (fulcro da narratividade), mas à modulação dos estados de sujeito, seus “estados

da alma”. Essa dimensão constitui o objeto da semiótica das paixões (BERTRAND, 2003, p. 426).

Assim, percebe-se no texto de II João um percurso que pode ser entendido como patêmico. Partindo do estado inicial relatado pelo presbítero de conjunção da senhora eleita e de seus filhos com o mandamento que fora outorgado pela pessoa divina, destacam-se expressões no texto que mostram esse caráter patêmico inicial.

Da junção inicial são destacados o amor (a quem eu amo na verdade, também não somente eu, mas todos os que conhecem a verdade); as bênçãos divinas de “graça, misericórdia e paz”; e a alegria proveniente do encontro com o presbítero com os filhos da senhora eleita, quando aquele reconhece que os filhos estão andando na verdade (alegri-me muito, pois encontrei alguns dos teus filhos andando na verdade). Define-se esse primeiro momento como de “satisfação”, presente nos primeiros dois parágrafos, recorrendo-se a Barros (2005, p. 51): “As paixões contrárias, isto é, de satisfação e de confiança, ocorrem como alegria e felicidade (efeitos da satisfação pela obtenção do objeto)”.

Nos dois parágrafos intermediários, há uma mudança no pathos do sujeito. Ele não está em disjunção com o objeto, mas há o perigo disso acontecer: “Olhai por vós mesmos a fim de que não destruais aquilo que construímos para nós mesmos, mas que recebais plena recompensa”. A ansiedade pela permanência da junção do sujeito filhos com o objeto ensino se instala.

Nos dois últimos parágrafos, percebe-se o efeito de esperança: “desejo comparecer perante vós e havemos de nos falar pessoalmente, a fim de que nossa alegria seja plena”. Embora esteja na primeira pessoa do singular, em que o presbítero tem a palavra, o efeito de esperança procede da certeza do procedimento correto por parte dos filhos da senhora eleita.

Destaca-se, nesse esquema, as ocorrências do verbo “alegrar-se” e do substantivo “alegria”. Na ocorrência do verbo, no segundo parágrafo, o presbítero afirma ter se alegrado muito com seu encontro com os filhos que andavam na verdade. No final do texto, após a manifestação da ansiedade em relação ao perigo que se aproximava, a alegria volta à cena.

Um detalhe chama a atenção, quando se olha para os verbos gregos envolvidos nas sentenças. Na primeira frase: “Alegri-me muito pois encontrei alguns dos teus filhos andando na verdade”, o verbo “alegri-me” é a tradução do verbo Ἐχάρην (60) – verbo, aoristo, indicativo, passivo, 1ª pessoa do singular. O fato

de se encontrar no tempo aoristo aponta para um momento específico do acontecimento; é uma ação pontiliar.

Na segunda ocorrência, encontra-se a frase: “a fim de nossa alegria seja plena”. A expressão “seja plena” é a tradução do verbo grego πεπληρωμένη (236) – verbo, perfeito, participio, passivo, singular, feminino, nominativo. Nota-se que esse verbo está no tempo perfeito, que enfatiza a permanência da consequência. Assim, ao usar esse tempo verbal, entende-se que o enunciador, por meio do narrador presbítero, afirma que a alegria será mantida após o encontro, o que explicita que o presbítero, agora como destinador-julgador, entende que os filhos cumprirão o contrato e o pathos de alegria/satisfação será mantido. O esquema que se apresenta no Quadro 12, a seguir, procura demonstrar essa relação.

Quadro 12 - Relação entre os verbos no esquema patêmico.

ALEGREI-ME MUITO	ALEGRIA SEJA PLENA
Tempo aoristo	Tempo perfeito
Ação pontiliar	Enfatiza a consequência

Fonte: Elaboração própria (2022).

Um esquema mais completo incluiria a situação de preocupação ou ansiedade causada pelo perigo da disjunção. A Figura 4, em forma de parábola, procura demonstrar o percurso patêmico conforme proposto:

Figura 4 - Espaço tensivo.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Na figura assinala-se o “espaço tensivo” em que as paixões se manifestam sintaticamente, caracterizando o percurso patêmico.

Resume-se, então, o nível narrativo da seguinte forma: o presbítero deseja que a senhora eleita e seus filhos mantenham o estado de conjunção com o mandamento/ensino face ao perigo do ensino errado que chegaria até eles por meio dos errantes. Para tanto, o presbítero propõe um contrato em que eles – senhora eleita e seus filhos – não deveriam receber os errantes, mas permanecer no ensino original. Se assim fizessem, receberiam plena recompensa; se aceitassem o ensino errado, destruiriam a recompensa. O contrato é baseado em uma crença mútua de que o mandamento/ensino original é a verdade. O estado inicial de conjunção é marcado pela satisfação/alegria. Há a ansiedade pelo perigo da chegada dos falsos mestres e pela possibilidade de disjunção com o objeto ensino, mas a carta chega ao final com a esperança da conjunção mantida e o retorno da alegria.

3.3 NÍVEL FUNDAMENTAL

Assim como nos níveis discursivo e narrativo, examina-se o nível fundamental por meio dos componentes sintático e semântico. O nível fundamental é aquele em que é explicado “o modo de existência da significação como uma estrutura elementar, isto é, como uma estrutura em que a rede de relações se reduz a uma única relação” (BARROS, 2005, p. 74).

Quanto ao componente sintático, o nível fundamental é representado por meio do quadrado semiótico, assim definido:

Quadrado semiótico é o modo lógico de representação da estrutura elementar, que a torna operatória. No quadrado representa-se a relação de contrariedade ou de oposição entre os termos e, a partir dela, as relações de contradição e de complementariedade (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p. 433).

Greimas e Courtés explicam de modo mais aprofundado o uso do quadrado semiótico na representação da sintaxe-fundamental:

O modelo taxionômico corresponde às condições epistemológicas da estrutura elementar da significação; é, ao mesmo tempo, formulado em termos de lógica qualitativa (ou de lógica de compreensão) e recebe sua representação sob a forma de quadrado semiótico...; constitui, assim, uma espécie de espaço organizado que comporta termos indefinidos sobre os quais poderão efetuar-se as operações sintáticas que dão lugar ou a

combinações sintáticas novas (termos derivados e complexos) ou a sequências sintáticas ordenadas (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p. 433).

A categoria semântica fundamental, por sua vez,

define-se por seu caráter abstrato... As unidades que o instituem são estruturas elementares da significação e podem ser formuladas como categorias semânticas, suscetíveis de serem articuladas no quadrado semiótico (o que lhes confere um estatuto lógico-semântico e as torna operatória. (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p. 398).

Percebe-se, então, que a representação sintática e o componente semântico se manifestam no quadrado semiótico, como “estruturas elementares da significação” (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p. 398) manifestadas nos lexemas cujos significados se opõem.

Bertrand (2003, p. 429) explica que o quadrado semiótico “define as relações lógico-semânticas em cujo cruzamento se constituem as significações”. Greimas e Courtés (s/d, p. 365) enfatizam a relação de oposição entre os dois termos que constituem a categoria semântica:

Compreende-se por quadrado semiótico a representação visual da articulação lógica de uma categoria semântica qualquer. A estrutura elementar da significação, quando definida – num primeiro momento – como uma relação entre ao menos dois termos, repousa apenas sobre uma distinção de oposição.

Percebe-se a necessidade da definição dos termos que compõem o quadrado a partir da análise textual, procurando definir essa oposição semântica. No que concerne ao texto de II João, propõe-se que a estrutura fundamental seja analisada a partir da oposição dos termos *ortodoxia* e *heresia*. O primeiro termo *ortodoxia* significa:

- 1 Qualidade ou condição do que é ortodoxo.
- 2 Conformidade com doutrinas, princípios, práticas etc. que são tidos como verdadeiros por alguma autoridade, por um grupo ou por tradição.
- 3 Qualidade do que está em concordância com credos e princípios religiosos de uma Igreja: “[...] apresentaram-no como benemérito do qual os conselheiros se modelavam pela ortodoxia cristã mais rígida” (SER).
- 4 PEJ Apego a ideias, princípios e situações estabelecidos; aversão a tudo o que é novo: Sua ortodoxia não o deixava usufruir das novidades tecnológicas (MICHAELIS, 2022).

Heresia, por outro lado, no sentido de oposição semântica, é assim definido:

- 1 Doutrina contrária ao que foi estabelecido pela Igreja católica como matéria de fé.
- 2 Atitude ou palavra que ofende a religião.

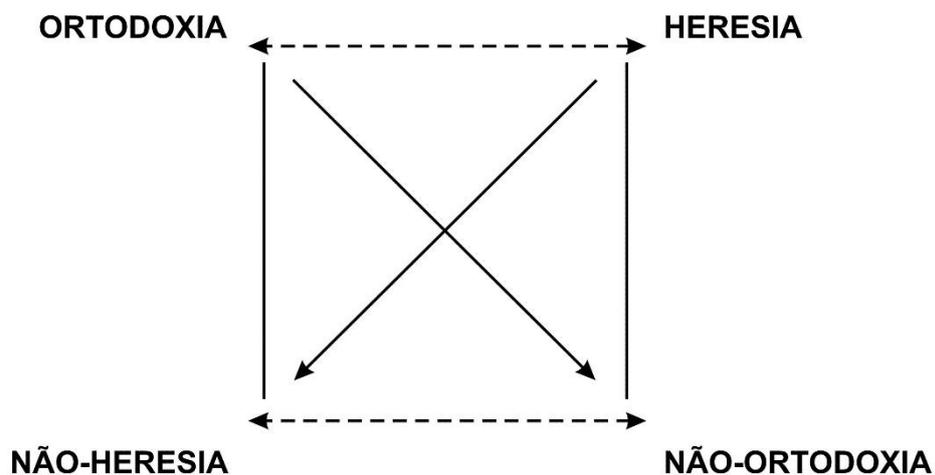
3 Teoria ou ideia que contraria ou nega a doutrina definida por um grupo.

4 FIG Opinião absurda; contrassenso, disparate: Sem fundamentação científica, suas explicações eram verdadeiras heresias (MICHAELIS, 2022).

Destaca-se, na definição apresentada de heresia, o terceiro conceito, de ser uma ideia “contrária” à doutrina de um grupo, contrastando com o conceito de ortodoxia como uma “conformidade” a uma doutrina. Essa doutrina, como já referido, manifesta-se na frase “Jesus Cristo veio em carne”, cuja confissão se torna o teste de ortodoxia. A relação ortodoxia (*orthos* + *doksa* = opinião correta) *versus* heresia (ideia contrária) é, portanto, a relação de contrariedade semântica fundamental.

Com base nessas considerações, propõe-se, na Figura 5 a seguir, o seguinte quadrado semiótico:

Figura 5 - Quadrado Semiótico



Fonte: Elaboração própria (2022).

As relações são assim estabelecidas:

- Linha tracejada com seta: relação entre contrários;
- Linha com seta: relação entre contraditórios;
- Linha sem seta: relação entre complementares

Por meio do quadrado semiótico proposto, consegue-se identificar as seguintes relações, conforme definem Greimas e Courtés (s/d, p. 366):

- a. eixo dos contrários: ortodoxia – heresia
- b. eixo dos subcontrários: não-heresia – não-ortodoxia

- c. esquema positivo: ortodoxia – não-ortodoxia (contradição)
- d. esquema negativo: heresia – não-heresia (contradição)
- e. dêixis positiva: não-heresia – ortodoxia (complementariedade)
- f. dêixis negativa: não-ortodoxia – heresia (complementariedade)

A partir dessas relações, observa-se a dinâmica fundamental do texto. O presbítero, no nível narrativo, deseja que os filhos da senhora eleita permaneçam no ensino correto. A rejeição do ensino *correto* é descrita no quadrado pela relação de contradição entre ortodoxia e não-ortodoxia. O “ir além” do ensino correto é a aceitação do outro ensino é demonstrado pela relação de complementariedade de não-ortodoxia e heresia (dêixis negativa): “Todo aquele que vai além e não permanece no ensino de Cristo não tem a Deus. O que permanece no ensino, este tem tanto o Pai quanto o Filho”. A rejeição do ensino *errado* é demonstrada pela relação de contradição entre heresia e não-heresia: “Se alguém vai até vós e não carrega este ensino, não o recebais em casa nem o saudeis”. A permanência no ensino é descrita pela relação de complementariedade entre a não-heresia e ortodoxia.

A expressão “ir além” é problemática pois é um verbo cuja oposição seria um substantivo; propõe-se, então, o lexema “prevaricação” como substituto de “ir além”. Esse termo se encontra em traduções mais antigas da Bíblia e ainda permanece na Edição Revista e Corrigida, em que assim se lê: “Todo aquele que prevarica, e não persevera na doutrina de Cristo, não tem a Deus; quem persevera na doutrina de Cristo, esse tem tanto o Pai como o Filho” (BÍBLIA, 2009, p. 157 do Novo Testamento). Percebe-se, nessa versão citada, que não somente “ir além” é nominado como “prevaricar”, mas também que o lexema “ensino” é substituído por “doutrina”, assim como o verbo “permanecer” é substituído por ‘perseverar’. A Edição Revista e Corrigida, trazendo em seu bojo termos mais clássicos, acaba por apontar com mais clareza o sentido pretendido.

O lexema “prevaricar” comporta as seguintes acepções:

- 1 - Não cumprir, por interesse ou má-fé, os deveres inerentes a um cargo; 2 - Abusar do exercício de suas funções, cometendo injustiças ou causando prejuízo ao Estado ou a outrem; 3 - Proceder mal; transgredir a moral, os bons costumes; 4 - Quebrar a fidelidade conjugal; cometer adultério; 5 - Violar segredo que lhe fora confiado; 6 - Corromper moral ou fisicamente; perverter. (MICHAELIS, 2022).

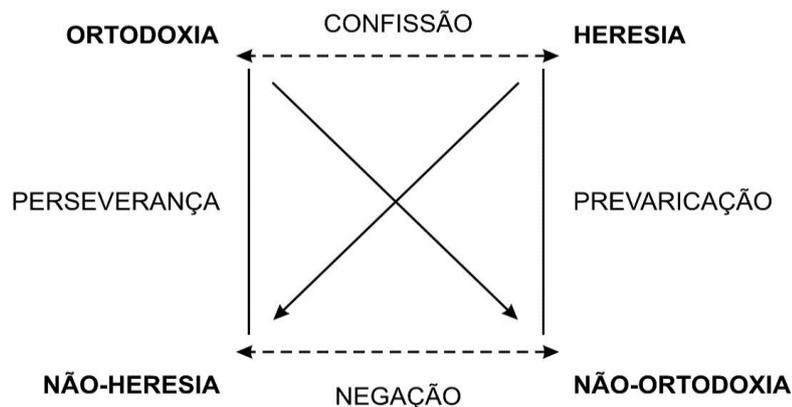
A última acepção atribuída é usada quando o verbo em questão é transitivo direto; as outras acepções, quando é intransitivo. No versículo em questão, entende-se que o uso de “prevaricar” - intransitivo - traz o sentido de “transgredir”; “abusar”; ou mesmo de “violar”. É dessa forma que “prevarica” pode substituir “vai além”.

Propõe-se que as relações de complementariedade sejam nominadas de “perseverança” - no caso da relação entre não-heresia e ortodoxia – e “prevaricação” - no caso da relação entre não-ortodoxia e heresia.

Propõe-se, ainda, que as relações de contrariedade sejam nominadas de “confissão” - no caso da relação entre ortodoxia e heresia – e de “negação” - no caso da relação entre não-ortodoxia e não-heresia. Propõe-se “confissão” como a primeira relação de contrariedade pois tanto a ortodoxia quanto a heresia se manifestam por meio de uma afirmação/confissão. No caso de 2 João, a confissão era a manifestação da afirmação de que Jesus havia vindo em carne. Seu oposto, portanto, manifesta-se na ideia de negação. Tanto a não-ortodoxia quanto a não-heresia constituem-se na negação de uma determinada confissão.

Apresenta-se, então, na Figura 6, o quadrado semiótico com essas relações :

Figura 6 - Quadrado semiótico completo



Fonte: Elaboração própria (2022).

Ainda com base na categoria semântica, expõe-se o conceito de categoria tímica que aponta para a condição de euforia ou disforia dos termos no texto: “Os textos serão, por conseguinte, euforizantes ou disforizantes, segundo caminham para o pólo conforme ou desconforme da categoria semântica fundamental” (BARROS, 2005, pr. 75).

Aceitando-se o conceito de ser a manutenção do mandamento/ensino (doutrina) como sendo o objeto, propõe-se que o texto seja euforizante, pois, embora não haja a conclusão da história em si – pois os “errantes” ainda haveriam de chegar, pelas palavras finais da carta há a “esperança” confiante da atuação do sujeito pela perseverança na doutrina.

Finaliza-se, assim, o percurso gerativo de sentido, no qual se procurou entender os mecanismos de significação presentes no texto, com a finalidade de se compreenderem os sentidos visados pelo enunciador. A seguir, apresentam-se as considerações a respeito das conclusões autorizadas por esse empreendimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs, como tarefa principal, investigar a possibilidade do uso da semiótica discursiva na análise dos mecanismos de significação de um texto bíblico. Para tanto, procurou-se aplicar o percurso gerativo de sentido, conforme proposto por Greimas, e suas interpretações por Barros e Bertrand. Além da análise em si por meio da semiótica, buscou-se, também, problematizar questões relativas à tradução do texto bíblico, dadas as várias traduções existentes em língua portuguesa que podem conter sentidos diferentes para os textos – o que, obviamente, traz alterações na maneira como serão interpretados.

A partir das considerações realizadas na análise em si, entende-se que a tarefa proposta atingiu seu objetivo de demonstrar a pertinência da semiótica discursiva também para a interpretação bíblica. Várias observações, entretanto, fazem-se necessárias, aqui.

Na análise do nível discursivo, ficou patente a importância da tradução do texto grego no desvelamento dos sentidos. Menciona-se, por exemplo, a questão da tradução dos verbos no tempo perfeito em grego koinê. De fato, não há possibilidade de uma tradução exata referente a essa questão, o que leva a reconhecer que toda tradução traz em si um processo de interpretação. Toda tradução é uma versão. A questão a ser levantada é até que ponto a tradução pode se afastar da literalidade do texto original a fim de transmitir a mensagem pretendida. Essa problemática se manifesta na variedade de traduções da bíblia sagrada em língua portuguesa, em que algumas prezam por uma tradução mais literal e outras por uma tradução por ideias, além das traduções como paráfrases, que acabam por apresentar uma versão particular do tradutor quanto às ideias doutrinárias.

Na análise do texto grego, algo que auxilia a compreensão das relações sintáticas é o diagrama da análise sintática, em que essas relações entre os termos ficam claramente expostas. Esse diagrama facilita o processo de tradução além de poder colaborar na compreensão na análise dos aspectos da projeção das categorias enunciativas. Propõe-se que uma análise mais profunda da significação do texto deva ser realizada observando-o em sua língua original, além de se realizar a análise semiótica com a finalidade de se conhecer os mecanismos de significação.

O processo de exegese do texto bíblico pode ser acompanhado do processo de análise semiótica. Assim, o semioticista bíblico pode utilizar das ferramentas que a exegese oferece para uma compreensão mais apurada das Escrituras Sagradas.

A análise da isotopia e da tematização no nível discursivo, conforme a semiótica discursiva preconiza, colabora para um entendimento mais adequado do sentido do texto – mesmo que em nível superficial – evitando-se uma interpretação alegorizada do discurso bíblico. Esse tipo de interpretação alegorizada não tem um compromisso com o texto em si, podendo dar margem a interpretações até mesmo exóticas das Escrituras. Nesse aspecto, vale a pena lembrar que uma das heranças da Reforma Protestante foi o compromisso com o tipo de interpretação histórico-gramatical, que valorizava o sentido usual das palavras utilizadas, além de levar em consideração o contexto – questões históricas – da escrita original. Nessa direção, a semiótica discursiva possibilita uma interpretação que se pretende mais científica, que se ocupa em conhecer o sentido por meio do desvelar dos mecanismos de significação. A semiótica discursiva também oferece uma metalinguagem mais neutra no que concerne ao entendimento das Sagradas Escrituras.

No que concerne à operação de debragem das categorias actanciais, temporais e espaciais, percebeu-se a importância de como seu entendimento adequado colabora na compreensão das estruturas textuais. Aqueles que se propõem a investigar o texto bíblico, especialmente com vistas à preparação de uma homilia, podem dedicar atenção às questões levantadas neste trabalho, no desvelo das operações de debragem, de como o enunciador projeta “certos termos ligados à sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso” (GREIMAS; COURTÉS, s/d, p. 95). É o correto entendimento do enunciado-discurso que deve ser a preocupação do intérprete das Sagradas Escrituras.

Um detalhe a ser ressaltado, em relação à tradução proposta e à análise contida neste trabalho, refere-se à mudança do tempo do verbo *tínhamos* – pretérito imperfeito – para *tivemos* – pretérito perfeito. Como visto, uma tradução mais literal traria a opção *tínhamos*, pois no texto grego o verbo é εἶχόμεν, que se encontra no tempo imperfeito, apontando para uma ação contínua no passado. Entretanto, para se manter a coerência quanto ao uso dos tempos dos verbos em relação ao aspecto de temporalidade, optou-se por *tivemos*. Entende-se que esse tipo de atitude, antes

de ser um preciosismo linguístico, demonstra uma preocupação em oferecer uma tradução que se importa com os fundamentos da linguagem.

O aprofundamento nos aspectos actanciais, temporais e espaciais traz à tona detalhes importantes do enunciado, desvelando sua riqueza de sentido. Esses detalhes podem servir para aquele que se ocupa da tarefa de anunciar as Escrituras Sagradas como material a ser explorado quando da busca da significação do texto.

Destaca-se, dentro dos resultados obtidos, a importância do estudo da questão dos tempos verbais, visto que, no texto grego, os tempos apontam, primeiramente, para a *qualidade* da ação, e não tanto para a *temporalidade* da ação. Sendo essa a problematização, algo a ser explorado é como a tradução pode fornecer subsídios para a investigação semiótica, visto que a debreagem temporal é de importância para a compreensão da enunciação discursiva.

No que concerne ao estudo do nível narrativo, acredita-se que ficou demonstrada a possibilidade do uso do esquema narrativo canônico no exame dos textos bíblicos. Conclui-se também que a universalidade proposta por esse esquema pode abranger os textos escriturísticos, embora apenas um pequeno recorte de toda a Escritura Sagrada tenha sido examinado neste trabalho. Deve-se lembrar, ainda, que as narrativas bíblicas foram uma das bases da literatura ocidental. Histórias como a de Caim e Abel, José e seus irmãos, as parábolas de Jesus etc. fazem parte do imenso compêndio literário e cultural da civilização ocidental – quiçá mundial – e que ajudaram a moldar as estruturas narrativas conhecidas.

Ressalta-se, no texto de II João, uma identificação entre a nomenclatura padrão dos actantes e os nomes utilizados pelo enunciador para identificar os atores do texto. Ao não atribuir nomes próprios aos atores, o enunciador de II João acaba por aproximar seus “personagens” do nível actancial. Poder-se-ia conjecturar que o uso de termos impessoais na caracterização dos atores indique uma universalidade da carta proposta pelo enunciador. Não importa o contexto de tempo e espaço em si, mas a ameaça causada pelo ensino errado é real para a Igreja em qualquer circunstância, em qualquer ocasião, em qualquer lugar. II João é uma carta para a Igreja universal, não apenas para uma Igreja local em uma determinada situação.

O estudo da relação entre o sujeito de estado e sujeito de ação também é revelador no que concerne ao aprofundamento da estrutura narrativa. Nesse sentido, a semiótica discursiva tem bastante a oferecer à pesquisa textual bíblica,

levando o pesquisador a refletir sobre as estruturas sobre as quais o discurso foi elaborado. Por ser o texto bíblico um texto complexo, com gêneros narrativos diversos, escrito por várias pessoas diferentes em lugares diversos e em contextos variados, o esquema narrativo canônico oferece uma base científica com a qual o texto pode demonstrar sua significação no nível narrativo, apesar dessa complexidade e variedade citadas.

Quanto aos resultados da análise do nível fundamental, conclui-se que o quadrado semiótico se prestou bem para a pesquisa proposta. Apesar de ser alvo de debates por alguns semioticistas, como brevemente observa Bertrand, em *Caminhos da semiótica literária*¹⁰, o quadrado semiótico auxiliou na compreensão das estruturas fundamentais do texto, desvelando também as relações de complementariedade e de contradição.

A relação de oposição semântica entre ortodoxia *versus* heresia traz luz sobre o que, de fato, acontece na II Carta de João. Há uma batalha por trás das palavras que remetem à comunhão e ao amor, é um chamado à conformidade doutrinária como sendo a base da unidade da Igreja. O amor em II João não é apenas um sentimento, mas uma atitude de *comunhão doutrinária*. Nota-se que a *alegria* presente no texto é resultado não apenas de *encontrar* um irmão da fé, mas de *encontrá-lo andando na verdade*. Percebe-se, então, que o resultado de um conhecimento mais apurado da mensagem bíblica revela a ética da Igreja como instituição e, por fim, influencia a própria teologia.

Por fim, deve-se ressaltar a importância, para a teologia cristã, de um conhecimento mais apurado do ensino bíblico, visto que a Bíblia é fonte da doutrina cristã, especialmente dentro do ramo protestante. Um dos axiomas da Reforma Protestante foi a *Sola Scriptura* – as Escrituras somente. Isso significou a rejeição, por parte dos reformadores, da tradição doutrinária construída ao longo de 15 séculos na teologia cristã e o retorno à bíblia somente como única autoridade para a constituição da doutrina da Igreja. Sendo o texto bíblico a única fonte de doutrina, tornou-se mister o exame e a correta interpretação das Escrituras. Privilegiou-se a interpretação histórico-gramatical em detrimento da interpretação alegórica, por

¹⁰ “Reatualizando a estrutura do quadrado, os semioticistas levaram em conta a composição lógica das relações, mas deslocaram sensivelmente o campo de aplicação... Se nos abstermos de levantar os problemas teóricos, e notadamente lógicos, de sua elaboração (que foram longamente debatidos entre lógicos e semioticistas), o princípio da projeção em quadrado pode ser apresentado de maneira bem simples...” (BERTRAND, 2003, p. 173)

aquela se ater ao sentido do texto em si, por meio da investigação da significação sintático-semântica e do contexto histórico em que o texto foi construído.

Não seria exagero afirmar que a teologia protestante é a teologia do texto. Sendo assim, o correto entendimento dela torna-se imprescindível para que a Igreja determine sua teologia e sua ética. Um texto bíblico confirma essa afirmação: “Procura apresentar-te a Deus aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar e que maneja bem a palavra da verdade” – II Timóteo 2.15 (BÍBLIA, 2020, p. 761). A expressão *maneja* é a tradução da palavra grega ὀρθοτομέω (transliterado: *orthotoméō*), cujo sentido básico é cortar reto; apresentar com verdade, sem perversão ou distorção¹¹ (MOUNCE, 1993, 342). Manejar, portanto, é *cortar corretamente*, saber dividir e compreender as diversas partes do texto. Nesse sentido, a semiótica discursiva pode ser um aliado na árdua tarefa de se extrair do texto bíblico a sua significação.

¹¹ To cut straight; to set forth truthfully, without perversion or distortion.

REFERÊNCIAS

- BARROS, D. L. P. **Teoria Semiótica do Texto**, São Paulo, SP: Parma, 2005, 90 p.
- BERTRAND, D. **Caminhos da Semiótica Literária**. Bauru, SP: Edusc, 2003, 444p.
- BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Vida, 2020. Edição Contemporânea. 806 p.
- BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. São Paulo, SP: King's Cross Publicações, 2009. Edição Revista e Corrigida na grafia simplificada. 699 p.
- CHABROL, C.; MARIN, L., R. **Semiótica Narrativa dos Textos Bíblicos**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1980, 134 p.
- CHURCH OWNED BIBLE TRANSLATION. **Wycliffe associates**, Orlando, 1998-2023. Disponível em: <<https://wycliffeassociates.org/our-impact/translation-strategies/>>. Acesso em: 02 jul. 2022.
- ECO, U. **Interpretação e Superinterpretação**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2005, 184 p.
- FIORIN, J. L. **As Astúcias da Enunciação – As Categorias de Pessoa, Espaço e Tempo**. São Paulo, SP: Ática, 1999, 318 p.
- GREIMAS, A. J.; COURTES, J. **Dicionário de Semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima *et al.* São Paulo: Contexto, 2008.
- JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. São Paulo, SP: Cultrix, 1975, 162 p.
- LASOR, W. S. **Gramática Sintática do Novo Testamento**. São Paulo, SP: Vida Nova, 1998, 192 p.
- MICHAELIS. Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 15 out. 2022.
- MOUNCE, W. D. **The Analytical Lexicon to The Greek New Testament**. Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1993, 542 p.
- NÖTH, W. **A Semiótica no Século XX**. São Paulo, SP: Annablume, 2009, 266 p.
- NÖTH, W. Análise do discurso com Peirce: interpretar, raciocinar e o discurso como argumento. **Intertexto**. UFRGS, n. 37, p. 34-46, set/dez. 2016.
- PEIRCE, C. S. **Ilustrações da lógica da ciência**. São Paulo, SP: Editora Ideias & Letras, 2021, 195 p.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo – SP: Editora Perspectiva, 2019, 337 p.

RAMOS, K. A. H. P. **Análise semiótica da narrativa bíblica A prova de Abraão**. 2004. 193 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102479>>

RAMEY, W. D. R. **A Greek Exegetical Library Edition - Epistles of John; 1 John 1:1—5:21; 2 John 1-13; 3 John 1-15, NT Greek In Diagram Series: Volume 26, 2017 Edition**.

REGA, L. S. **Noções do Grego Bíblico**. São Paulo, SP: Vida Nova, 2004, 409 p.

SILVA, S. M. R. Discurso fundador: análise semiótica de textos das Sagradas Escrituras. **Revista Investigações**. v. 32, n. 2, p. 548-570, dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/241777>>. Acesso em: 10 maio 2023

SILVA, S. M. R. **Discurso de divulgação religiosa: Semiótica e Retórica**. 2011. 227 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2012.

STOTT, J. R. W. **I, II e III João – Introdução e Comentário**. São Paulo, SP: Vida Nova, 2008, 198 p.

TATIT, L. **Análise semiótica através das letras**. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2008, 208 p.

TAYLOR, W. C. **Dicionário do Novo Testamento Grego**. Rio de Janeiro: Juerp, 1991, 247 p.

TAYLOR, W.C. **Introdução ao Estudo do Novo Testamento Grego**. Rio de Janeiro: Juerp, 1980, 442 p.

APÊNDICE - Uma breve análise semiótica peirciana de II João

Pretende-se, neste apêndice, analisar brevemente a II Carta de João pela semiótica de Peirce, propondo alguns caminhos a serem seguidos para uma análise mais profunda da carta por meio dessa semiótica. Uma análise mais completa pela semiótica peirciana fugiria do escopo desta dissertação, que se pretende uma análise do texto pela semiótica discursiva, problematizando questões de tradução, além de que o espaço próprio de um apêndice sugere um texto mais conciso. A importância, porém, de Peirce na análise linguística não pode ser desprezada, visto que ele pode ser considerado um precursor da própria linguística estrutural, como afirma o eminente linguista Roman Jakobson (1975, p. 31):

Desde 1867, C. S. Peirce, que, repito, deve ser considerado como o autêntico e intrépido precursor da Linguística estrutural, estabeleceu nitidamente o caráter linguístico da semântica. Como dizia ele, o signo – e em particular o signo linguístico – para ser compreendido exige não só dois protagonistas que participam do ato da fala, mas, além disso, de um “interpretante”. Segundo Peirce, a função desse interpretante é realizada por outro signo ou conjunto de signos, que lhe são dados juntamente com o signo em questão ou que lhe poderiam ser substituídos. Eis, sem dúvida nenhuma, algo que deveria ser o ponto de partida de todas as nossas discussões futuras sobre o tratamento linguístico das significações [...].

Principia-se afirmando que, para Peirce, “todas as palavras, frases, livros e outros signos convencionais são Símbolos” (PEIRCE, 2019, p. 71). Assim, a Segunda Carta de João, como um todo, é um símbolo. Necessário se faz, para compreender o sentido que Peirce pretende afirmar, demonstrar a definição feita por esse próprio filósofo sobre o termo símbolo: “Um símbolo é um Representâmem cujo caráter representativo consiste em ser uma regra que determinará seu Interpretante” (IBID, 2019, p. 71). Em um parágrafo posterior, Peirce (2019, p. 73) complementa sua definição:

Qualquer palavra comum, como “dar”, pássaro”, “casamento”, é exemplo de símbolo, O símbolo é aplicável a tudo o que possa concretizar a ideia ligada à palavra; em si mesmo não identificará essa coisa... O símbolo está conectado a seu objeto por força da ideia da mente-que-usa-o-símbolo, sem a qual essa conexão não existiria.

Pretende-se, neste apêndice, analisar o texto de II João como sendo em sua *essência* um símbolo, de acordo com a definição do próprio Peirce e, a partir desse ponto, realizar alguns desdobramentos tendo como base a divisão dos signos em dez classes de signos, conforme proposto por esse filósofo (PEIRCE, 2019, p. 55). Entende-se que, dessa forma, os mecanismos de significação, dentro do escopo da

semiótica peirceana, tornar-se-ão mais claros, proporcionando um melhor entendimento do sentido do texto.

Sendo o texto de II João um símbolo, ele é, necessariamente, um legissigno, termo este cuja definição é assim explicitada:

Um *Legissigno* é uma lei que é um Signo. Normalmente, esta lei é estabelecida pelos homens. Todo signo convencional é um legissigno (porém a recíproca não é verdadeira). Não é um objeto singular, porém um tipo geral que, tem-se concordado, será significante. Todo legissigno significa através de um caso de sua aplicação, que pode ser denominada *Réplica* (IBID, 2019, p. 52).

Sendo, portanto, um legissigno simbólico¹², ele pode ainda ser classificado como *remático*, *dicente* ou como um *argumento*. Necessário se faz definir esses termos para, então, propor uma classificação do texto como um todo e das proposições apresentadas na Carta.

Legissigno simbólico remático é aquele signo

ligado a seu Objeto através de uma associação de ideias gerais de tal modo que sua Réplica traz à mente uma imagem a qual, devido a certos hábitos ou disposições dessa mente, tende a produzir um conceito geral, a Réplica é interpretada como um Signo de um objeto que é um caso desse conceito. Assim, o Símbolo remático ou é aquilo que os lógicos chamam de Termo Geral, ou muito se lhe parece. (IBID, 2019, p. 56).

Embora qualquer palavra possa ser tomada como exemplo de símbolo, propõe-se, como exemplo de um legissigno simbólico remático dentro do texto de II João, o termo “anticristo”, visto ser um tipo geral (legissigno) com característica de símbolo – termo esse definido por Peirce como “um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei” (IBID, 2019, p. 53); é, ainda, remático pois representa “seu objeto apenas em seus caracteres” (IBID, 2019, p.53).

Um fato curioso a respeito do termo “anticristo”, conforme ele se apresenta no Novo Testamento, é que ele só é encontrado nos escritos joaninos, com três ocorrências na I Carta de João e uma ocorrência na II Carta. Esse fato autoriza o destaque dentro do texto da epístola como um exemplo de “termo” e que, ao compor uma das proposições encontradas, aponta para o sentido geral da Carta.

Por outro lado, legissigno simbólico dicente é assim definido por Peirce

Um símbolo Dicente, ou Proposição ordinária, é um signo ligado a seu objeto através de uma associação de ideias gerais e que atua como um símbolo remático, exceto pelo fato de que seu pretendido interpretante representa o Símbolo Dicente como, sendo, com respeito ao que significa, realmente afe-

¹² Ressalta-se que nem todo legissigno é simbólico, podendo ele ser ainda classificado como icônico ou indicial, conforme a divisão proposta pelo próprio Peirce em DEZ CLASSES DE SIGNOS (PEIRCE, 2019, p. 56).

tado por seu Objeto, de tal modo que a existência ou lei que ele traz à mente deve ser realmente ligada com o objeto indicado. (IBID, 2019, p. 57).

No texto de II João encontram-se algumas proposições ordinárias que definem o sentido do texto e que fazem parte do argumento geral da carta. Propõem-se as seguintes frases como proposições para uma breve análise geral:

1 - E este é o amor: que andemos de acordo com os seus mandamentos.

2 - Este é o mandamento como ouvistes desde o começo, a fim que nele andemos.

3 - Esse é o errante (*enganador*) e o anticristo.

4 - Todo aquele vai além e não permanece no ensino de Cristo não tem a Deus.

5 - O que permanece no ensino, este tem tanto o Pai quanto o Filho.

6 - Aquele que o saúda comunga com suas obras malignas.

Para Peirce, “toda proposição é um símbolo informativo” (2019, p.80), na medida em que ela assevera alguma coisa, seja essa asseveração verdadeira ou não. Afirma, ainda, esse filósofo, que “uma proposição é, em suma, um Dicissigno que é um símbolo” (2019, p. 85). A proposição contém duas partes: o sujeito e o predicado, sendo que o sujeito é considerado um índice que representa um objeto e o predicado um ícone que qualifica o sujeito. O sujeito pode ser Singular ou Geral, conforme esclarece Peirce:

É singular se indicar um individual conhecido sob outra forma. É geral se indicar como um individual determinado pode ser selecionado. Um sujeito geral [...] é Universal ou Particular [...] um sujeito Universal é o que indica que a proposição se aplica a qualquer individual que há no universo ou a qualquer que possa haver de uma descrição geral sem dizer que há algum. Um sujeito particular é que não indica qual individual é pretendido, mas que dá uma descrição geral dele, porém professa indicar pelo menos um individual existente (PEIRCE, 2019, p. 86).

Propõe-se que as proposições 1, 2 e 3 sejam classificadas como particulares e as proposições 4, 5 e 6 como universais, de acordo com as definições apresentadas por Peirce. Dessa forma, percebe-se a generalidade das asseverações da II Carta de João que apontam, por sua vez, para uma universalidade do alcance da mensagem. A ocorrência dessas proposições aponta para o caráter indicial do texto.

A generalidade das proposições fornece um tipo de informação que, por sua vez, dá base para que o texto seja compreendido e resumido como um argumento dedutivo.

Define-se, primeiramente, a ideia de argumento. Segundo Peirce, um argumento é como um signo

[...] cujo interpretante representa seu objeto como sendo um signo ulterior através de uma lei, a saber, a lei segundo a qual a passagem dessas premissas para essas conclusões tende a ser verdadeira. Manifestadamente, então, seu objeto deve ser um geral, ou seja, o Argumento deve ser um símbolo. (IBID, 2019, p. 57).

Pode-se afirmar que a II Carta de João seja um signo simbólico argumental, na medida em seu propósito geral é ser um argumento em prol da proposição principal tida como a “verdade” do texto. Deve-se, no entanto, ampliar o conceito da carta, sendo ela melhor compreendida, dentro da lógica de Peirce, como um signo complexo, em que há uma variedade de argumentos, proposições e termos que levam à conclusão pretendida pelo enunciário.

A carta de II João, como um todo, pode ser expressa como um argumento dedutivo, que é “um argumento que representa fatos nas Premissas de tal modo que, se vamos representá-los em um Diagrama, somos compelidos a representar o fato declarado na Conclusão” (IBID, 2019, p. 29).

Sendo um argumento dedutivo, é composto, como explicado por Peirce, por premissas que contém fatos, partindo de um fato universal que determina o caráter do argumento em si. A conclusão torna-se lógica e aponta para o particular. Antes de propor uma formulação de um argumento dedutivo que procure demonstrar o ensino geral da II Carta de João, apresenta-se o seguinte argumento como modelo de um argumento dedutivo extraído do texto e que auxilia na compreensão dos mecanismos de significação da epístola:

- 1 - Todo o que não confessa Jesus Cristo vindo em carne é enganador;
- 2 - Há mestres que ensinam que Jesus Cristo não veio em carne;
- 3 - Portanto, esses mestres são enganadores.

Poder-se-ia objetar que “não confessar Jesus Cristo vindo em carne” não tem o mesmo sentido que “ensinar que Jesus Cristo não veio em carne”. Entretanto, dentro do texto de II João as duas frases se equivalem. É essa natureza dedutiva da epístola que se procura demonstrar neste apêndice como sendo característica do texto, dedução essa obtida a partir das proposições apresentadas que, por sua vez, apontam para um caráter indicial.

Ressalta-se, nesse ponto, a estrutura do argumento dedutivo exposto como sendo do tipo Bárbara, estrutura essa assim sintetizada: “S é M; M é P: Portanto, S é

P” (PEIRCE, 2021, p. 167). O filósofo explica, ainda, como se processa a lógica do argumento Bárbara:

Bárbara é, de fato, nada mais do que a aplicação de uma regra. A assim chamada premissa maior dispõe essa regra; como, por exemplo, *Todos os homens são mortais*. A outra premissa, a menor, estabelece um caso sob a regra; como, *Enoque era homem*. A conclusão aplica a regra ao caso e estabelece o resultado: *Enoque é mortal*. Todas as deduções têm esse caráter, são meramente a aplicação de regras gerais a casos particulares. (PEIRCE, 2021, p. 168).

Esse argumento, porém, não traduz todo o ensino que a carta joanina tem a passar. De fato, a conclusão apresentada coopera com a ideia geral, mas propõe-se o argumento a seguir como mais totalizante no que se refere ao ensino de II João:

1 - Quem saúda os enganadores comunga com suas obras más;

2 - A senhora eleita e seus filhos não saúdam os enganadores;

3 - Portanto, a senhora eleita e seus filhos não comungam com as obras más dos enganadores.

O argumento apresentado contém a premissa que admite o fato de que a “senhora eleita e seus filhos” não “saudaram” os falsos mestres; mas a carta aponta para a possibilidade da ocorrência. Além disso, admite-se que o termo “a senhora eleita e seus filhos” represente os crentes. De uma maneira geral, então, a 2 Carta de João pode ter seu ensino principal expresso da seguinte forma: “os crentes não devem comungar com os falsos mestres nem aceitar seus falsos ensinios”.

Percebe-se que a Carta leva os enunciatários a uma tomada de posição frente à situação a ser enfrentada por meio da argumentação exposta no texto. Assim, demonstra-se aquilo que Nöth (2016, p. 41) nota a respeito da diferença estabelecida por Peirce entre raciocinar e argumentar:

Nas suas reflexões sobre a natureza semiótica do raciocínio, Peirce introduz uma distinção entre raciocinar e argumentar. Enquanto o raciocínio é um discurso aberto desde o início, porque nele ainda se procura a solução de um problema, o discurso argumentativo é guiado pela estratégia do arguidor de tentar influenciar o destinatário de suas crenças.

Chega-se, então, por meio dessa breve análise textual com as ferramentas da semiótica peirceana, a uma conclusão a respeito dos mecanismos de significação presentes no texto. Procurou-se demonstrar que é possível desvelar a significação do texto entendendo-o como um signo de acordo com a teoria de Peirce, embora apenas algumas breves considerações tenham sido realizadas neste Apêndice.

Poder-se-ia estender a presente análise do texto sob a perspectiva da semiótica peirciana, o que levaria a uma extensão não condizente com o propósito de um Apêndice, mas entende-se que as presentes considerações são suficientes para demonstrar o ponto pretendido.

Deve-se, porém, ressaltar ainda o propósito da filosofia pragmatista no que concerne à busca do significado de um termo ou proposição:

O que se procura, portanto, é um método que determine o significado real de qualquer conceito, doutrina, proposição, palavra ou outro signo. O objeto de um signo é uma coisa; seu significado, outra. O objeto de um signo é uma coisa; seu significado, outra. Seu objeto e a coisa ou ocasião, ainda que indefinida, a qual deve aplicar-se. Seu significado e a ideia que ele atribui àquele objeto, quer através de mera suposição, ou como uma ordem, ou como uma asserção. (PEIRCE, 2019, p. 193-194).

Destaca-se o conceito no pragmatismo da busca do significado de algo. Para este trabalho, é de especial interesse o comentário de Peirce a respeito da busca do significado de uma *doutrina* por meio de um *método* para a análise dos *signos*. Por fim, outra consideração precisa ser feita a respeito da crença na qual o pragmatismo se constitui, por sua referência, novamente, à busca do significado:

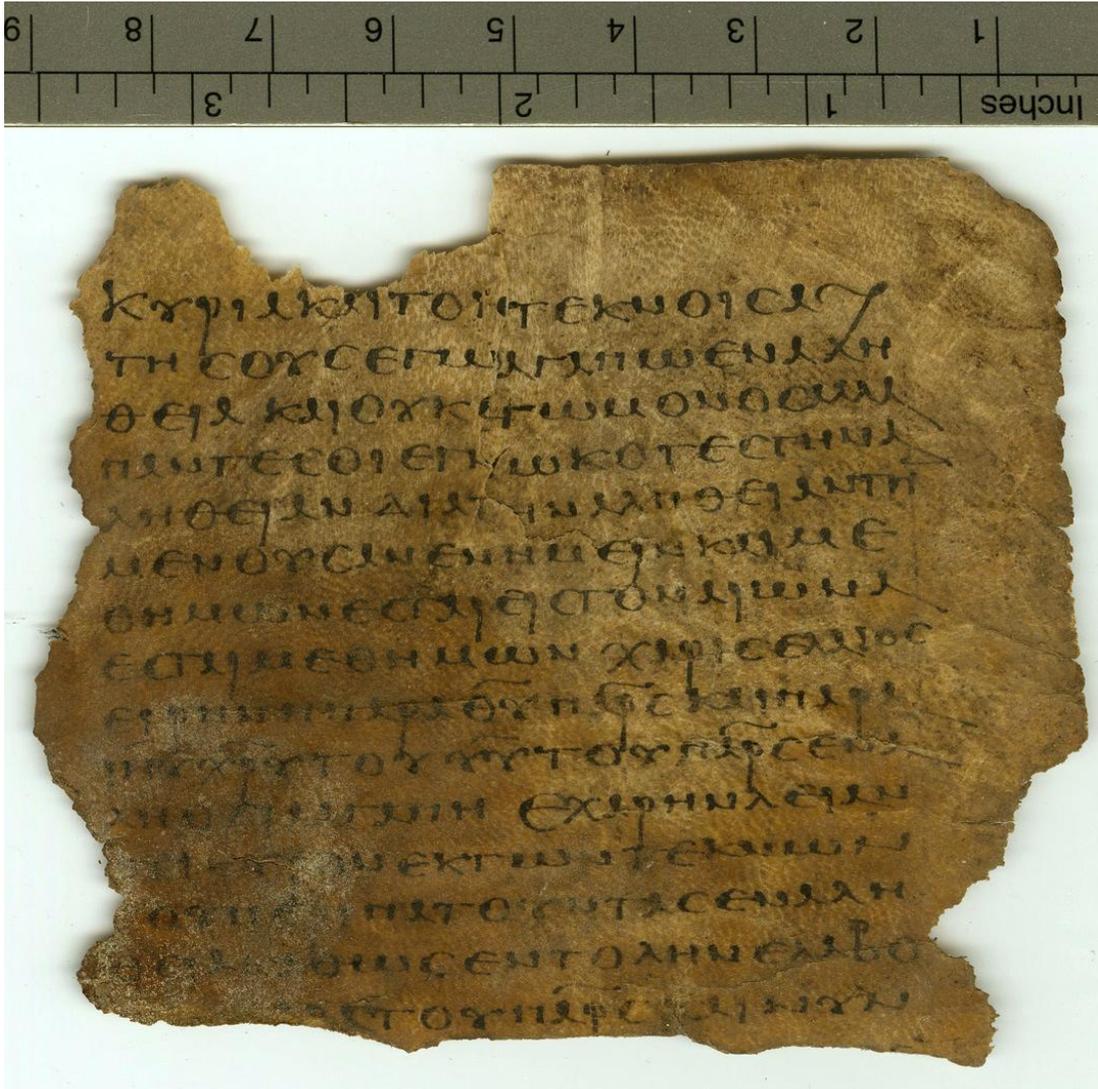
A fim de determinar o significado de uma concepção intelectual, dever-se-ia considerar quais consequências práticas poderiam conceberivelmente resultar, necessariamente, da verdade dessa concepção; e a soma destas consequências constituirá todo o significado da concepção. (PEIRCE, 2019, p. 195).

Assim, o pragmatismo de Peirce, por meio de sua semiótica, ajuda a desvelar o significado da Carta estudada, observando o resultado necessário da aplicação da doutrina/verdade estabelecida como crença no grupo a que foi destinado.

A semiótica peirciana, portanto, colabora no esforço da procura do significado de um texto, conforme se procurou demonstrar neste breve exercício de análise.

ANEXO - Manuscrito de II João

Manuscrito da II Carta de João, versos de 1 a 5, datado de 5º ou 6º século



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Second_Epistle_of_John